

Revista

VOL. 1 | N. 2 | SET/2020

ESTUDOS TRANSVIADES

revista sobre transmasculinidades idealizada por pessoas transmasculinas

A CONSTRUÇÃO POLÍTICA

DE CORPES TRANSVIADES



REDESENHANDO MASCULINIDADES

ESTUDOS
TRANSVIADES



Descrição da imagem de capa: a imagem da capa possui fundo verde com riscos verdes avulsos, iniciando em verde-claro no topo da página e ficando verde-escuro até a parte inferior da página. No topo, está escrito em letras pretas e grandes “Revista Estudos Transviades, volume 1, número 2, setembro de 2020”, e logo abaixo do nome da revista está escrito, em letras menores, “revista sobre transmasculinidades idealizada por pessoas transmasculinas”. No centro da capa, há o desenho, de autoria de Caru Brandi, de uma pessoa transmasculina sentada em um sofá roxo, olhando para frente com o rosto sério. Seu tom de pele é amarelado e suas bochechas estão cobertas por dois círculos vermelhos. A pessoa usa um binder preto e shorts azuis com bolinhas pretas, e está sem camisa. Seus pés estão descalços. A pessoa não possui cabelo nem pelos faciais. Em seu pulso direito, há um bracelete preto. Logo acima da imagem, está escrito, em letras pretas, “A construção política de corpos transviades”, e abaixo da imagem está escrito “redesenhando masculinidades”. No canto inferior direito da capa, está a logo da revista: uma circunferência rosa preenchida em azul claro, dentro da qual está escrito “estudos transviades” com letras pretas.



A arte da capa é de autoria de Caru Brandi.

O arquivo do segundo número do volume 1 da Revista Estudos Transviades pode ser encontrado no seguinte endereço eletrônico: www.revistaestudostransviades.wordpress.com. Informações adicionais podem ser encontradas em nossa página no Instagram (@revistaestudostransviades) e recebemos mensagens por Instagram e por email (revistaestudostransviades@gmail.com). Qualquer reprodução ou citação dos materiais dispostos nesse número deve estar acompanhada da menção da fonte de(s) autore(us) e da revista.

Para referenciar os materiais dispostos nesse volume, especialmente os artigos acadêmicos, pode-se usar como base o seguinte exemplo:

SAMPAIO, Alexandre Gregório Silva. Ginecologia: um espaço clínico específico para mulheres (?) Impasses e desafios para a saúde ginecológica dos homens trans. *Revista Estudos Transviades*, v. 1, n. 2, p. 102-118, set. 2020. Disponível em: <<http://revistaestudostransviades.wordpress.com/blog-2/>>. Acesso em: (data de acesso).



Esta primeira edição da Revista Estudos Transviades é dedicada a Demétrio Campos, homem trans negro, que buscava espaço na arte como dançarino e modelo, sendo referência para muitos de nós. Com seu corpo e existência, Demétrio foi inspiração nos projetos em que participou e nas memórias que fez construir.

Demétrio batalhou árdua e diariamente contra o racismo e a transfobia engendradas em nossa sociedade. Sua partida, em maio de 2020, representou uma perda irreparável, mas sua potência se multiplica a cada dia que nós, pessoas transmasculinas e pessoas trans, permanecemos vivos.

Desejamos forças à sua querida mãe, Dona Ivone, que continua lutando para que a trajetória do seu filho não seja apagada, e nos colocamos ao seu lado na luta.

Ademais, dedicamos essa edição a todas as pessoas transmasculinas que tiveram suas vidas interrompidas em função do sistema opressor e necropolítico ainda vigente.



Sumário

Corpo editorial	8
Apresentação	9
Editorial	12
Arte de Oliver Z	16
Século XXI Kaléu Menezes	17
Fulano de Tal Bernardo dos Santos	20
A emocionante história de Eduardo Rodrigues Gabriel Vicente Pontes e Eduardo Rodrigues	21
Demasiado Humano Theodoro Rodrigues Lima	25
Artes de Caru Brandi	28
Povo Indígena Don Rafael	30
Consciência? Kaléu Menezes	31
Poema de Caio Ciriaco Lima	33
Caçador, Enfim... Tali Ifé	34
Intervenção – Performance “Quem abre caminhos, não me deixa andar sozinho. Laroyê”, homenagem a João W. Nery na In.corpo.rar: Exposição Viva (2018) Tali Ifé	35



Três atos Calango	40
Alto Tom de Solidão Petter Levi	46
Projeto Bolha Transparente Nicolas Amon e Joana Phelipe	47
Samsara Dioniso Ferreira	53
Entre a ponta e o calcanhar Tali Ifé	54
Trem da morte Thiago Peniche	55
Arte de Rafael Damasceno Aires	56
Incisão Cauê Assis	59
Texto de Noah Nova	60
Arte de Rai do Valle. Modelo: Allan Reis	62
Texto 1 (experimento 1) Beijamin Aragão	63
Arte de Beijamin Aragão	64
Texto 2 (experimento 2) Beijamin Aragão	65
Arte de Beijamin Aragão	67
Desintegrar imagens sistêmicas Lui Foito	68



Pensamentos de um transviado: se ele pensa, logo ele resiste Shay de los Santos Rodriguez	69
nós, essas pessoas que se perguntam se são monstros j i a l u p o m b o	71
Quadrinhos de Lino Arruda	76
“Não ela” ou a tentativa de construir cenicamente a representação de um gênero não inteligível Oliver Olívia	82
Um diálogo sobre fronteiras Bruno Latini Pfeil e Cello Latini Pfeil	93
Ginecologia: um espaço clínico específico para mulheres (?) impasses e desafios para a saúde ginecológica dos homens trans Alexandre Gregório Silva Sampaio	102
Homens não nascem homens: tornam-se homens Shay de los Santos Rodriguez	119
Gênero em Termos Reais: revisitando Connel apoiado em epistemologias transmasculinas brasileiras Benjamin de Almeida Neves	134
Arte de Thomas Terra	148
Glossário	150
Bios	152





Conselho Editorial

Bruno Pfeil

Cello Latini

Kaio Lemos

Nathan Victoriano

Nicolas Pustilnick

Thárcilo ipá

Théo Souza

Design e formatação

Uarê

Nicolas Pustilnick

Bruno Pfeil

Cello Latini

Agradecimentos especiais

Inconformados Psi

Mayra Ribeiro de Oliveira

Kollinn Benvenuti

Tali Ifé

Movimento Artístico Poético Nacional TransPoetas



Apresentação

É com muito orgulho que apresentamos o segundo número da Revista Estudos Transviades! A ideia de criar uma revista sobre transmasculinidades surgiu em 2020, no Rio de Janeiro, a partir de uma reunião entre alguns dos atuais coordenadores, que tinham como foco a formação de um espaço sobre gênero e sexualidade *de* pessoas trans *para* pessoas trans. Ao longo do tempo, novas pessoas transmasculinas foram incluídas na coordenação e na equipe do design, e a partir do lançamento do primeiro número recebemos belíssimos retornos de diversas pessoas sobre nosso trabalho. Com o segundo número que apresentamos aqui, procuramos tornar públicas novas produções de outres transmasculines, expressando visões complementares e diversas sobre transmasculinidades e questões sociais amplas.

Nossas corpes transmasculines não são legitimadas nem reconhecidas. Não há um lugar social transmasculino historicamente constituído. Temos muito pouco sobre o que nos sustentar durante os processos de construção de nossas identidades. O que há sobre as transmasculinidades está sendo majoritariamente constituído agora, por nós mesmas, em nossas redes de amizades, em grupos de redes sociais, ao trocarmos nossas experiências. A proposta dessa revista é incentivar um processo de mudança cada vez maior nesse cenário de marginalização e invisibilização. É pensar as potencialidades de corpes transmasculines produzindo vida e novos horizontes de futuro. Pretendemos criar um espaço de acolhimento e visibilidade para as mais variadas produções de corpes transmasculines, de forma a buscar os diversos atravessamentos das transmasculinidades sem imposições academicistas e fora de uma lente patologizante cisnormativa. Almejamos uma liberdade cada vez maior para o diálogo, pela constituição de subjetividades que fiquem marcadas aqui, dispostas para serem conhecidas agora e no futuro.

Após a escolha do nome – Revista Estudos Transviades: revista sobre transmasculinidades –, que faz alusão à obra de João W. Nery e aos estudos transviados consolidados no Brasil, criamos um e-mail, um perfil no Google, no Wordpress e no Instagram, onde começamos a fazer postagens convidando homens trans e pessoas transmasculinas a enviar suas produções. Nos surpreendemos com a amplitude que o projeto tomou, graças ao apoio de amigues, especialmente do Movimento Artístico Poético Nacional TransPoetas (Instagram: @transpoetas), do grupo Inconformados Psi



(Instagram: @inconformados_psi) e de Tali Ifé, através do Solar do Jambeiro (Instagram: @solardojambeiro), que nos ajudaram muito com a divulgação.

Ficamos muito contentes com a quantidade de produções que recebemos. Foram ensaios, textos, poesias, prosas livres, depoimentos, cartas, desenhos, aquarelas, quadrinhos, ensaios fotográficos e artigos acadêmicos sobre temas que não abarcam somente questões dos estudos de gênero e sexualidade, como também questões outras, emocionais e do cotidiano, dentro da vivência de nossas corpes. Nosso objetivo não é organizar uma revista acadêmica, embora entendamos a importância da academia para nossas conquistas. Agrupamos todos os artigos acadêmicos ao final do documento e, ao longo da revista, mesclamos prosas, imagens e poesias; visamos com isso uma localização simples dos textos acadêmicos para possíveis citações e referências.

Decidimos utilizar linguagem neutra com “u/e” na Apresentação e no Editorial, assim como em alguns textos – com a permissão dos autorus – que apresentavam linguagem com “x”. Com isso, procuramos tornar essa revista um espaço de inclusão, e não de exclusão de corpes não-binárias transmasculines, que estão também no escopo das transmasculinidades. Além disso, adicionamos um Glossário nesta edição, de modo a tornar os textos acadêmicos mais acessíveis e informativos.

Em relação ao critério de seleção dos materiais, aceitamos quaisquer produções desde que não reproduzam opressões e/ou que não possuam conteúdos que possam ser entendidos como violentos. Não toleramos discriminações, seja por parte dos autorus ou de suas produções. Nossa política em casos de discriminações e violências é a não integração desses autorus e de suas produções no corpo da revista.

Temos consciência de que es leitorus dessa revista serão diversos, desde homens trans com anos de contato com as transmasculinidades, até pessoas que ainda estão se descobrindo, questionando sua identidade. A decisão de agrupar as biografias ao fim da revista foi pensada a partir da proposta de visibilidade que mencionamos anteriormente: ao lermos as apresentações dos participantes, percebemos como esse projeto conseguiu abarcar diferentes transmasculinidades de diversas regiões do país, em condições distintas, mas que se entrecruzam. Agradecemos imensamente a todes que nos enviaram seus materiais e convidamos cada vez mais pessoas transmasculinas a nos confiar suas produções!

Estamos sempre dispostos a integrar novas ideias para construir um espaço mais diverso e plural das transmasculinidades. Para dúvidas, críticas e sugestões, e também para o envio de novos materiais, procure-nos em nossa conta no Instagram



(@revistaestudostransviades), em nosso site no Wordpress
(www.revistaestudostransviades.wordpress.com) ou nos contate por email
(revistaestudostransviades@gmail.com)!



Editorial

O segundo número do primeiro volume da Revista Estudos Transviades reúne expressões de diversos autores sobre temas dos mais variados, desde poesia e ilustrações até artigos acadêmicos. Iniciamos a edição com o poeta Kaléu Menezes que, em “Século XXI”, faz uma crítica ao tempo presente em relação às violências direcionadas a corpos negros. Ele expressa que “não queria ser um alvo” e expõe o contraste em que “brancos acham legal ter fama de bandido/E pretos, morrem tentando provar não ser um”. Expandindo a discussão, Bernardo dos Santos versa, em “Fulano de Tal”, sobre um sujeito que “(...) crescia nas vielas da favela / Via a morte todo dia e tu queria mesmo que não deixasse nenhuma seqüela?”. Seu poema é forte e conta uma história de vida, mas atenta especialmente para as violências que perpassam corpos negros e periféricos.

Com fortes palavras e expressões, Caio Ciriaco Lima expressa seu descontentamento em relação a todo tipo de violência sofrida por pessoas trans, e finaliza com uma mensagem potente: “Mas eu sou forte e por todes nós eu irei resistir, minha mãe não me ensinou a desistir / O medo é grande, mas a força de lutar é maior que eu”. A partir dessa força, Gab pontes nos conta a história de Eduardo Rodrigues, um homem trans negro, de 46 anos e cearense, a partir de sua pesquisa de Mestrado “sobre o percurso de homens trans e transmasculinos e seus acessos à saúde no Ceará”. O texto é importante para que entendamos os processos de subjetivação comuns a vários homens trans, mas sempre particulares para cada um de nós.

Em “Demasiado Humano”, Theodoro Rodrigues Lima compartilha de suas memórias de vida para entendermos como “somos protagonistas da nossa identidade”, e que homens trans e pessoas transmasculinas devem buscar como exemplo masculinidades não-tóxicas, sem ódio ao feminino, não-cisnormativas. A seguir, temos duas artes de Caru Brandi, demonstrando corpos transmasculinos trocando afetos e existindo em sua diversidade. Em seu outro poema, “Consciência?”, Kaléu faz uma crítica mais específica à cisgeneridade e ao racismo, interseccionando gênero e raça. A seguir, Don Rafael escreve um poema sobre os processos de colonização e colonialidade, expondo a falsidade e a perversidade por trás do ‘descobrimento’ do Brasil, o genocídio da população indígena e a lógica colonial do século XXI.

Com isso, Tali Ifê, em “Caçador, Enfim”, expressa o desejo de se ver refletido em outros corpos, como um caçador de reflexos de si mesmo. Quando seus olhos ficam



famintos, o caçador desafia alternativas para se encontrar. Tali Ifé nos presenteia, ainda, com a performance “Quem abre caminhos, não me deixa andar sozinho. Laroyê”, homenagem a João W. Nery na In.corpo.rar: Exposição Viva (2018). Nas fotografias da performance, vemos Tali Ifé escrevendo por cima de fotografias largas de João Nery, e celebrando-o por sua importância e ancestralidade.

Calango nos escreve um conto envolvente chamado “Três Atos”, sobre a história de vida e de auto-percepção de uma pessoa que, aos poucos, se localiza em meio a um mundo binário. Seguindo com narrativas em tom pessoal, o poema de Petter Levi, “Alto Tom de Solidão”, se inicia com indagações de tristeza, solidão e vazio, remetendo-nos ao sofrimento resultante de uma conexão de afetos. Esse tipo de conexão é refletida, também, no “Projeto Bolha Transparente”, Nicholas Amon apresenta um ensaio fotográfico que procura tornar visíveis identidades trans ainda muito apagadas, como pessoas trans não hormonizadas, fora da estética da cisnorma e da performance heteronormativa. O ensaio possui como modelos Joana e Nicholas.

Em seu poema “Samsara”, Dioniso Ferreira nos descreve um momento de desidentificação e solidão. Já no poema “Entre a ponta e o calcanhar”, Tali Ifé escreve sobre os desafios de se aproximar da imagem do agressor, e sobre sua tentativa de se afastar disso. Thiago Peniche, no poema “Trem da morte”, narra como se deu sua demissão forçada do curso de inglês onde trabalhava, por transfobia. O autor reflete sobre o que na vida realmente importa, e sobre a violência que sofreu por ser um homem trans.

Apresentamos três ilustrações de Rafael Damasceno Aires, que expressam a solidão e angústia do autor. São ilustrações com traços fortes e trechos escritos, sobre sentimentos universais a qualquer pessoa, e não restritos às transmasculinidades. Cauê Assis, em seu poema “Incisão”, discorre sobre sua transformação de seu corpo em território, em “terreno transitório de disputa”. Já o texto enviado por Noah Nova discorre sobre relações gerais de pessoas com seus corpos, os desconfortos que sentimos sexualmente e visualmente ao nos percebermos. A mensagem que Noah procura passar é otimista e acolhedora: “Seja você, seja feliz. Com o corpo que tem agora ou o que sonha ter”.

Allan Reis, fotografado por Rai do Valle, exhibe as marcas de sua mastectomia. Abaixo das imagens está escrito, “cicatrices contam nossas histórias e podem significar liberdade”: significa não somente o desejo de alcançar um patamar estético. Em suas duas artes e seus dois poemas, Benjamin Aragão compartilha de suas angústias e de sua



relação com seu corpo, com a construção de sua identidade, de seu “corpo experimental”.

Nessa edição, Lui Foito expõe uma arte e um poema. O poema nos traz imagens gráficas sobre um corpo transmasculino, delimitando, ao final, o escape à cisgeneridade, e a arte que acompanha o poema possui equivalente força. O seguinte poema de Shay de los Santos Rodrigues, “Pensamentos de um transviado: se ele pensa, logo resiste”, descreve alguns pensamentos e dinâmicas de um transviado em busca de reconhecimento e compreensão acerca de seu corpo e de seu impacto na sociedade.

j i a l u p o m b o, em “nós, essas pessoas que se perguntam se são monstros”, questiona as potencialidades de seu corpo e da transgressão do binário se apoiando em trechos de uma obra de Clarice Lispector. Um de seus principais questionamentos ao longo do texto se refere à transformação da linguagem: “será que deslocar linguagem é o suficiente para deslocar corpo?”, e desafia, com isso, a “necessidade de nomear” que tanto atravessa as experiências transmasculinas. Em seguida, temos a série de quadrinhos de Lino Arruda, chamada “Seu Corpo é Mágico”. Os quadrinhos mostram a trajetória de uma pessoa transmasculina em meio a violências machistas e LGBTIfóbicas, desde xingamentos a agressões físicas, e retrata os significados que atribuímos ao corpo.

Após os quadrinhos, iniciamos nossa seção de artigos acadêmicos. O artigo de Oliver Olívia retrata a experimentação teatral de uma pessoa transmasculina não-binária construindo seu corpo não a partir de sua fala, mas da fala de outrem sobre si. Segundo Oliver, esta experiência “tem o intuito de refletir acerca das problemáticas que entram em jogo quando se tem em questão a presença de um corpo com um gênero desviante, que extrapola o escopo normativizado de percepção de gênero”, atravessando os efeitos desse corpo em outras narrativas.

Bruno Pfeil e Cello Latini, ambos coordenadores e co-fundadores da revista, escrevem sobre suas experiências enquanto homens trans no ambiente universitário, na produção de conhecimento e no apagamento de suas narrativas. A ideia de “ofensa da nomeação”, explorada pelos autores, destaca o caráter ofensivo e violento que a nomeação cisnormativa agrega em si.

Em “Ginecologia: um espaço clínico específico para mulheres (?) impasses e desafios para a saúde ginecológica dos homens trans”, Alexandre Gregório Silva Sampaio reflete sobre o direcionamento da ginecologia às mulheres cis, quando deveria se direcionar a todos os corpos que demandem os conhecimentos da área. O autor



disserta sobre o lugar das transmasculinidades na ginecologia, os desconfortos e inacessibilidades que pessoas transmasculinas atravessam nesse contexto.

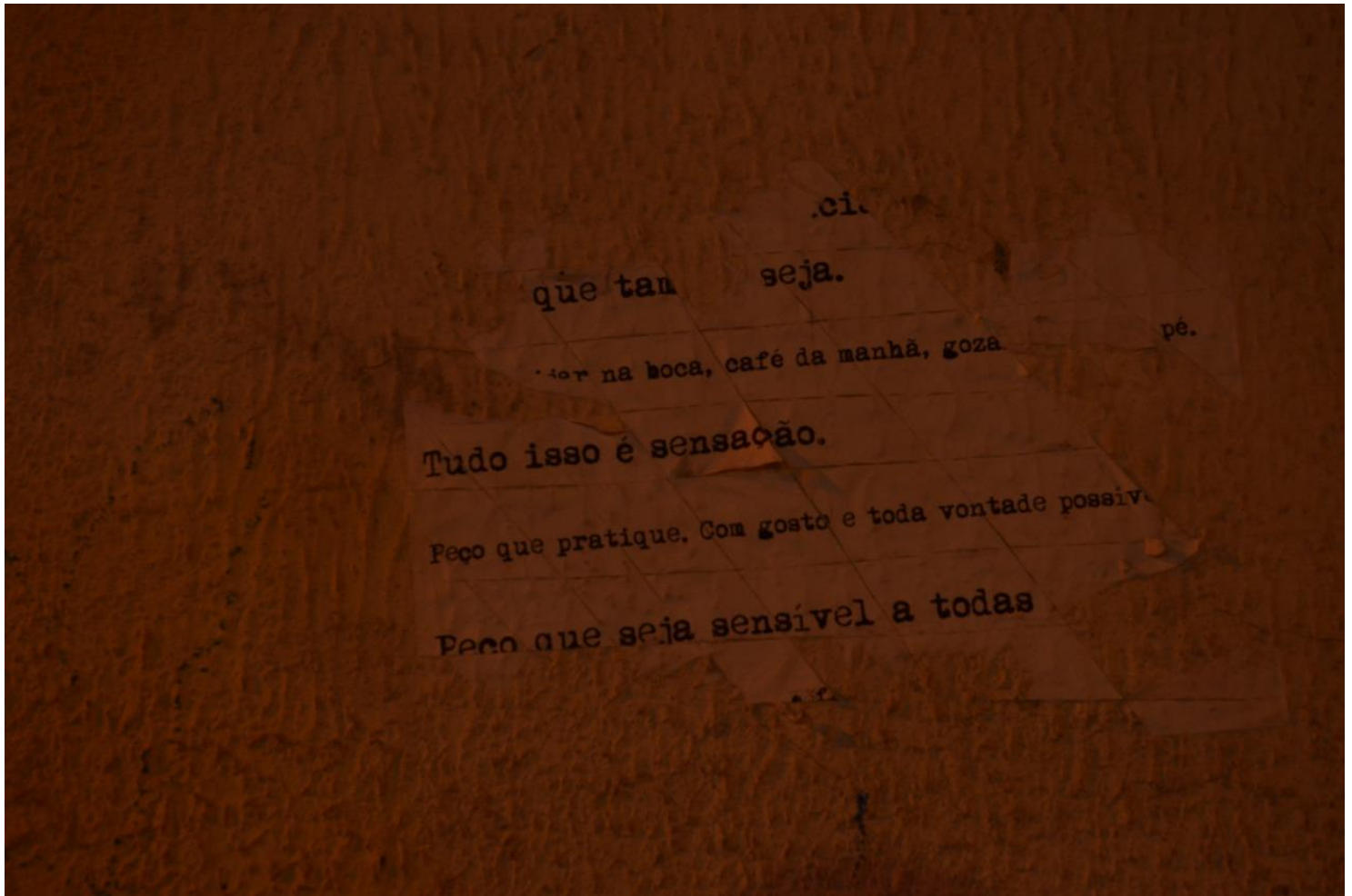
Em seu artigo “Homens não nascem homens: tornam-se homens”, Shay de los Santos Rodrigues problematiza a ideia de “ser-homem” e os ideais de masculinidade preconizados por nossa cultura através de seu lugar social “visto como não sendo de homem e nem masculino”. Ele mostra que, apesar da sobreposição e dominação da masculinidade hegemônica, é possível construir novas masculinidades.

Em “Gênero em Termo Reais: revisitando Connel apoiado em epistemologias transmasculinas brasileiras”, Benjamin de Almeida Neves analisa a obra *Gênero em Termos Reais* (CONNEL, 2016) a partir de sua perspectiva transmasculina, apontando que hegemonizar perspectivas cisgêneras femininas não reflete a realidade e produz invisibilização.

Finalizamos essa edição com Thomas Terra, que nos apresenta sua arte: um pôster com uma fotografia editada de um rosto com barba esculpido de forma clássica. Em volta do rosto, há desenhos de signos da feminilidade. O desenho nos faz refletir sobre a maleabilidade da cisgeneridade, tão socialmente consolidada como uma escultura, mas tão editável quanto a arte apresentada pelo autor. Na parte final da revista, antes das bios dos autoras, elaboramos um Glossário com as palavras que consideramos complexas ou informativas no decorrer dos textos. Fizemos isso para tornar o conteúdo mais acessível a todes que lerem essa edição. Desejamos uma boa leitura!



Fotografia de Oliver Z



Descrição de imagem: a imagem possui fundo marrom, com textura rugosa, como uma parede, e apresenta uma área lisa, no centro, dispendo de algumas frases: “que tan seja”, “na boca, café da manhã, goza”, “Tudo isso é sensação.”, “Peço que pratique. Com gosto e toda vontade possível”, “Peço que seja sensível a todas”.



Século XXI

Kaléu Menezes

Século XXI,
Onde criança ser morta na favela
por bala perdida se tornou comum.

Século XXI,
Onde o pobre preto tem um alvo nas
costas, e isso se tornou comum.

Século XXI,
Onde o fogo que sai da AK do soldado,
queima a pele preta do mano que sobe
a esquina do morro, e isso se tornou
comum.

Eu juro que não queria andar de toca
pela rua.
Eu juro que não queria precisar ter
medo do homem de farda.
Eu juro que não queria ser um alvo.
Eu juro que não queria ser morto aquele dia.

Eu ainda ouço o disparo com mira
Eu ainda sinto o arder da bala entrando
Eu ainda vejo o céu se fechando e as estrelas sumindo
Eu ainda lembro do meu último suspiro

É, eu entrei pras estatísticas
Com 12 meu primeiro enquadro
Com 13 meu primeiro tapa
Com 14 meu primeiro dinheiro rasgado
Com 15 minha primeira vez na delegacia
Com 16 minha primeira condenação, e sabe por quê?



Tava com lustra móvel na mão,
É que sempre foi foda ser um preto fora do padrão

É mãe,
Nem consegui te dar aquela mansão,
Nem consegui te fazer andar de avião,
A única coisa que fiz, foi tu me ver dentro de um caixão

É foda,
Nesse país racista e fascista,
Basta ter um tom a mais de melanina
Pra ser alvo e entrar pras estatísticas.

Eu juro, eu ainda preciso reencarnar pra lutar
Por todos que já foram, e todos que estão indo
Já que virou moda branco querer ser preto,
Te convido,
A tentar não se passar como bandido,
Te convido,
A tomar um tiro.

Não me diga que ser preto é legal,
Nem tente ser,
Afinal enquanto vocês tentam,
O genocídio corre solto buscando o próximo alvo,
Eu, tu, eles e elas.

A gente sofre tentando provar não ser bandido,
Vocês querem pagar de quem tem marra,
Até ter o primeiro fuzil apontado na cara.

Século XXI,
Onde brancos acham legal ter fama de bandido
E pretos, morrem tentando provar não ser um.



Século XXI,

Isso tudo ai em cima, se tornou comum.



Fulano de Tal

Bernardo dos Santos

Fulano de Tal nascia lá no fundo do quintal
Engraçada pra caralho essa agonia enquanto as preta tão tudo morrendo no hospital
Fulano de Tal crescia nas vielas da favela
Via a morte todo dia e tu queria mesmo que não deixasse nenhuma sequela?
Fulano de Tal sofria
Morte do pai, do amigo, do irmão
Mas porra, quem liga?
Morte de preto dá mais que arrastão
Fulano de Tal corria
Da polícia, do racismo, do destino
Mas quando que sorte ajuda pobre?
Três tiros por trás, só de advertência, e já tá lá, caído
Pra ficar esperto e não andar por aí se achando livre pensando que preto foi mesmo
liberto
E nem chega perto
Fodeu
É isso, já era, um corpo preto a menos pra lotar prisão
E esse não teve nem a chance de ser torturado pelo camburão
Em cima do corpo a mãe gritava
Era pelo terceiro filho que ela chorava
E na favela não tinha uma mãe que não sentia
Mas porra, que privilégio do caralho ter tempo de sofrer por cria
O destino olha pra cara dela e ri, cheio de ódio e ironia
Bora milha filha, lava a cara, conserta, recria
Porque o trabalho chama e logo, logo é dia



A emocionante história de Eduardo Rodrigues

Gabriel Vicente Pontes (Gab Pontes)

Eduardo Rodrigues

O período de isolamento social está sendo desafiador para a maioria das pessoas, principalmente para quem atravessa esse momento com dificuldades financeiras, familiares e de saúde. Entretanto, muitas situações boas estão acontecendo também, como o hábito de conversar mais com amigos distantes e conhecer outras pessoas através da internet. Esse foi o caso de meu encontro com Edu. Pedi para ele conceder uma entrevista para minha pesquisa de Mestrado sobre o percurso de homens trans e transmasculinos e seus acessos à saúde no Ceará. Ele logo se prontificou, de forma atenciosa e amigável, e a entrevista ocorreu parecendo uma conversa.

Entrevistá-lo foi muito emocionante, pois sua história de vida é um exemplo de força e coragem, devendo ser compartilhada mil vezes para que sirva de inspiração para muitas pessoas, principalmente pessoas trans que vivem situações traumáticas e precisam se reerguer.

Eduardo Rodrigues é um homem trans negro, tem 46 anos, nasceu e reside em Fortaleza – Ceará. Trabalha em uma empresa de transporte público como trocador de ônibus, e é também sindicalista e militante das causas sociais. Casou legalmente em 2015 com sua atual esposa, que trabalha como cuidadora de idosos, e eles estão atravessando juntos essa época de pandemia do covid-19.

A infância de Eduardo foi na década de 1970, onde praticamente ninguém falava sobre transexualidade. Ele conta que desde seus nove anos de idade se sentia “diferente”, pois nunca se identificou com as coisas atribuídas a meninas, como vestidos e brincadeiras de casinha. Oriundo de uma família militar e religiosa, ele lembra que todos eram muito rígidos e conservadores. Seu avô e pai serviram na Aeronáutica, e seus tios e tias foram freiras e padres. Seu pai o agredia cotidianamente por não aceitá-lo, e seus familiares reprimiam sua personalidade, trejeitos e comportamento, até que com onze anos de idade ele sofreu violência sexual por parte de um tio. Depois desse episódio, a família o levou para acompanhamento psicológico buscando “curá-lo” de sua identidade e do seu desejo por mulheres.

Em sua juventude, passou a frequentar boates e espaços LGBTs, onde pôde experimentar mais livremente sua identidade, porém a família continuou tolhendo sua



vida ao longo do tempo, aprisionando suas escolhas e suas identificações. Também nessa época, Edu decidiu que queria ter um filho. Para isso, pediu que um amigo o ajudasse a gestar a criança em seu útero, e fosse viver com ele num casamento fictício, sob a condição de que tudo seria uma história inventada para convencer aos outros, mas que nada mudaria na relação de amizade entre eles. Foi o que aconteceu. Ele e o amigo casaram no cartório legalmente, e também fizeram uma cerimônia religiosa na igreja evangélica que frequentavam. Passaram anos vivendo como casal da porta de casa para fora, mas como amigos da porta para dentro, na tentativa de engravidar e gestar uma criança. Porém, descobriram através de exames que o amigo possuía espermatozoides sem capacidade reprodutiva, e desse modo, a fecundação seria inviável. Depois disso, já cansado de se submeter a relações sexuais que o enojava, Edu decidiu “se separar” do amigo, e eles deram fim ao casamento inventado.

Com o fim do “relacionamento”, Edu buscou apoio na igreja evangélica que frequentava para reorganizar sua vida. Lá, conheceu uma mulher lésbica e tiveram um breve caso escondido, coisa de uma noite. Porém, o caso foi descoberto pela igreja, e a mulher expôs e culpou Edu, como se apenas ele fosse responsável pelo acontecido. Nessa situação, os dois pastores-líderes da Igreja armaram uma emboscada para ele, e o fizeram viver sua segunda violência sexual. Depois disso, os dois fugiram para outro estado e não foram punidos pelo crime nem pela justiça, nem pela igreja.

Edu engravidou, em decorrência da segunda violência sexual, e decidiu manter a gestação e dar luz a criança. Teve complicações no parto, mas no final tudo ocorreu bem. Seu amigo (do casamento inventado) registrou a menina como filha e assumiu a paternidade também. Nesse período, Edu voltou a morar com seus pais e decidiu reorganizar sua vida. Ele conta que durante todo esse tempo sentiu-se angustiado e triste, mas não sabia dar nome a seu sofrimento. Ele não se encontrava no mundo, não conseguia se definir, se identificar... Sentia como se não soubesse quem ele era, o que desejava, quem ele queria ser. Sentia-se constantemente perdido, como se sua vida fosse uma verdadeira bagunça. Tudo isso o fez tentar o suicídio, como se tirar a própria vida fosse a única saída para sanar sua dor.

Retornando à casa dos pais, ele começou a trabalhar numa pequena churrascaria que o amigo do seu pai abrira. A família começou a forjar uma relação entre Edu e esse homem amigo do seu pai. “Minha mãe não se importava pra quem ela tava me jogando não, ela queria me ver com um homem”, ele conta. Então, ele tentou estabelecer com esse homem a mesma relação que estabeleceu com seu amigo, de que eles viveriam uma



relação de fachada. Eles foram morar juntos, e Edu passou a ter uma vida dupla. Ele começou a dar desculpas para encontrar uma namorada e ficar com ela. Só que o homem descobriu, e fez da vida dele um inferno. Passou a agredir, humilhar, ameaçar a filha, a família... Em um dos episódios de agressão, Edu chamou a polícia. Nessa época, a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) ainda não era tão forte e conhecida, então a polícia chegou até o local, mas não solucionou e nem deu prosseguimento com a denúncia.

Nessa época, Edu conheceu sua atual companheira no ônibus em que ele trabalhava, ela como passageira e ele como trocador. Eles se apaixonaram e decidiram fugir para viver juntos. Porém, mesmo feliz com a relação conjugal, Edu ainda não se sentia completo, pois ele não se via como lésbica, embora já frequentasse partidos políticos e organizações sociais que defendem e discutem essas questões. Até que em 2019, ano passado, ele estava num evento da militância e conheceu um colega homem trans. Foi aí que ele viveu a catarse de descobrir a si mesmo como homem, e de, enfim, dar nome a angústia que o perseguiu a vida inteira e ele não sabia nomear.

Ele conta que cortar o cabelo bem curto foi sua primeira grande conquista na busca de ser quem ele é. Diz que esse momento foi triunfante para ele, pois sentiu alívio e felicidade. Sua esposa estava no salão o acompanhando nesse momento, e ele diz que a viu chorar pelo reflexo do espelho, pois ela gostava de seu antigo cabelo loiro e comprido. Penso que o motivo real de seu choro foi por que ela viu, de forma materializada, que Edu estava se tornando outra pessoa, ou seja, que ele estava se tornando o homem que ele é.

No espaço de quase um ano, Edu retificou seu nome, iniciou sua hormonização com testosterona, e está sendo acompanhado por profissionais da saúde regularmente. Também se inseriu no movimento de homens trans do Ceará, a ATRANSCE, e vem contribuindo e fortalecendo todos os dias as nossas bandeiras de luta.

Ele conta que o Thammy Miranda foi sua primeira referência de homem trans, e que o colega de partido foi o segundo homem trans que ele conheceu na vida. E isso me fez refletir a urgência da nossa visibilidade social, pois fiquei imaginando quantos transmasculinos e homens trans vivem angustiados por não se reconhecerem em uma identidade social. Ainda vivemos em uma profunda desinformação e falta de espaço público para falar das nossas existências, das nossas vidas, das nossas práticas. Felizmente, Edu se encontrou e deu fim a sua angústia. Sua felicidade transborda e é bonito de ver toda a sua força de vontade. Certamente seu caminho não foi fácil, e



muitas vezes ele pensou em desistir, mas ele conseguiu “chegar lá”. Temos urgência de dizer a outras pessoas trans que elas podem chegar lá também. Que dias melhores são possíveis, que podemos encontrar pessoas que nos amem como nós somos, e que mais importante do que isso, é que nós podemos encontrar nosso amor próprio.

Agradeço a oportunidade de entrevistar o Edu, e nós dois esperamos que sua história contribua como fonte de inspiração na jornada de outras pessoas trans.



Demasiado Humano

Theodoro Rodrigues Lima

Falar desse corpo demasiado humano, de muitas representações e fazendo um recorte das posturas que vi e vejo, afirmo que nem sempre temos ou buscamos a melhor referência. Não quero aqui macular a masculinidade cis, porém sabemos dos caminhos perversos na tentativa de se colocar superior à mulher. Ao longo da História, sempre se referenciou a humanidade, os seres humanos, de “Homem”, e essa deveria ser vista como mais uma forma de repressão, de representatividade autoritária. Também, como a imagem e semelhança divina de “Deus”. Enfim, nessas linhas trago um monólogo que sempre faço e hoje tenho a oportunidade de compartilhar. Creio que nós, homens trans ou pessoas transmasculinas, não somos, nem nos colocamos ou não deveríamos apostar, na referência dessa masculinidade azedada, ultrapassada, tóxica. Elas não são e nós também não somos da costela. Somos protagonistas da nossa identidade. Reconhecer nosso corpo, e temos cada um nossa subjetividade, pela qual dialogamos com outros corpos e outras identidades. Somos a soma não apenas de células, mas a nossa composição são de referências e, assim, temos que ter cuidado com o que ouvimos, o que lemos, o que observamos. Não precisamos referenciar com o que é negativo, como a ideia de que a mulher deva ser subordinada, objetificar o corpo feminino, portanto, tenho pra mim que o movimento feminista, as intelectuais e pensadoras feministas já denunciam e mostram novas perspectivas para seguirmos e assim construir uma nova sociedade. Nada melhor que ouvi-las e praticar o que elas nos ensinam todos os dias, e assim trago a referência: “Querer ser livre é também querer livres os outros” (Simone de Beauvoir).

Na memória da minha infância, percebo que eu nunca fui a menina que todas e todos afirmavam. Eu fantasiava e percebo que sempre fui o que hoje me afirmo: Theodoro. Lembro-me das brincadeiras, pedalar, videogame, o medo de boneca (hoje entendo que simplesmente não me reconhecia naquela fantasia ou brincadeira de casinha). Até uns 8 anos, a mãe escolhia a roupa e o sapato. Sou da geração Xuxa: muitas roupinhas, sandálias e tênis. Sempre gostei de short, mas, quando minha mãe me apresentou à democracia de eu escolher minha vestimenta e calçados, finalmente pude expressar melhor que eu não era aquele nome, aquele gênero na certidão de nascimento. Então escolhia os famosos conjuntinhos: uns tinham carrinhos, outros eram blusas lisas



(talvez por essa razão aprecio camisetas básicas). Ao invés da sandalhinha X, escolhia uma Opanka (fazia sucesso na época). Óbvio que escutava o questionamento: “Essa roupa?” Mas, fui mostrando meu estilo, que depois de muitos anos ainda busco afirmar que é identidade de gênero. Sim, ainda estou pedagogicamente, seja com a família ou com os amigos afirmar o Theodoro. Creio que venho tendo sucesso. Dos presentes natalinos, minha mãe comprou, para minha irmã, um estojo de maquiagem, e para mim e meu irmão, uma camiseta igual, porém de cores diferentes. Ela até lembrou que eu adoro azul. Às vezes ela fala “tenho dois meninos”, mas infelizmente ainda me chama pelo nome do registro de nascimento. É um desafio grande: impor e também compreender o tempo, os limites e a questão geracional. Ainda, tentar diferenciar se, quando se referem a mim como “mulher”, não é uma provocação ou se realmente é um lapso da pessoa. Às vezes, até sou compreensivo, às vezes, nas brincadeiras, dizemos verdades ou aliviamos para não sermos iguais ao ofensor, e não perder de vista o projeto pedagógico de transformar o mundo.

Libertar nossas mentes é um processo valioso para construir uma nova perspectiva de ser humano, é uma ideia libertadora na possibilidade de transformar a sociedade, em buscar o nosso reconhecimento, nossa cidadania, emancipação, afirmar nossa identidade de gênero, tendo em vista um projeto político e, por essa razão, devemos exercer a democracia como um valor de humanidade, de garantir as mudanças com as quais comungamos, como sociedade justa e igualitária (enfrentamento à violência contra as mulheres, ao racismo, à LGBTfobia), e aqui destaco a importância da visibilidade trans e transmasculina. É preciso nos colocarmos, nos organizarmos e garantirmos que nossas especificidades possam ser dialogadas na sociedade, que possamos sermos vistos e lembrados. Isso acontece quando nos conectamos com os outros, quando até mesmo dentro do movimento LGBTQ+ e, até entre as pessoas travestis e transexuais, devemos chamar atenção para nossas pautas. Desta forma é preciso produzir conhecimento. Devemos consolidar as entidades que nos representam e assim possamos contribuir para a mudança da sociedade, como bem diz Angela Davis: “Temos que falar sobre libertar mentes, tanto quanto sobre libertar a sociedade.”

O outro corpo que busco é para além do falo. Como sabemos, nem todo homem trans ou pessoa transmasculina objetiva ter um falo. Eu, particularmente, mesmo diante do atual corpo em que habito, me sinto homem com H, e venho buscado outros significados, outras verdades sobre minha identidade, um outro compromisso não apenas nas relações amorosas com mulheres, mas de forma geral. Tenho aprendido



muito bebendo da fonte das feministas e lendo um pouco de cada vertente. Já tive um comportamento desprezível, pois antes muito me valia aquela representação tosca, aquela masculinidade ofensiva, o que hoje podemos resumir a “tóxica”. Porém, hoje, compreendo que era a forma de exercer tal virilidade, pela qual me sentia desafiado, como de vez em quando sou, no entanto, agora, sei como responder, e também pela razão da segurança. Como é bom amadurecer! Certa vez me disseram: “Olha a Fulana (mulher trans), ela eu consigo, mas o Theodoro, não sei, ele é delicado”. Como se não houvesse homens delicados e isso nada tem a ver com orientação sexual. De vez em quando, algumas pessoas que têm entendimento, não ignoram a causa, se referem a mim com pronomes ou adjetivos femininos, e ainda têm a cara dura de dizer “desculpa, mas falo assim com todo mundo, é costume”. Porém, nunca as vi falando assim com homens cisgêneros. São muitos os desafios. Nossos cotidianos são para além das preocupações gerais como estudar, trabalhar, vida amorosa nem sempre bem... às vezes somos fortes, mas, na maioria das vezes, apenas somos convincentes. Fingimos, para nós mesmos, que não fere, não dói, dizemos que aguentamos, porém sabemos o quanto nossa autoestima é atingida, o quanto essas feridas da transfobia atingem nossa saúde mental.

E, por essa razão, venho dando novo significado para o pênis, adorado pelos povos antigos como símbolo da fecundidade da natureza. Freud o conclui como símbolo do poder, muito ultrapassado, e creio que podemos construir uma sociedade na qual pênis, vagina e ânus não sofram cárceres. Não sejam tão julgados e punidos, que possam ser livres, que possam banir a opressão, e que sejam pertencentes do demasiado humano.



Artes de Caru Brandi



Descrição de imagem: há a pintura de duas pessoas de perfil, sentadas uma de frente para a outra, com traços leves em aquarela. A pessoa da esquerda veste shorts amarelos e binder e toca a outra pessoa na cintura, enquanto a da esquerda veste shorts roxos e binder e toca a outra nos quadris. Ambas as pessoas olham para o lado, como se encarassem a pessoa que vê a imagem. As pessoas são envoltas por uma mancha rosa sob suas pernas, como se fosse o chão. No canto inferior direito, há a assinatura de Caru Brandi.



Descrição de imagem: a imagem mostra uma pessoa de perfil, quase de costas, vestindo uma camisa sem manga com listras verticais brancas e vermelhas e shorts azuis, terminando na altura do joelho. Seu braço repousa em sua perna direita. A pessoa olha para trás com uma expressão séria, como se encarasse a pessoa que vê a imagem.



Povo Indígena

Don Rafael

O povo indígena já habitava aqui,
Os primeiros habitantes do Brasil
Eles formam a nação Brasileira
Pedro Álvares Cabral mentiu
A história foi alterada e manchada
Felizmente o povo acordou
Estamos refazendo nosso legado
O povo cansou de ser enganado,
A mentira veio à tona
Século XXI e quase nada mudou
A opressão apenas se modernizou
Salário mínimo, humm, não vou nem comentar
Final de mês rezamos pra nada em casa faltar
Vocês admiram tanto os europeus
Na moral, vocês não têm sangue real
Talvez corra um pouco de sangue indígena nas minhas veias,
Eu tenho empatia e respeito pelo povo
Seu sangue é vermelho e sua pele não é rosada,
A pele corada é seu RG brasileiro
A miscigenação é uma máquina de extinção ou de união?
Eis a questão...
Ponto de Equilíbrio já dizia:
Direitos iguais e justiça para o povo Tupi-Guarani,
E todas as etnias remanescentes daqui



Consciência?

Kaléu Menezes

Como falar de consciência
Se somos tão inconscientes nesse CISTema
Sistema tão capitalista
Totalmente opressor
Te oprimem mais e mais só te causando dor.

A batalha de todos os dias
Acordar bem cedo
Dar sinal pro busão
Aguentar a multidão
Sentar e rezar
Pra ninguém ejacular
Pra você não sair como louca
E de quebra ouvir um “cala boca escrota”

O juiz disse mais ou menos assim
“Não foi crime porque não deixou a vítima infeliz”
Infeliz seu juiz?
Já que é pra falar de infelicidade
Vamos começar a citar a tal realidade.
Se for preto? Mata.
Mendigo? Prende.
Mulher? Agride.
Gay? É doente.

Sociedade,
O meu maior desgosto, é ver que o Brasil
“País de todo mundo, país acolhedor”
E o país que mais oprime gente e o que mais acolhe opressor.



Mas calma ainda não acabou, já se passaram mais de 1 ano e nada mudou
Quem foi que atirou e matou? Marielle Presente.
Temos fatos e verdades, bala e armamento da polícia federal
Dessa vez o que mandou matar, tá de roupa social.

Ele não viu q eu tava com roupa de escola mãe?
Dizia o menino com uma bala alojada no abdômen,
Colocaram ele pra sonhar de lá de cima, Marcos a gente ainda tá tentando fazer justiça.
Marcos, Presente.

Vivemos em guerra, e você ao menos se interessa
Acha que pagar de militante na internet é carregar o fardo da gente que sofre dando a
cara a tapa e acaba apanhando do estado que é “Laico”

Acha que chegarem uma batalha dizendo respeita as mina é ser o bonzinho,
Mas quando o amigo ameaça a ex tu passa a mão na cabeça dele dizendo que é rei.
Não vem me dizer que em briga de marido e mulher não se mete a colher
Porque eu cheguei metendo foi logo os dois pé.
Se você acha que é o 1010 pras mina
te garanto elas não querem sua pika, elas merecem bem mais que seu extinto escroto
masculino.

Respeito,
É o que lhe falta quando vocês zoa uma mina na escola
É o que lhe falta quando você zoa a professora que tá de costa,
É o que vai me faltar se eu te trombar na rua sozinho,
não vai ter plateia, vai ter o meu gatilho,
meus versos serão minhas balas
E você,
O meu alvo preferido.



Poema de *Caio Ciriaco Lima*

Teiteitei, é tiro pra todo lado e mais uma trans foi assassinada, com pessoas filmando e ninguém fez nada, espancada humilhada em plena luz do dia.

Vi muitos compartilharem dizendo ter empatia, mas na prática não passa de mais um que diariamente pratica transfobia.

Teiteitei, mais um trans assassinado, dessa vez meu amigo ali do bairro, foi espancado até a morte e xingado de Maria macho!

Teiteitei é tiro pra todo lado, minha comunidade é morta por mãos de covardes a cada segundo e nós que somos os bandidos?

No Brasil de Bolsonaro trans é tachado como doente, mortos por PMs e tem seus direitos negados!

Com saúde básica negada a trava morre no leito do hospital!

Sem chances de educação o trans acaba no tráfico e vai parar na prisão!

De onde venho se sobrevivo é porque tenho sorte, talvez.

Porém, amanhã já não sei se viverei, meu país é genocida, transfóbico e perigoso, eles só querem provar do gozo e depois nos matam e escondem nossos corpos.

Sem direito de fala sou silenciado, porém o meu verso fala por mim, por Dandara, Matheusa, Tadeu Nascimento e por todes os trans e travestis mortes nessa terra de covardes.

Mas eu sou forte e por todes nós eu irei resistir, minha mãe não me ensinou a desistir.

O medo é grande, mas a força de lutar é maior que eu.



Caçador, enfim...

Tali Ifé

Sinto falta de meus olhos encontrarem corpos como os meus.

Confesso que essa é uma falta que me acompanha desde antes desse fim do mundo, mesmo nos dias ditos como normais, eles caçavam e encontravam escassez.

Mas nesse dia, uns 3 meses antes do fim do mundo, Oxossi presenteou meus olhos, caçadores, com fartura.

Me encontrei refletido em tantos, que as palavra que a tanto não saíam de dentro com gosto, me saltaram a boca em deleite.

Acredito que quando eu escrevo, com olhos, boca e peito, é porque me escapou a flecha, me agitou a boca, me fartou o peito...

Enquanto fazia poesia de frente para tanto corpo-espelho, tremia o corpo inteiro, Como quem caça por anos com fome de ser encontrado, e finalmente se vê cheio...

Mas aqueles tempos de encontros de tudo que é torto, já não cabem dentro desse novo momento, e nesses dias estranhos, em que o mundo que conhecia vai se perdendo por entre as janelas, meus olhos e eu temos re-aprendido a caça e descoberto outras farturas.

Hoje, quando os olhos caçadores ficam muito famintos, procuro o espelho.

Oxóssi tem me ensinado a encontrar toda a fartura que eu preciso, em mim mesmo.

No meio de toda essa palha, encontrar a mata, a caça, e o sossego.

Agradeço por entre o mato seco encontrar quem me acompanha desde o começo nessa jornada por encontrar meu corpo no mundo, onde acabei encontrando o mundo em mim, de corpo inteiro.

Antes que eu percebesse, me saltou aos olhos e boca, e transformei em palavra o que me transbordou o peito.

Hoje lembro daquele dia, agradeço a companhia dos outros, de mim, e também desse sujeito caçador que me ensina alguns segredos...

Intervenção-Performance “Quem abre caminhos, não me deixa andar sozinho. Laroyê”, homenagem a João W. Nery na In.corpo.rar: Exposição Viva (2018), por Tali Ifé



Descrição de imagem: a imagem mostra uma pessoa de cabelos loiros e cacheados curtos, vestindo uma regata branca e um short escuro, e com duas tatuagens nas costas, escrevendo com um pincel sobre um painel com a foto de João W. Nery. No painel, está a figura ampliada de um homem mais velho sorrindo, com barba grisalha, óculos, chapéu e uma camisa social azul, simbolizando João Nery. Sobre o painel, em letras brancas, está escrito “Ser o que somos não tem preço, viver uma mentira nos enlouquece”.



Descrição de imagem: a imagem mostra uma pessoa de cabelos loiros e cacheados curtos, vestindo uma regata branca e short escuro, acendendo uma vela em frente ao painel de João W. Nery. Ao lado da vela, há uma garrafa de bebida alcoólica.



Descrição de imagem: a imagem mostra uma pessoa de cabelos loiros e cacheados curtos, vestindo uma regata branca, com duas tatuagens nas costas e uma no pescoço, escrevendo sobre o painel de João W. Nery. As palavras que aparecem são: “r o que somos não t”.

Descrição de imagem: uma pessoa escreve o nome de João W. Nery utilizando um pincel. Além do nome de João, há a frase “Ser o que somos não tem preço viver uma mentira nos enlouquece”.





Descrição de imagem: a imagem mostra uma pessoa vestindo uma regata branca, com uma tatuagem no braço direito, cabelos loiros cacheados e curtos, escrevendo sobre o painel de João W. Nery. A pessoa escreve a palavra “PRESENTE” logo abaixo do nome de “João Nery”, com tinta branca.

Descrição de imagem: fotografia da parte de baixo do painel de João W. Nery. Na parede, sobre o painel, está escrito “viver uma mentira nos enlouquece”, e abaixo do painel, no chão, estão uma garrafa de bebida alcoólica e uma vela acesa.





Descrição de imagem: fotografia de um grande painel com a imagem de João W. Nery, um homem branco, com barba grisalha e óculos de grau, sorrindo para a câmera e segurando um chapéu amarelo sobre sua cabeça. Ele usa uma camisa social azul e usa um relógio em seu pulso esquerdo. Sobre o painel, está escrito “Ser o que somos não tem preço, viver uma mentira nos enlouquece”, e “João Nery PRESENTE!”. Abaixo do painel, no chão, estão uma garrafa de bebida alcoólica e uma vela acesa.



Três atos

Calango

I. Sul, algo entre agosto e setembro de 2018

Hoje eu finalmente me olhei no espelho. Chegara do pedal, o corpo ainda quente, mas não tanto para abusar da nudez. Não me importei, precisava ver meu reflexo, encarar os seios, as curvas, o tufo triangular de pelos. Olhei-me com honestidade, e não me desagradei. Era um rosto mais confiante, mais bonito, quase feliz, que se encaixava levemente desajeitado em um pescoço fino. E o pescoço ligava aquele rosto andrógino ao corpo curvilíneo, magro de cuscuz e bicicleta.

Tentei enxergar minhas costas, essa superfície espreada com uma marca de nascença que tanto agrada ao meu amor. E assim me torcendo, a mão pousada logo abaixo do ombro e o rosto perfilado, me lembrei das poses sensuais de modelos para revistas de fofocas. Daquele ângulo eu parecia “feminino”.

Voltei à pose inicial de frente para o espelho. Agora o vidro polido emoldurava meu rosto como em uma foto 3x4, valorizando a bagunça dos meus cachos e meus olhinhos apertados. “¿Por que me miras, se no me sacas a bailar?”, me pergunto, e sorrio para mim mesmo. Que sorriso bonito, criatura. Sim, é um belo sorriso, a despeito do amarelado e da tortuosidade dos dentes. Ou melhor, é um belo sorriso, também por causa das curvinhas desenhadas no final dos incisivos centrais superiores, como Leli me alertou.

Aliás, tem tanto dela em mim. Os cachinhos têm a marca dos seus dedos habilidosos com a tesoura; em volta dos meus olhos tem marcas de expressão intensificadas pelos sorrisos que ela pincela em meu rosto, me inundando de amor. Os pelos do pescoço volta e meia se eriçam, lembrando dos seus beijos e mordidas; e a pele, ah, a pele... O maior órgão do meu corpo vira mar quando ela mergulha nele.

O sol em leão logo recoloca meu reflexo na berlinda. Retomo a autoanálise e acho tudo bom, muito bom. Não tenho vontade de mudar algo em mim. Tenho ânsias de eternizar esse momento, esse fugidio momento em que, ali no outrora assustador espelho, me sinto coerente. E num esboço de sorriso, penso: “estou me tornando o que eu sou”.

II. Nordeste, 24 de fevereiro de 2019



Tive o que classifico como meu segundo ataque de pânico. Foi no ônibus, durante o caminho da minha casa até o Benfica. Leli e eu íamos encontrar Niara em um bar e, de lá, seguir até o aeroporto. Na volta eu teria que pegar um uber, mais de meia-noite. Seria somente até a casa da minha amiga, para economizar dinheiro e por questões de segurança. Mas dei uma breve pirada. Por um momento achei que poderia ser justamente o contrário da segurança. Com minha aparência andrógina, tentava performar o conceito social de masculinidade. Contudo, minha voz ou qualquer outra delicadeza poderia me denunciar a um motorista que não hesitaria em me desumanizar ao primeiro sinal de não binariedade.

Era o medo, em uma modalidade nova (mas nem tanto) para mim. Pânico. Dificuldade de respirar, imagem de morte violenta. Leli ao meu lado não demorou a perceber: embora eu tentasse disfarçar, as lágrimas lhe comunicaram que eu não estava bem. Lembrei-me de controlar a respiração: “cheira a flor, assopra a vela”. Consegui me acalmar.

No aeroporto, chegamos com relativa antecedência, e sobrou tempo para abraços intermináveis, beijos manhosos, recomendações de Leli para mim, tentativas silenciosas de consolo minhas para ela. Uma cena. No fundo, eu quase queria que ela fosse logo para a sala de embarque, pois meu estômago já estava completamente revirado pelo avesso e eu sentia que em breve iria vomitar. Uma dor de cabeça leve, mas persistente também me embaralhava o juízo. “Psicossomática”, Niara me diria depois.

Já em casa, após a noite de conversa com Niara, tive que me confrontar com o quarto vazio, sem a bagunça de Leli. Uma coisa era viver naquele quarto com meus livros e vácuo individual. Outra era ter sido testemunha privilegiada de sua presença física inundando as quatro paredes, ter ouvido sua voz, seu riso e choro, seu perfume, seus vapores, sua “leliscência”. E agora tudo tinha decolado naquele avião com destino a Porto Alegre.

Olhei para o livro emprestado. “Espelhos e miragens”. Já tinha lido algumas páginas ano passado, quando visitei minha amiga, na época aspirante a psicóloga. E lembro de ter querido saber o restante. Assim, me agarrei ao livro para tentar me desligar daquele momento de vazio nauseabundo.

Era a história de uma moça branca, de classe alta, caloura do curso de Direito, descobrindo sua atração e amor por outra mulher. Na verdade, eu poderia chamar de *obsessão* por outra mulher. Uma história bobinha, romântica, do tipo que Gi gosta de ler para se distrair dos estudos. E, apesar de sua bobice, ou talvez por isso mesmo,



considere um livro importante dentro de um contexto em que a literatura insiste em tecer enredos melodramáticos com finais cruéis para personagens LGBT.

Gostei do fato de a história talvez ser menos sobre a “descoberta” da lesbianidade – branca, burguesa e cisnormativa – da protagonista do que sobre sua forma de se relacionar, desejar e amar uma pessoa – ocasionalmente, mas com todas as consequências dessa especificidade, essa pessoa era uma mulher (também branca). Era sobre amadurecimento afetivo, acho. A lesbianidade parecia mais um pano de fundo, uma característica, um aspecto da história, do que centro de sensacionalismo.

Ao longo da narrativa, porém, a autora escorrega em várias problemáticas de tipificação da experiência lésbica - termo por si só demandante de cautela em seu uso e generalização apressada.

Fiquei de nove da noite às duas da madrugada devorando as páginas. Quase todas as personagens me irritavam. Quase conseguia tocar suas superficialidades. Mas queria saber o final da história, da obsessão de Ana por Manu. E, ao menos, aquilo era eficaz em me distrair. Nas últimas páginas, a descrição da cena de amor entre as protagonistas imediatamente me remeteu às simplicidades amorosas entre Leli e eu. Chorei um pouco do muito que guardei e guardo sobre nós.

Mas foi realmente um pouco. Logo voltei ao estado de torpor que me assola toda vez que termino de ler, de uma sentada só, um livro de ficção. É o mesmo ritual, ficar encarando a capa do livro, ler a orelha, a primeira página, comparar com o final. Pensar na história, tentar resenhá-la na minha cabeça.

Depois de algum tempo assim, hesitei entre dormir ou esperar amanhecer. Tinha comprado um *totolec* e queria acompanhar o sorteio, que aconteceria às nove da manhã. Senti saudade dela. Teimosa, deitei no lado esquerdo da cama, o lado que, segundo ela, tinha alguma presença estranha que tentava fazê-la levantar no meio da noite. Fiquei olhando nossas fotos no *Instagram*, a vista ardendo por causa do clarão do celular dentre a escuridão do quarto. Mas não conseguia deixar de olhar nossos registros imagéticos daqueles dias em que ela veio até mim, até o meu mundo cearense, participar do meu almoço à la Belchior: “no centro da sala, diante da mesa, no fundo do prato, comida e tristeza, a gente se olha, se toca e se cala, e se desentende no instante em que fala”.

“Se você tivesse que definir o amor, o que diria?”, Niara me surpreendeu no meio de uma das várias e intensas conversas que sempre se estabelecia entre nós quando a sós. Gaguejei. Sou péssima com definições e com o próprio ato de emitir com a boca



sons articulados que façam sentido dentro de um idioma verbal. Tenho inclinação a paráfrases, e cooptei um trecho que ela mesma me dissera há poucos minutos quando lhe contei sobre minha náusea durante a despedida no aeroporto: amor é química, um rebuliço no estômago (hoje eu acrescentaria: e um revestrés no juízo).

Lembrei-me também do que eu dissera à Leli a respeito da sobreposição experiencial sinestésica frente às minhas (in)capacidades de verbalização. Eu sinto muito. Eu *sinto* muito. E peço desculpas não pelos sentires, mas pelos calares [“é medo ou preguiça?”].

Eu amo a Niara e seus papos cabeça, bem fundamentados e referenciados na literatura científica em Psicologia, refinados pelas citações nunca pedantes de Clarice Lispector. Mas naquela noite o encanto meio que quebrou. Continuava reagindo um pouco aérea, ingênua talvez, lenta como sempre. E seguia respeitando-a imensamente e admirando seu poder de autoanálise. Mas não me afetei do mesmo jeito que antes. O som de algo se partindo parecia com o que senti quando tirei do pedestal minha mãe, assim como alguns professores e colegas meus de Sociologia. O que eu tinha escrito no caderno aquela vez? Algo sobre deixar de enxergar ídolos perfeitos para enfim apreciar a humanidade deles, a humanidade presente em tentar compreender o ser humano, com curiosidade sincera e esforço – às vezes falho – de fazer isso com responsabilidade.

“Te alui, amiga!” – naquela época eu ainda não conversara com ela sobre meu gênero. Suas palavras ficaram ecoando em minha cabeça. O desencanto era como quando você repete uma palavra tantas vezes que ela se dissolve em fonemas até virar um punhado de sinais gráficos e sons desarticulados, sem sentido. Você despe a palavra - retira-lhe o encanto que a investe de significado.

Assim foi aquela noite e começo de dia com minha amiga Niara: um processo de decomposição linguístico. Não sei por que me irritei com isso, talvez por estar dolorido do adeus, da saudade procrastinada, do pânico recente. Não deixei transparecer nada; carregava, a tiracolo, meu sorriso apaziguador. E nem era por querer. De fato, acontecia o contrário, às vezes eu ensaiava, para encontros com meus amigos, um ar de seriedade lúcida (hoje vejo como uma tentativa de me sentir superior. Sim, muitos encontros com meus amigos senti como uma disputa de superioridade intelectual e emocional). E muitas vezes, a seriedade se desmanchava em sorrisos e concordâncias com acenos de cabeça.

Eu criei um monte de ardeios mentirosos para não me encontrar comigo mesmo.



III. Dentro, janeiro de 2020

Estava tudo aparentemente bem, talvez como naquele trecho inicial de *Quase sem querer*, do Legião Urbana. Até que senti o punho fechado dentro de mim se manifestar. Eu não me lembrava que ele existia, e que usavam daquela existência para controlar meu corpo e minha subjetividade. O punho fechado, amarelo-queimado (era como eu o vislumbrava mentalmente), me deu uns socos de leve. Estava um pouco inchado, e emergia tímido, porém ainda saliente, como que querendo sair da minha barriga.

Útero. Palavra proparoxítona.

Acho que as palavras proparoxítonas têm um certo charme. Todas são acentuadas e, diante delas, não há leveza: as pronunciamos quase num soluço.

Pois bem, o punho fechado dentro de mim se apertou, cravou as unhas em si mesmo e me sangrou. Paralisei-me. Por um breve instante de algumas semanas eu esquecera do sangramento mensal, desse rito estranho do corpo humano de alguns indivíduos. Ele veio quente, como sempre, fazendo-me também entrar em ebulição. Logo subiu o cheiro forte de ferro. Tenho a sensação de que sou ferro derretendo, e posso me moldar a partir do amontoado pastoso rubro-negro.

Mas é estranho o que vem em seguida: as emoções. Tristeza-melancolia, profunda como o medo que carrega do profundo oceano. Dor, daquelas que te enrugam o rosto e vincam os arredores da boca. Raiva-ódio, palpável no forjar daquele ferro não itabirano, mas fortalezense, a Fortaleza da atopia.

O ódio “des-ORI-entado”. Sem ori. Espraia-se pelo meu corpo, que “não é meu corpo, é ilusão de outro ser” e, no entanto, “me sabe mais que me sei”.

Houve uma época em que eu brincava. Soprava vida em bonecos e tecia seus destinos com a imaginação. Gostei particularmente de brincar com as palavras. Elas pareciam formidáveis peças de lego com as quais eu construía mundos e acessava as minhas próprias cosmo-agonias. Hoje, me permito poucas brincadeiras.

Descrever-me em des-ori-entação foi quase uma necessidade física. Então, des-ori-entei-me. Como? Enquanto as partes pudendas – as emocionais caóticas, digo – enquanto as partes pudendas se atiravam umas sobre as outras como as ondas e suas espumas, um ente à deriva contemplava confuso o caldo primevo, a sopa nutritiva da hipótese de Oparin. Os coacervados (gosto da textura de determinadas palavras em minha boca, “coacervados” é uma delas), os coacervados emocionais, diante daquele



ente suspenso, confuso, introspectivo, fragmentado. Um pedaço, uma sobra, um remanescente? Ale.

Ale ficou chocado com o sangue que escorreu do punho fechado. Não especificamente aquela mancha rosa desenhada no papel higiênico que acabara de tirar dos lábios de baixo – uma indecente marca de batom, talvez? Não, o susto, o *insight*, a epifania lispectoriana não provinha daquelas poucas horas de sangue em bolotas viscosas, mas sim de todo o histórico, a década de ciclos menstruais e tudo o que aquele organismo – primeiro incompreendido, depois tolerado com resignação, em seguida quase amado e, agora, momentaneamente odiado – representava.

Houve uma distensão.

O ente pairou sobre os coacervados emocionais e, vendo-se nu, sentiu vergonha. Não existiam departamentos: o sangue, o ferro, os lábios, as rugas e as tristezasraivasmelancolias eram todo o corpo e as presenças latentes que ele só sentia pelo eriçar dos pelos do antebraço. Ainda assim, havia aqueles rótulos, o peso de todos os séculos de classificação obsessiva.

A classificação: aquela que separa os humanos dos não humanos, hierarquiza e assassina, estrangula, violenta, pelos mais variados instrumentos de suplício.

Era tão irônico. Aquele nome no papel, supostamente do grego, “defensor da humanidade”, eu gostara de carregar durante um longo tempo. Ou achava que gostava. Alessandra. Andros. Homem. Másculo? Arrogância de tomar-se como o universal, arvorar-se a designação de humano, greco-usurpador.

Ri de desprezo e dor: agora que o sangue se esvaía do corpotexto cujos leitores poderiam ser cruéis e condenar-me a ser e não-ser, eu mesmo me negara a defender minha própria humanidade – ou, ao menos, essa humanidade rolo compressor. Eu, outrora Alessandra, fui Pedro naquele momento. Neguei o Andro e encontrei a redenção na trindade das letras que sobreviveram. Ale.

“Quantas chances desperdicei, quando o que eu mais queria era provar pra todo mundo que eu não precisava provar nada pra ninguém”. Estava tentando aprender a tocar essa música no violão, e até conseguira executar alguns acordes da versão simplificada. Mas no refrão surgia um fá maior que os dedos ainda não superavam.

Os dedos. Quase sem querer, limpei-me, vesti aquele plástico que envolve o algodão receptor de sangue e abri a porta do banheiro.



Alto Tom de Solidão

Petter Levi

Por que me tomas, me consome e me apavora?
Por que me assombra, me entristece e me derrota?
Por que me enches de vazio ao pé da nota?
Por que me grita em alto tom de solidão?
Por que me deixas escondido atrás da porta?
Por que me afunda em fundo lago de ondas mortas?
Se de saudade eu encho o copo até a borda
E de tristeza eu já virei imensidão
Por que o passado passa in front, insiste e mora?
Por que de fome me consome e de mim devora?
Por que tentar achar você não me esgota?
Se tudo meu tem tudo seu e ambos são
Vou me perder se te encontrar um instante agora?
Vou te deixar partir de novo e ir embora?
Colecionar lembranças suas a cada hora
Sentir no toque, carinho e afeto em suas mãos.



Projeto Bolha Transparente

Com o intuito de visibilizar as identidades transgêneras e aprofundar o debate sobre a vulnerabilidade de pessoas trans, foi criado o projeto Bolha Transparente no final do considerado mês mundial do orgulho LGBTQI+, na tentativa de chamar a atenção para uma parcela da comunidade que ainda sofre constante invisibilização e que é muitas vezes deslegitimada: pessoas trans não hormonizadas, pessoas trans não passáveis, pessoas trans fora da norma e que não performam um gênero e/ou não possuem intervenções cirúrgicas. Bolha Transparente tenta expressar, por meio imagético, a solidão, os anseios e a cumplicidade dos seres que vivem tal interseccionalidade, mostrando que essas pessoas não são menos transgêneras e nem menos humanas que as demais.

Produção/Idealização: Nicholas Amon

Produção técnica: Joana Phelipe

Fotografia: Caio Diniz

Make up: Milita Sattiva

Modelos: Joana e Nicholas



Descrição de imagem: a imagem mostra duas pessoas olhando para a câmera. Uma está vestindo uma camisa branca, com tatuagens no braço e no rosto e cabelo rosa, abraçando a outra por trás, que veste um macacão branco e tem cabelo preto e possui um detalhe vermelho na sobrancelha. O fundo da imagem possui plantas e flores.



Descrição de imagem: a imagem mostra duas pessoas deitadas num chão marrom, cada uma para um lado, com os rostos se tocando de lado, olhando para a câmera. Uma delas veste um macacão branco, cabelos pretos e um detalhe vermelho na sobrancelha direita, e outra veste uma camisa social branca, aberta, mostrando o torso nu, com tatuagens pelo corpo.



Descrição de imagem: há duas pessoas com os rostos bem próximos; uma delas veste um macacão branco, a outra veste uma camisa social branca, ambas de olhos fechados.

Descrição de imagem: a imagem mostra duas pessoas deitadas com flores amarelas e rosas no peito, de olhos fechados. Uma delas envolve o pescoço da outra com a mão. As pessoas possuem maquiagem dourada nos olhos; uma tem um detalhe vermelho na sobrancelha, cabelos pretos e lábios rosados; a outra tem cabelo rosa, tatuagens pelo rosto, pescoço e na mão e um piercing no lábio.





Descrição de imagem: a imagem mostra uma pessoa vestindo um macacão branco, com um brinco laranja de estrela do mar e uma trança, de cabelos pretos, abraçando outra pessoa, que veste uma camisa branca e possui cabelo rosa, com várias tatuagens pelo corpo.



Descrição de imagem: a imagem mostra duas pessoas se abraçando, uma de costas e a outra de frente, olhando para a câmera. A que está de costas possui cabelo preto e uma trança preta e cabelo vermelho na nuca; a de frente possui cabelo rosa, veste uma camisa social branca e tem tatuagens no rosto e no pescoço.

Descrição de imagem: a imagem mostra duas pessoas se abraçando, uma de frente e outra de costas. A pessoa de frente possui cabelo preto, um detalhe vermelho na sobrancelha, brinco laranja de estrela do mar e olha para a câmera; a de costas possui cabelo rosa e veste uma camisa branca.





Descrição de imagem: a imagem mostra duas pessoas, uma de frente para a outra, abraçadas, com os rostos bem próximos e olhando para a câmera. A pessoa da esquerda está um pouco mais alta, tem cabelo rosa, tatuagens pelo rosto e pescoço, veste uma camisa branca e tem um piercing no canto esquerdo do lábio inferior. A pessoa da direita possui cabelo preto, um brinco laranja de estrela-do-mar, maquiagem dourada nos olhos. Suas feições estão sérias.



SAMSARA¹

Dioniso Ferreira

Chega no absurdo e remove a identidade.
Um grito no vazio entre as paredes da mente.
Você me viu chorando e não disse nada.
O nada irá ecoar para sempre.

Nas órbitas dançaram dois girassóis.
O mar de ontem era verde intenso.
Dentro de um desejo imenso
dois desejos estão dançando sós.

A roda do destino gira, pois o destino de uma roda é girar.
Não fará falta, nunca fará.
São só mais alguns meses pra esquecer um dia.
Uma semente que não crescerá no jardim.
Um ano novo sem mim.
Seu sorriso sem alegria.
Uma só mão batendo palmas.
Mais dois corpos sem almas.
Não diremos oi nem adeus.
Não serás meu, não serei seu.
E outra vez ninguém saberá.

¹FERREIRA, Dioniso. SAMSARA. In: Relativo Absoluto. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2020. p. 27.



Entre a ponta e o calcanhar

Tali Ifé

Às vezes eu me sinto preso, a essa busca por liberdade, que me faz ter medo de quem eu vou me tornar.

É que, pensa comigo, ao mesmo tempo em que eu vou encontrar abrigo, eu me torno mais passivo de ser confundido com quem agride.

Procura então me manter na corda bamba, como quem samba hora na ponta hora no calcanhar.

Busco encontrar um lugar na periferia do homem que eu posso ser, e ser menos firme, mais poesia.

Sendo menos força e mais tecnologia.

Criando maneiras, construindo vias, de ser eu, sem ser quem me oprimia, e assim quem sabe um dia,

Ser um homem do qual a mulher que eu fui irá se orgulhar.

De barba e peito, força e mansidão ao falar, confundindo tudo que for pré conceito,

fazendo a sociedade surtar, como eu surtei um dia,

questionar tudo que automaticamente se dizia:

Que ser homem pode ser muito mais do que essa baixaria,

de achar que ser grande em corpo,

vale mais do que ser grande no sentir, no pensar e no amar.

Um homem que eu nunca vi, mas não desisti de me tornar...



Trem da morte

Thiago Peniche

Eu tinha 19 e tinha acabado de sair do trabalho
Meu chefe tinha avisado que eu seria demitido por ser trans
"Ter um professor trans é muito difícil"
Eu caminhei pelas ruas, fiz alguns telefonemas e fui até a passarela de Vicente de
Carvalho
Ali, fiquei olhando para os carros sob os meus pés enquanto chorava.
Nenhuma luz nos olhos.
Todas as expectativas de um futuro promissor embaçadas pela dor que eu sentia.
E então, depois de um tempo, fiquei com sono e fui embora
Morrer deve ser uma merda
Mas acho que às vezes
voltar para casa
olhar minha mãe nos olhos
dizer que está tudo bem
colocar a janta no prato
tomar banho, deitar
levantar da cama na manhã seguinte
por os óculos no rosto
fazer café
sentir o cheiro do café
abotoar a camisa
escovar os dentes
amarrar os sapatos
dar tchau para o seu gato
abrir a porta
descer as escadas
andar nas ruas, mudar de calçada, esperar pelo trem, entrar no trem
e partir para mais um dia
pode ser tão difícil quanto.

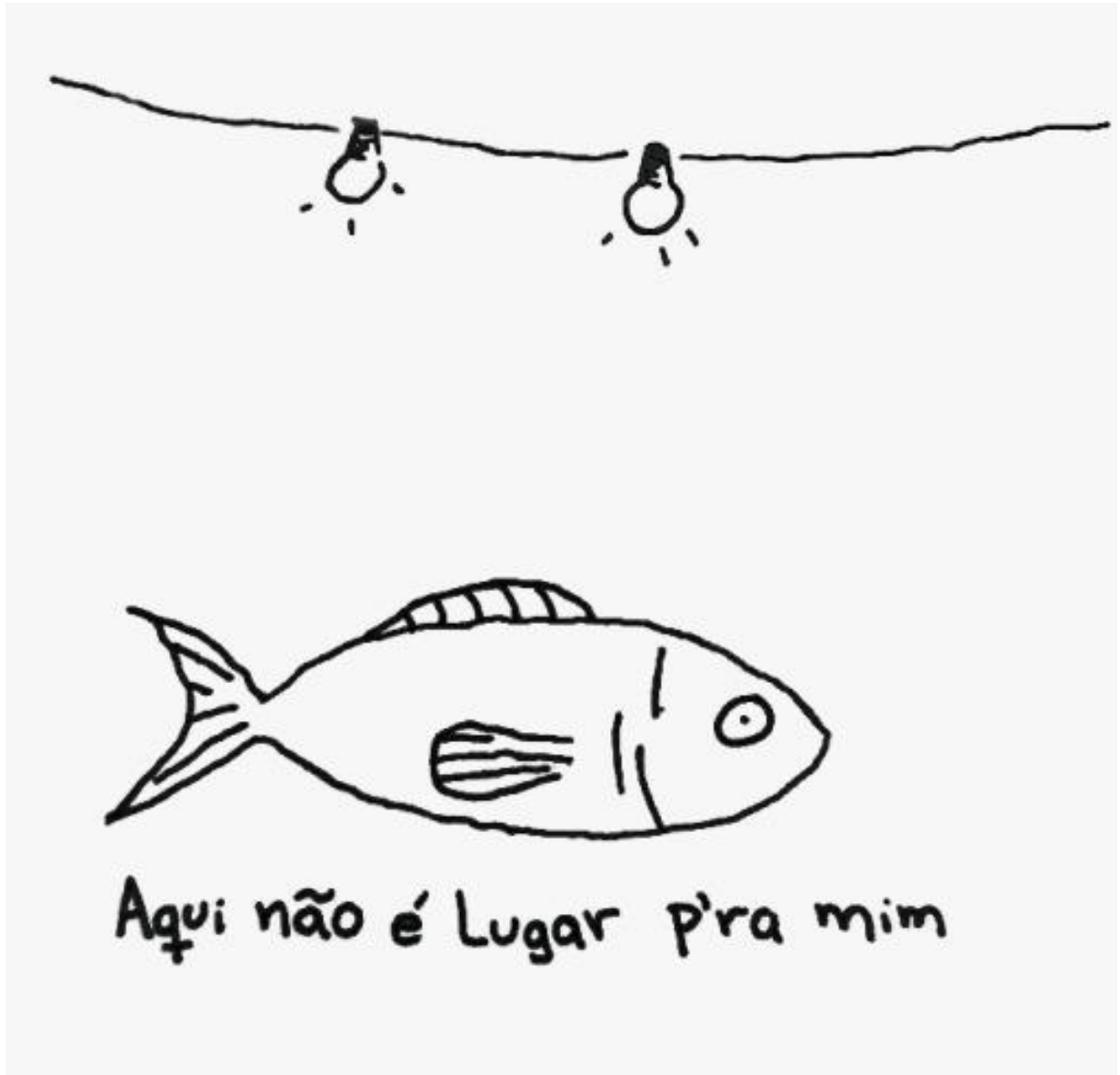
Artes de Rafael Damasceno Aires

Parece que eu procuro incessantemente por distrações, com o intuito de preencher esse vazio.



Mas quando a distração acaba, o vazio fala comigo de novo.

Descrição da imagem: a imagem mostra um desenho em preto e branco e bidimensional de uma casa em chamas. A casa é de tijolos e possui uma janela com quatro cantos. As chamas do fogo estão acima do telhado. Acima da casa está escrito “Parece que eu procuro incessantemente por distrações, com o intuito de preencher esse vazio”. Abaixo da casa está escrito “Mas quando a distração acaba, o vazio fala comigo de novo”.



Descrição de imagem: a imagem mostra um desenho em preto e branco de uma linha com duas lâmpadas piscando. Abaixo das lâmpadas, há o desenho bidimensional de um peixe e, abaixo do peixe, está escrito “aqui não é lugar pra mim”.



Descrição de imagem: a imagem mostra um desenho bidimensional em preto e branco de um dente pegando fogo. Acima do dente, as chamas escapam. Abaixo do dente, está um fósforo queimado apontando para cima. Ao lado do desenho, está escrito em letras vermelhas “Eu nunca passei tanto tempo fingindo estar bem. Minhas formas de lidar com isso tudo até funcionam, mas são frágeis. Posso surtar em qualquer momento. Daí a minha ausência”.



Incisão

Cauê Assis

Com o corpo cansado,
e um tanto oco.
O sofrimento
me parece pouco.
A vida é dura.

Sem palavras
para decompor as magoas,
e um tanto roto, vou compondo
através de muita labuta.

Fiz do meu corpo território,
terreno transitório de disputa.

E ainda hei de exhibir cicatrizes
como vitórias de luta.



Texto de Noah Nova

Alguns dias atrás um grande amigo compartilhou um momento fantástico de sua vida, sendo este a primeira vez que se sentiu confortável o suficiente para retirar toda sua roupa e estar nu em uma relação sexual. Isso aconteceu após anos se relacionando com pessoas. Me lembro dos meus relacionamentos antes de me entender trans, que momentos horríveis de estar despido. E por livre e espontânea vontade, sem querer agradar ninguém, mas apenas a mim mesmo, como demorei para viver isso, estar despido. Parece algo tão simples, mas não foi.

Logo, se torna impossível não ficar pensativo sobre como a mídia “cistêmica” e heteronormativa tem dominado e determinado padrões. Padrões estes nunca alcançados e mesmo assim sempre desejados. Nunca alcançados porque afinal, qual padrão seguir? Quais medidas temos de base? Qual o formato certo do rosto? Qual o tipo de cabelo certo e seu tamanho? Como é o certo de ter barriga, com dobrinhas ou sem dobrinhas ao se sentar relaxado?

Quem nunca teve alguma questão com seu corpo? Uma olheira que não sai, uma cicatriz, estrias, marca de nascença, grande quantidade de pelos, sardas, gordura mal localizada e exagerada ou falta de gordura, um seio maior que o outro, genitália diferente do que você queria, voz aguda ou grave demais, dedos gordinhos, poucos cílios, muitas espinhas...

Milhares de procedimentos estéticos, muita maquiagem, faixa que te aperta os peitos ou barriga, um bom corte de cabelo e roupas da moda na tentativa de ser aceito escondendo seus 'defeitos' físicos, suas cicatrizes e marcas. Tudo numa tentativa quase que incansável de fazer seu corpo perfeito na ótica de um padrão inexistente.

Está tudo bem não ser feliz com seu corpo e desejar mudar coisas nele até que você se sinta confortável com ele, afinal, importa o que você pensa e acredita. O padrão a entrar é o criado por você, do seu jeito singular que te faz único. Entender isso para mim demandou um pouco mais de tempo, mas hoje percebo que é isto.

Seja emagrecer, ganhar massa magra, nariz mais fino, silicone, preenchimento capilar, tatuagens, preenchimento facial, mastectomia... Eu criei meu próprio padrão, não próximo do cisnormativo, mas exatamente onde eu quero chegar e me sinto bem. E entendi que apenas uma coisa não está nada bem, em se machucar emocionalmente e



psicologicamente pra tentar agradar pessoas que, no fim, nem fazem tanta diferença assim e mesmo as que fazem, que bom que elas têm o corpo delas para ir ao padrão imposto pela mídia e buscado por elas.

Eu entendi e quero passar para você agora. Seja você, seja feliz. Com o corpo que tem agora ou o que sonha ter.

Arte de Rai do Valle. Modelo: Allan Reis



CICATRIZES CONTAM NOSSAS HISTÓRIAS E PODEM SIGNIFICAR LIBERDADE

Descrição de imagem: montagem fotográfica com duas fotos do peitoral de uma pessoa transmasculina branca. Na primeira foto, à esquerda, aparecem as marcas da mamoplastia masculinizadora, e a pessoa fotografada para os dedos sobre a cicatriz. Na segunda foto, à direita, aparece o peitoral esquerdo, com o mamilo e a cicatriz logo abaixo. Na parte inferior da montagem, está escrito em letras pretas “cicatrices contam nossas histórias e podem significar liberdade”.



Texto 1 (experimento 1)

Beijamin Aragão

O experimento

Abrindo fissuras em fissuras

Criando outras alternativas para a liberdade

Pegando nas mãos com distâncias impossíveis

O toque dos dedos quebrando meus ossos como casca de ovo

A fachada antiga e triste

Desmonta cada reboco

Segundos como horas

O peso sendo carregado em cada ombro

Nada se arrasta tanto como esse segundo

Seja para salvar ou matá-lo

Sufocar ou abraçar

A árvore barriguda que eu abracei e fui engolido

Para dentro das suas entranhas cheias de seiva bruta

O sangue que corria nas minhas veias se fundiu com a seiva

E viramos um único elemento natural

Seres vivos conectados diretamente, na terra fértil

Alguns cuspiram no chão, e nasceram flores

Outros cuspiram e nasceram árvores

E outros não entenderam

Continuaram caminhando olhando pro chão

Eu quero ser um pássaro brilhante

Voando cada vez mais alto

Cada vez mais iluminado

A um ponto de não ser mais visto

Mas não quero desaparecer

Quero voltar para ajudar o meu bando

Arte de Beijamin Aragão



Descrição de imagem: a imagem mostra um desenho retratando um corpo magro, com seios, vagina, pelos faciais e asas coladas aos braços. O corpo está nú e flutuando de braços abertos. Em seu rosto, há uma máscara imitando um bico de pássado, e os cabelos da pessoa cintilam com o movimento. No canto superior direito, estão desenhados os raios de sol, e no canto inferior esquerdo há o desenho de uma flor.



Texto 2 (experimento 2)

Beijamin Aragão

Eu já engoli muito seco
minha carranca sempre me acompanha e me guia
desde a noite escura e chuvosa
mochila nas costas
partindo como um pária na direção da esperança
voando para comer
voando porque queria chegar no céu
mas o céu não tem chegada
o céu é onde a gente tá

mamei e não gostava de mamar
as mamas me davam agonia
chupar o peito
o leite que dá vida
o leite quando cai na terra faz a planta nascer
o leite quando entra na minha boca me faz crescer
Não consigo mamar do meu peito nem do peito de ninguém

Acabei caminhando sobre seringas e agulhas
furando a pele atravessando o músculo
jorrando seus líquidos químicos
corpo experimental

jogando meu corpo na rua
até então escondido dentro de outro corpo
pés feridos de caminhar descalço
Mas só consigo andar assim

as caminhadas da cidade
o caminho do rio



me afoguei várias vezes
mas gostei disso
gosto da sensação de frenesi de quase morte
tranquilidade sem escolha

as máscaras cobrem os rostos
mas o corpo fica exposto ao Sol
nasci na cidade que o Sol mora
Ele é meu pai, ele me orienta
e me desorienta

eu me perco
mas sinto que preciso estar perdido
os fortes sussurram pra mim
os caminho das pedras macias

estou aqui, de pé,
exatamente onde eu deveria estar nesse instante
o instante, ele me salvou.
Desabrochou minha flor
atraindo o canto de um beija-flor
as matas me disseram
que o caminho bom é o do amor



Arte de Beijamin Aragão



Descrição de imagem: a imagem mostra um desenho bidimensional em preto e branco de uma pessoa nua com seios e pelos faciais, cabelos curtos e cacheados, e asas presas aos braços, flutuando de braços abertos em frente a uma grande flor de pétalas longas.

DESINTEGRAR IMAGENS CISTÊMICAS

Lui Foito

Lavando louça
Flashes de cenas
Luz carmesim
Derivam entre
As espumas.

Grelo estica
Atrito Fricção
Cueca encharca.

Escorre translúcida,
Água do rio,
Maré encontro.

Grelo espicha
Vejo a cabeça.
Transmuto meu corpo.
Uso tudo
Aquilo que
Pode me dar.

Vértebra enrijece,
Balanço o pêndulo.
Desintegro de imagens
Cistêmicas.
Não sou cis.



Descrição de imagem: ilustração que retrata um corpo amarelo-alaranjado retorcido, ajoelhado e virando as costas para traz até tocar as mãos no chão. A figura possui cabelo preto e não há expressão facial. Na região pélvica, a figura veste uma cinta e uma prótese peniana.



Pensamentos de um transviado: se ele pensa, logo ele resiste

Shay de los Santos Rodriguez

Ele já está em trânsito há quatro anos.

No começo pensava que tinha que agir como os “outros”
e tinha que se sentir atraído pelo “outro”.

Cortou o cabelo bem curto
sentiu uma leveza de se estranhar
e pensou consigo mesmo
que não só o peso do cabelo longo tinha partido.

Mudou freneticamente o seu guarda-roupa
usava roupas mais folgadas e um pouco grandes
comprou um *binder* para encobrir os “intrusos”
e se relacionava majoritariamente as “outras”.

Até que alguém um dia lhe perguntou:
e o pênis já comprou?
Ele então pensou mais uma vez consigo mesmo:
ter um pênis faria eu ser reconhecido como sou?

Realizou a compra, e viu que a sua chegada demoraria muito,
demorou 6 meses para ser exato,
e durante esse tempo Ele continuou a pensar consigo mesmo.

Pensou que gostava de usar roupas, não de gêneros.
Pensou que não gostava só do “outro”,
mas sim, de outras, outros, outres.

Pensou que poderia agir como bem entendesse,
que ser “afeminado” também é coisa “Deles”.



Pensou que não precisaria tomar testosterona se não quisesse.
Pensou que poderia deixar o cabelo crescer,
pois o comprimento não define o gênero.

Ele pensou muito e muito e
até pensou que não se deixaria abater
pelo pensamento negativo das outras pessoas.

Porém, essas outras pessoas não pensavam como Ele.
E para elas, Ele era Ela.
Ele conversava, explicava, ensinava.
Mas nada adiantava,
pois o corpo de Ele “parecia” um corpo de Ela.

Ele sabe que sua vivência é uma resistência.
Ele sabe que é ele e que existem corpos tão diversificados.
O corpo dele é mais um corpo que precisa ser autêntico.

Ele gosta de seu corpo, gostou do pênis que comprou,
e pensou que seu pênis pode estar onde quiser,
na cama, na mesa, na gaveta, em cima da geladeira,
não só no meio de suas pernas.

Ele pensa que pode ter o corpo que quiser
e deixá-lo onde quiser.

Ele pensa que o corpo muda e deve mudar,
não é estático, imóvel, irreparável.
O corpo é trânsito.

Ele até hoje continua pensando e continua mudando.

[Poema escrito na noite de 15 de maio de 2020 às 18:59.]



nós, essas pessoas que se perguntam se são monstros²

j i a l u p o m b o

O que quero compartilhar com vocês é um mistério. Sendo assim, tem algo de inacessível, e isso produz um problema. Mas esse problema não é só meu, é nosso. E, pra mim, só dá pra viver sustentando e convivendo com esse problema... como é pra vocês?

Pra mim é como correr atrás e nunca alcançar, mas continuar correndo. Porque assim os poros se abrem com o vento que bate na pele sem pedir permissão e qualquer coisa que seja – tudo – entra e sai. Já não existe dentro e fora. Ou então, como ficar parado numa quase imobilidade, na qual tudo me atravessa e todo micromovimento que faço decorre dessa permeabilidade.

“Desculpai-me mas vou continuar a falar de mim que sou meu desconhecido, e ao escrever me surpreendo um pouco pois descobri que tenho um destino. Quem já não se perguntou: sou um monstro ou isto é ser uma pessoa?” (A hora da estrela – Clarissa Lispector)

Isso aqui, que escrevo/leio/falo agora, talvez seja uma carta, pra ninguém, ou pra todo mundo que me escuta, ou especificamente para l., t., j., h., r., p., a., c., m... e tantas outras letras que iniciam tantos outros nomes, daqueles que um dia ficaram sem nome, ou que ainda estão.

Porque um pouco desse problema diz respeito à nomeação.

nomeação de nós

nomeações de cada

Tenho dito pra mim que tenho três nomes, já que esses três nomes são usados pra me chamar. E que isso é só mais uma coisa desse tanto de atravessamento constante que é a vida.

Então, como ou quantos são a nomeação de nós?

não-binário

² Este texto, publicado após algumas alterações, é a fala que fiz no encontro Sexta do Mês - Stonewall: do Village para o mundo, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, São Paulo, em agosto de 2019.



O que é isso? Alguém aqui sabe? Alguém espera que eu dê uma resposta?

“Tudo no mundo começou com um sim. Uma molécula disse sim a outra molécula e nasceu a vida. Mas antes da pré-história havia a pré-história da pré-história e havia o nunca e havia o sim. Sempre houve. Não sei o que, mas sei que o universo jamais começou.” (A hora da estrela – Clarisse Lispector)

Há tempos atrás uma pessoa mexicana, artista, indígena (dentre as nomeações que podem ser usadas para dizer dela) falou que “os idiomas do Ocidente não dão conta de uma concepção de vida e mundo na qual a humanidade não está no centro. Inglês, português, espanhol, não dão conta de um mundo fora do antropoceno”³. Talvez a língua que uso para escrever/falar não dê conta de um mundo fora do antropoceno, mas foi a língua que me deram, vou continuar tentando usá-la para criar outras línguas, outras linguagens e outros nomes... não-binário é só uma das tentativas.

Pra mim é uma tentativa de saída do antropoceno. Pra mim, esse nome que nega, tenta afirmar que uma molécula disse sim a outra molécula e nasceu a vida... e digo ‘pra mim’ porque essa é uma relação particular que tenho tensionado com esse nome, percorrendo caminhos para achar outros nomes – que não neguem algo a fim de afirmar outra coisa. Mas, o que estava tentando dizer é que não-binário coloca em tensão uma estrutura de ser, um modo de existência, um certo tipo de humanidade... coloca em tensão o corpo nessa estrutura.

Outro dia escrevi em outra carta: “Sou feito de folhas pontudas e aqui/agora, enquanto te escrevo essa carta uso uma prótese fállica que não é pontuda mas serve para penetrar penetrar meu próprio corpo de, água, gás, fogo porque nasci nessa vida com dois orifícios e um mini-pau, e às vezes aumento ele com a prótese fállica, enquanto diariamente faço ele crescer com o gel transparente e aderente na minha pele.

Faço isso porque nesse tempo meu corpo está em constante diálogo com essa humanidade identitária, como você bem disse. E esse tempo é colonizador. Ele disse

³ Fala de Fernando Palma Rodríguez no seminário Arte além do horizonte, acontecido no Pivô, São Paulo. 2018.



que meu corpo é feminino porque tenho clitóris. Mas, se chamo esse clitóris de mini-pau e faço ele crescer diariamente transmuto o tempo?”⁴

Num tempo em que eu só tinha dois nomes encontrei alguém que, procurando sair do binarismo de gênero, coloca isso nas palavras, procurando alargar a linguagem para além do feminino e do masculino dentro dessa língua que chamamos de português. Mais ou menos ao mesmo tempo li alguém que, dominando três línguas, sente que nenhuma lhe pertence, e que ao usá-las e misturá-las cria linguagem, num texto que flui entre referências e dizeres de outros – pensamento crítico/político –, e vômitos de vivências, auto experimento, exposição de atravessamentos – corpo sensível/político.

E eu aqui sendo todo dia atravessado pela deslegitimação dos movimentos que tento fazer com esse corpo/linguagem, me perguntando quais são os gestos possíveis. Lembro que uma vez escrevi: não dá pra deslocar corpo sem deslocar linguagem porque essa vivência pobre de corpo está praticamente presa nessa linguagem pobre.

Mas, será que deslocar linguagem é o suficiente para deslocar corpo?

Deixar o **ela** para usar o **ele**, deixar o **a** para usar o **o**, pode gerar movimentos perceptíveis para os trânsitos desse corpo e para os atravessamentos com os outros corpos?

Porque não são pronomes ou artigos que definem o que seria feminino e masculino. Essas palavras são usadas para delimitar os gestos fabricados por sistemas de categorização da vida em dicotomias. Invenções sociais que estamos constantemente produzindo e acessando (ou sendo negades a produzir e acessar), às quais podemos dobrar e quebrar, através de nossas potências vitais que criam outras forças.

Já não sei diferenciar meus gestos dentro desses códigos binários de gênero, e me pergunto o quanto todes nós, fiscais das vidas alheias, fazemos essa diferenciação a cada movimento de mãos, pernas, boca... E o que percebo é que não importa o quanto desloque a linguagem, se os fiscais não quiserem enxergar (respeitar), não vão. Não importa o quanto desloque os gestos. Se o corpo não é binário estarão sempre tentando encaixá-lo em algum desses dois lugares, mesmo que seu movimento seja para um outro lugar.

⁴ Carta para Castiel Vitorino Brasileiro.



Essa necessidade de nomear é estritamente da experiência humana, mas a vida é muito mais, muito mais ampla, larga, complexa no nível de escapar nomenclaturas, porque sempre em movimento. Então, estou procurando adentrar em transições que não dizem respeito apenas a ordens do humano. Sair da normatividade não apenas pelo deslocamento dos discursos (línguas) que estratificam os processos de vida, mas por caminhos que desloquem o corpo dos contornos do que seria humano, incorporando o que podemos ser para além de humano a partir dos contatos e trocas com outros seres que já estão aí, e/ou com seres que criamos (substâncias).

Isso me faz lembrar do *Nascimento de Urana*, da Jota Mombaça. Dos cinco dias que tivemos numa oficina sobre ficção visionária oferecida por ela. Durante esses dias, nós, essas pessoas que se perguntam se são monstros, inconformes com normas de gênero e sexualidade, pensamos juntas sobre como somos a ficção visionária de quem veio antes. Pra gente existir outras pessoas tiveram que imaginar mundos onde fosse possível viver de outro jeito. Imaginaram, viveram, morreram e construíram esses mundos nos quais eu posso estar aqui/agora falando sobre isso, imaginando, vivendo, construindo e morrendo – o tempo é espiralado.

E, não se enganem: “não sou um intelectual, escrevo com o corpo. E o que escrevo é uma névoa úmida. As palavras são sons transfundidos de sombras que se entrecruzam desiguais, estalactites, renda, música transfigurada de órgão. Mal ousou clamar palavras a essa rede vibrante e rica, mórbida e obscura tendo como contra-tom o baixo grosso da dor” (A hora da estrela – Clarisse Lispector).

Digo isso, também, para trazer ao corpo as aberturas provocadas pelas impossibilidades do presente. O que imagino, e que se apresenta como impossível para viver aqui/agora, poderá ser vivido por Uranas que estão por-vir. Porque aqui/agora nomear nem sempre é possível para nós, dentro da estrutura social regida por códigos binários, nos quais as tramas significantes privilegiam o sentido da visão.

“você pode mudar seus documentos, mas precisa continuar seguindo esse padrão (do sexo na certidão de nascimento ser feminino ou masculino)”, foi o que me disse a pessoa do cartório, quando perguntei sobre a possibilidade de declarar outra coisa, ou



de, apenas, não declarar o sexo/gênero, não classificar meu corpo⁵. Mas, se pra mim essa nomeação, esse dizer institucional é negado, talvez daqui há 20, 50, 70 anos, alguém possa dizer que é a ficção visionária de quem veio antes. E isso implica não só em institucionalizar e, assim, acessar estruturas necessárias para a sobrevivência nesse mundo enrijecido pelo regime colonial e capitalista, mas também (e, principalmente), em criar outros contornos, outros modos de ser, outras formas de viver, que vão manejar e ser atravessadas por questões que já não dizem respeito a esse regime e suas instituições, impulsionando outras mudanças. Nós e o mundo estamos em movimento – nós somos o mundo, o mundo somos nós.

Nessa relação corpo/linguagem, que é a potência de minha força vital e minha maior vulnerabilidade ao mesmo tempo, estou sempre a perguntar: “será mesmo que a ação ultrapassa a palavra?” (A hora da estrela – Clarisse Lispector)

Aqui/agora para/no meu corpo trata-se de uma dança de atos, a medida em que a força vital só existe em seu exercício. Mas, e o dizer, também não é um ato?

⁵ Me refiro à abertura do Estado brasileiro para a retificação de nome e sexo/gênero na certidão de nascimento feita diretamente pelo cartório no qual a pessoa foi registrada ao nascer, sem a necessidade de abrir processo jurídico, tampouco de apresentar laudos médicos e cirurgias de mudanças corporais. Porém, tal alteração no documento (o primeiro que depois possibilita a alteração de qualquer outro documento identitário) continua restrita às normas binárias de identificação de gênero, uma vez que o Estado não diferencia o termo sexo do termo gênero, submetendo, assim, as experiências que vem sendo nomeadas com várias palavras, dentre elas trans e travesti, à manutenção dessa polaridade homem/masculino x mulher/feminino. Essa dureza torna impossível o registro institucional de vidas que não são nem homem, nem mulher, nem masculino e nem feminino.



Quadrinhos de Lino Arruda

★ Seu corpo é Mágico ★



EU SEI QUE NÃO FOI ISSO QUE TE ENSinARAM, MAS É A VERDADE.



COMO ALGO TÃO INCRÍVEL PODERIA SER DIFAMADO



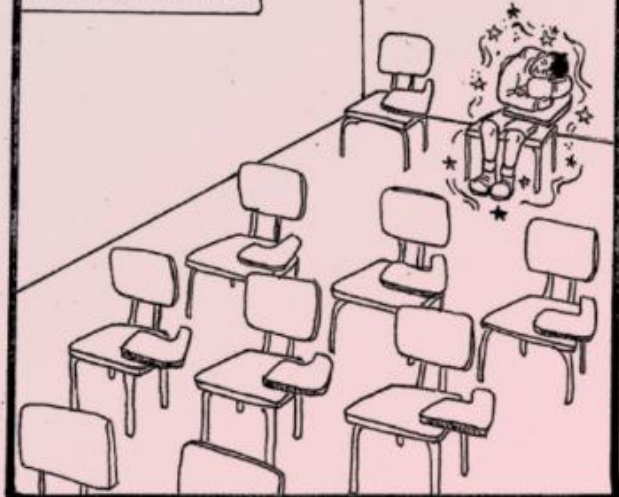
ALVO DE CUSPE



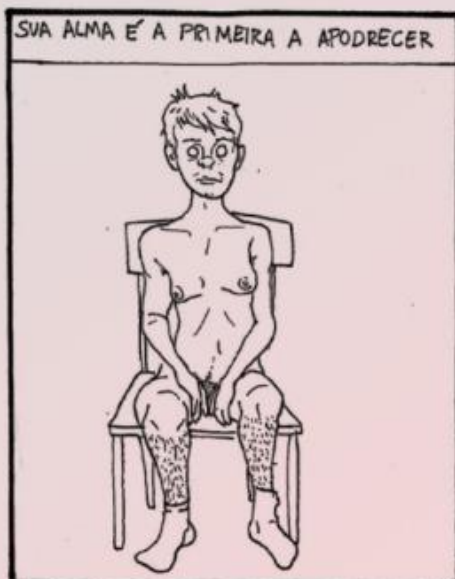
RIDICULARIZADO



MENOSPREZADO









* O texto desse quadrinho
foi adaptado de "Your body
is magic" do álbum Anthem
de Norny Lamm.



Descrição de imagem: as imagens representam 23 quadrinhos de autoria de Lino Arruda, intitulados “Seu Corpo é Mágico”. O primeiro quadrinho retrata uma pessoa deitada em posição fetal em um colchão, nua, de olhos fechados. Ao seu redor, há traços e estrelas representando a magia de seu corpo. As legendas dizem “Seu corpo é um universo mágico lindo, inteiro e completo em si mesmo. Exatamente preciso e perfeito”. O segundo quadrinho mostra a pessoa de binder e cueca, vestindo uma calça ou bermuda (não é possível saber, pois o quadrinho não mostra toda a peça de roupa). Ao redor da pessoa, há os mesmos traços e estrelas, em contraste com o fundo do quadrinho, que é preto. A legenda diz “Eu sei que não foi isso que te ensinaram, mas é a verdade”. O terceiro quadrinho mostra a pessoa recebendo maus-tratos, sendo chamada de “Sapatão nojenta!” por uma pessoa e “É uma bixa suja” por outra. A legenda do quadrinho diz “Como algo tão incrível poderia ser difamado”, e há traços e estrelas ao redor da pessoa. O quarto quadrinho mostra uma pessoa cuspiendo na cabeça de protagonista, com traços e estrelas ao redor, e com a legenda “Alvo de cuspe”. O quinto quadrinho tem a legenda “Ridicularizado” e mostra pessoas rindo de protagonista, com feições maldosas. Ela ainda possui os traços e estrelas ao seu redor. O sexto quadrinho mostra uma sala cheia de cadeiras, no estilo de carteiras de escola, em que a pessoa está sentada no fundo da sala, sozinha, com os traços e estrelas ao seu redor. A legenda diz “Menosprezado”. O sétimo quadrinho mostra a pessoa sendo alvo de agressões verbais de três pessoas, que dizem “Você é menino ou menina?”, “A gente só quer saber por que você se veste assim!” e “Deixa eu ver!”, esta última se referindo aos genitais de protagonista. O quadrinho mostra os mesmos traços e estrelas ao redor dela. A legenda diz “Invadido”. O oitavo quadrinho retrata a pessoa como se ela fosse pequena, em frente a um sapato de salto-alto gigante, como se a estivesse pisando. A legenda diz “Rebaixado” e há traços e estrelas ao redor da pessoa. O nono quadrinho mostra somente a palavra “Violado”, branca em contraste com o fundo preto do quadrinho, e com uma estrela branca no canto direito inferior. O décimo quadrinho mostra a pessoa sentada em uma cama, sozinha, com os olhos fechados. Dessa vez, ela não tem estrelas nem traços ao seu redor, mas há uma estrela solitária ao seu lado, na cama. A legenda diz “Seu corpo é mágico”, em letras bem miúdas. O décimo primeiro quadrinho mostra a pessoa rodeada de uma revista adolescente, gráficos, diagramas e uma escala representando o desenvolvimento humano da infância à idade adulta. A pessoa está com as mãos na cintura, em pose indagadora. A pessoa diz “Então por que me disseram para ver planilhas, gráficos, diagramas, escalas e revistas adolescentes que mostram tudo que



há de errado comigo?”. O décimo segundo quadrinho mostra a pessoa sozinha, sem nenhum objeto ao redor, nem estrelas, nem traços, com os braços levantados na altura da cintura, lamuriosa. A pessoa diz “Por que não me disseram para confiar em mim? Por que me fizeram sentir como um monstro horrendo, feio, patético, vomitante e solitário?”. O décimo terceiro quadrinho mostra a pessoa com traços e estrelas ao redor, dizendo “Se a verdade é que meu corpo é mágico?”. Há uma pessoa no canto esquerdo e outra no canto direito, dos lados do protagonista. A legenda diz “Como dissidente você tem que aprender a se identificar como abjeto. Você precisa aprender a ser ‘abjetificado’: feite feie e nojente...”. O décimo quarto quadrinho mostra a pessoa em uma forma animalesca gigante, atacando uma cidade. Há um helicóptero no fundo, prédios pegando fogo, corpos mortos em cima de terraços. A pessoa segura um carro com a mão esquerda e está com a boca aberta, como se gritasse. A legenda diz “Mas não de uma maneira que seja empoderadora para você... e assustadora para eles”. O décimo quinto quadrinho mostra a pessoa, nua, sendo atacada por duas pessoas. Dos olhos delas, saem raios em direção ao corpo do protagonista, que tenta se proteger com os braços. Ao lado do protagonista, três estrelas se encontram no chão, como se tivessem caído, pois sai fumaça delas. A legenda diz “Você será feite feie de uma maneira pútrida e apodrecida”. O décimo sexto quadrinho mostra a pessoa subindo numa cadeira com dificuldade. Há fumaça atrás de si. O décimo sétimo quadrinho mostra a pessoa sentada na cadeira, de frente, vestindo somente meias. A legenda diz “Sua alma é a primeira a apodrecer”. O décimo oitavo quadrinho mostra a pessoa na cadeira, encolhida e abraçando os joelhos com os braços, com a cabeça baixa, envolta por sombras. A legenda diz “Depois seu coração”. O décimo nono quadrinho mostra a pessoa caída no chão, com a cadeira atrás de si. A legenda diz “Depois sua mente”. O vigésimo quadrinho mostra o corpo da pessoa em estado avançado de decomposição, com a pele grudada nos ossos. A legenda diz “Depois sua carne”. O vigésimo primeiro quadrinho mostra a ossada da pessoa, ainda com a cadeira atrás. A legenda diz “E o que sobras é a parte mágica que vai viver para sempre”. O vigésimo segundo quadrinho mostra a cadeira cobrindo um amontoado de pó e estrelas. A legenda diz “Essa é a parte de você que é eterna...”. O vigésimo terceiro quadrinho mostra a cadeira cobrindo um pinto de silicone. A legenda diz “Seu pinto de silicone”. A finalização dos quadrinhos conta com a descrição “O texto desse quadrinho foi adaptado de “Your Body is Magic” do álbum Anthem de Nomy Lamm.



“Não ela” ou a tentativa de construir cenicamente a representação de um gênero não inteligível⁶

Oliver Olívia

Em sendo a ‘identidade’ assegurada por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade, a própria noção de ‘pessoa’ se veria questionada pela emergência cultural daqueles seres cujo gênero é ‘incoerente’ ou ‘descontínuo’, os quais parecem ser pessoas, mas não se conformam às normas de gênero da inteligibilidade cultural pelas quais as pessoas são definidas.”⁷

“Eu não sei muito bem o que é esse título e nem como ele se encarna no mundo.

Porque esse título não sou eu.

Esse título me escapa por completo.

E é para uma pessoa que ele faz referência.

(...)

‘Não ela’.

Isso pode causar um rombo também. Dependendo da forma com que for posto no mundo. Olha bem:

Um ELA, que vem como um soco.

O ELA desse título.

Essa pessoa, com útero, apesar de não ser ela.

Essa pessoa, apesar de eu chamar de amor e estar casada comigo.”⁸

Em outubro de 2019, me deparei com um desafio que me pareceu suficientemente trabalhoso e instigante: criar um experimento teatral em que eu, uma pessoa trans masculina não binária⁹, estivesse em cena sem me colocar eu mesmo em

⁶ Esse texto foi originalmente escrito para a “Averso Revista de Graduação de Humanidades da PUC-SP”, sendo aqui uma versão republicada.

⁷ BUTLER, Judith. “Problemas de gênero”, p. 43.

⁸ Trecho da dramaturgia “Não ela”, de Lucas Miyazaki (2019).

⁹ Dentro desse texto, serão utilizadas várias nomenclaturas para designar a identidade de gênero dos corpos em jogo, a fim de situar de que perspectiva se tem determinadas construções e discursos. Dito isso, uma pessoa transgênera é qualquer pessoa que não se identifica com o gênero designado por sua genitália: uma pessoa com falo que não se identifica enquanto homem ou uma pessoa com vulva que não se identifica enquanto mulher. A partir desse campo de experiência denominado “trans”, existem as pessoas trans binárias, isto é, que correspondem em suas identidades ao escopo dual “homem” ou “mulher”, estando aqui as mulheres trans e os homens trans; existem também as pessoas trans não binárias, cuja identidade de gênero não corresponde à designada por sua genitália, mas tampouco encontra um correspondente em uma construção binária homem/mulher. Alguns exemplos de gêneros que pertencem ao espectro não binário são o gênero neutro, o gênero fluido, o bigênero, entre outros. É importante



relação a mim, mas sendo sempre situado por um outro; uma dramaturgia que não fosse minha, mas da perspectiva singular de um homem cisgênero¹⁰, heterossexual e, ademais, meu então marido; um jogo de ponto de vista, um embaralhamento de lugares de fala, de perspectivas. Assim, a pesquisa se desenrolou da seguinte maneira: eu, como uma espécie de direção, fazendo perguntas e provocações para ele em relação à maneira como ele me percebia, nos percebia, percebia meu corpo, minha identidade de gênero, nossa articulação afetiva. Ele, então, enquanto dramaturgo, produzindo textos que se transformariam em um monólogo dele, mas que seria dito em cena exclusivamente por mim. Esse monólogo seria gravado por ele, eu ouviria a gravação ao vivo em cena e declamaria em tempo real para o público o monólogo que eu estava ouvindo¹¹. À frente do palco, haveria outro fone, com o áudio em execução sincronizado ao meu, para que o público pudesse ouvir a voz dele, e entender que aquelas palavras eram dele, apesar de estarem sendo encenadas e materializadas para o público por mim.

Isso de fato foi experimentado e levado a público duas vezes: na mostra “Dramas paralelos”, dentro do festival Satyrianas (2019), e na abertura de processo do laboratório de criação (2019) orientado pela diretora, dramaturga e atriz Janaína Leite. Ambas as vezes tinham mais o propósito de testar o material – entender a partir do contato com o público como as imagens-texto e imagens-corpo estavam se articulando e se tensionando – do que se constituir como uma apresentação propriamente, no sentido de algo convencionalmente pronto para ser exibido. Isso porque entendíamos que estávamos no percurso de entendimento do que significava essa sobreposição de perspectivas, essa tensão entre esse corpo-vivo-dramatúrgico-objeto-escultura transgênero e essa imagem-voz-monólogo cisgênero: quais efeitos estéticos, perceptivos, discursivos estavam sendo gerados ali, e que tipo de construção daquele corpo em cena estava sendo feita para o público naquela articulação.

Este breve ensaio tem o intuito de refletir acerca das problemáticas que entram em jogo quando se tem em questão a presença de um corpo com um gênero desviante,

ressaltar que identidade de gênero não tem uma relação direta com identidade sexual, sendo um a maneira como uma pessoa se situa em relação ao seu gênero, enquanto o outro, o modo como alguém se relaciona afetivamente e sexualmente com outras pessoas.

¹⁰ O termo cisgênero é utilizado para designar uma pessoa que não é transgênero, ou seja, uma pessoa cuja identidade de gênero é análoga às construções culturais normativas e esperadas de gênero: uma pessoa com vulva que se identifica enquanto mulher e uma pessoa com falo que se identifica enquanto homem. A importância do uso do termo cisgênero para designar uma pessoa reside no modo como sua presença evidencia a cisgeneridade como um atributo pessoal tanto quanto a transgeneridade: não se trata de um padrão, mas de um tipo de identidade de gênero, que denota experiências e construções diferentes em relação às das pessoas que se identificam enquanto transgêneras.

¹¹No teatro, a essa técnica em que um áudio ouvido ao vivo é usado como texto pelo ator é dado o nome de “verbatim”.



que extrapola o escopo normativizado de percepção de gênero. Uma vez que esse corpo existe, ele se insere no campo de percepção intersubjetivo de seu entorno – sua qualidade de estar presente constitui sua possibilidade de ser percebido. Entretanto, por se tratar de uma configuração performativa que não encontra um padrão correspondente de inteligibilidade de gênero passível de ser reconhecida como tal, o que se instaura é um abismo entre o ser presente no mundo e sua própria realidade, por essa não encontrar respaldo interperceptivo: por não ser reconhecido como reconhece a si, ele é, no limite, real apenas para si. Assim, o como elaborar um corpo cuja legitimidade de realidade não encontra alicerces suficientes para se estabelecer dentro de uma rede interperceptiva tornou-se uma questão a priori da experiência dessa peça e extremamente vital para sua pesquisa: como representar esse corpo em cena? Como materializá-lo, atestá-lo? Quais os recursos estéticos e discursivos? Essa questão, oriunda de uma espécie de necessidade pessoal misturada com um interesse de investigação cênica, é o que pretendo esboçar aqui, intercruzando minha experiência pessoal, o processo de pesquisa desse trabalho, e um material teórico que dialoga com as questões levantadas.

Entendo progressivamente que o trabalho de pesquisa cênica denominado “Não ela” consistia em uma construção de um corpo não inteligível a partir da perspectiva do outro. Em primeiro lugar, é necessário se perguntar sobre as razões pelas quais as dinâmicas de reconhecimento se tornam turvas quando se entra em jogo um corpo trans não binário. Pode-se dizer que para que o indivíduo seja reconhecido enquanto si é necessário que ele seja também reconhecível, isto é, que seus arranjos perceptíveis realmente o sejam, que ele possa ser lido pelo outro que o percebe. Dessa maneira, faz-se necessário desenhar qual o sentido intersubjetivo de um gênero: que tipo de articulações estéticas – arranjos visuais, gestuais, comportamentais – se concatenam e de que modo devem fazê-lo para que exista um juízo comum e regular de que se trata de um homem, ou uma mulher, ou uma outra coisa. Essa noção de gênero aponta para um escopo intersubjetivo que funciona primordialmente em um regime performativo: não se trata de uma existência a priori de um gênero, este como um atributo essencial do ser, mas ele aqui se dá enquanto comportamento delimitado e performado para um outro. O gênero, então, se constrói a partir da relação entre o modo como o ser se manifesta performativamente e a maneira como o outro reconhece e se relaciona com o que percebe: à risca, o gênero é constituído efetivamente por sua performatividade, por sua realidade intersubjetiva.



A consequência radical dessa exposição, em que se tem o gênero como única e exclusivamente a sua performatividade, é a sujeição da realidade objetiva do ser ao reconhecimento por parte do outro: se o outro não o reconhecer enquanto o gênero que ele se identifica, sua realidade é exclusivamente autônoma e, portanto, sem estatuto objetivo, o que a torna não muito diferente de um delírio. Acredito que a angústia de não ter uma realidade objetiva incontestável e contínua dentro do cenário cultural e relacional em que me insiro foi o que me moveu a pesquisar essa então peça de teatro que passamos a chamar de “Não ela”: se o teatro é o lugar que possibilita a elaboração estética para que aja algum tipo de modulação da vivência e da percepção, para que a minha experiência pudesse se manifestar coletivamente enquanto realidade era necessário que ela se expandisse para além do alcance da minha perspectiva e do meu lugar de fala pontual. Dessa maneira, a premissa do trabalho – ser um corpo trans sendo narrado e percebido por um outro corpo não trans – me instigou como hipótese de um mecanismo necessário para que uma existência não normativizada pudesse ser desenhada para um outro: revelar o modo como o outro me percebe – revelar, portanto, essa relação – me pareceu uma maneira possível e interessante de construir fenomenologicamente esse corpo. No ponto em que esse outro que me lê é uma pessoa muito próxima afetivamente de mim – meu marido – essa exposição do olhar do outro é ampliada em suas camadas de complexidade: de que maneira o que ele sabe sobre mim, sobre a minha identidade de gênero, sobre como eu me percebo, colide e se atrita com a maneira como ele me percebe em um plano pré-discursivo. De certo modo, estávamos colocando à prova o quanto a minha performatividade como pessoa trans masculina não binária de fato funciona para um outro, isto é, para esse campo intersubjetivo capaz de legitimar objetivamente minha identidade de gênero: quase uma exposição-diagnóstico que revela o quanto eu me faço perceptível enquanto pessoa trans, e, ao mesmo tempo, de que maneira o imaginário coletivo cis binário normativo opera em nossos níveis perceptivos imagéticos pré-discursivos, de modo a me reconhecer como um corpo trans ou não.

Assim, o primeiro ato dessa peça em processo então acontece dessa maneira: são projetadas regras, em que se lê que o que o performer dirá foi escrito inteiramente pelo dramaturgo; o performer então se apresenta, se presentifica para o público, numa espécie de mistura de signos – roupas “masculinas”, um corpo “feminino”, cabelo curto, uma voz “feminina” que diz as palavras, um discurso em que se atesta sua

transgeneridade, seu descolamento de uma auto percepção enquanto mulher cisgênera. O dramaturgo, sentado na plateia, assiste à cena.



Descrição de imagem: a imagem mostra uma pessoa num palco, em um cenário de tons escuros, com cores majoritariamente em tons de cinza. A pessoa veste camisa preta e calça cinza, tem cabelos loiros, usa fones de ouvido claros e está com as mãos levantadas na altura da cintura, olhando para frente, como se quisesse dizer alguma coisa.

Aqui acontece uma tensão de três qualidades: entre o corpo e a apresentação desse corpo de performer – como ele aparece, se revela para o público; entre essa imagem e o texto que é dito; entre o lugar de fala de performer e do dramaturgo. Essas tensões construídas encontram seu ponto nevrálgico, como já antes insinuado, na noção que Judith Butler traça acerca da performatividade de gênero. Ora, se os gêneros se dão através de uma relação entre construção, apresentação, percepção e reconhecimento, é justamente as discontinuidades na apreensão das imagens – visuais e textuais – que se desvelam para a plateia que o espectador se depara com a problemática posta sobre sua própria percepção em relação a identidades de gênero.

Sobre o que concerne à construção do corpo apresentada para o público – suas roupas, sua voz, seu corpo, seus gestos – se tem uma imagem que remete, dentro desse

universo histórico-cultural perceptivo, a uma mulher, ao passo que as escolhas visuais tensionam uma construção inteligível do que é uma mulher: o sexo biológico, um corpo com vulva, o que historicamente se ambienta enquanto indícios perceptivos de um corpo feminino; a camiseta e a calça “masculinas”, o cabelo curto, a falta de maquiagem, os tênis, a gestualidade precisa e pontual, marcas de um gênero culturalmente construído atrelado ao masculino. O que reside dessa combinação enquanto efeito? A percepção de um aparente feminino não convencional – ou ao menos distanciado do referencial imediato estabelecido de um feminino – é possível justamente por conta do diálogo instaurado entre a provocação visual que o corpo de performer explora em sua exibição e o repertório histórico cultural de expectativa e apreensão de um feminino consolidado. Esse jogo entre a matriz cultural de percepção de gênero homogênea e o embaralhamento entre elementos visuais de e ne performer pode ser entendido como um primeiro e imediato recurso cênico e performativo que se dá em vista do reconhecimento desse corpo como um não mulher, ou ao menos um *não-mulher-como-se-historicamente-consolidou-o-espaco-inteligível-“mulher”*.



Descrição de imagem: a imagem mostra uma pessoa de frente, vestindo camisa preta e calça cinza, com o braço esquerdo rente ao corpo e o direito levantado perto ao peito. Sua mão cobre sua boca e seus olhos estão fechados. A pessoa usa um fone de ouvido claro e tem cabelos loiros.



Talvez isso bastasse para delimitar esteticamente um corpo que é um não-mulher. Entretanto, vivemos em um mundo em que, felizmente, a percepção acerca do que é uma mulher se ampliou: se analisarmos a progressão representativa do movimento lésbico, exemplo em que essa diversificação do referencial do feminino se deu de maneira mais acentuada, podemos ver que ganhou espaço no imaginário coletivo uma série de representações de mulheres que se utilizam de recursos performativos que remetem ao masculino – o cabelo curto, as roupas largas – sem deixarem de serem lidas, auto identificadas se coletivamente reconhecidas enquanto mulheres. Assim, por mais que essa diversificação da imagem cultural do escopo “mulher” seja, ao meu ver, extremamente positiva, a missão de fazer ser um corpo trans com vulva – para que ele seja de fato lido como não mulher – requer um esforço maior do que o imediato recurso do embaralhamento visual de signos convencionalmente masculinos a um corpo convencionalmente feminino.

O que nos leva para a segunda qualidade de tensão presente nessa elaboração cênica: a imagem que se apresenta de performer e o texto que é dito por ele. O texto é construído de maneira que progressivamente são lançadas pistas de que se trata de um corpo transgênero – mecanismo esse que o dramaturgo explora a partir da tentativa declaradamente intelectual e discursiva de diferenciar esse “não ela” de outros “elas”, do “ela” que habita seu imaginário, inclusive em relação ao performer – por mais que, discursivamente, saiba que não se trata de um “ela” – na tentativa de construir para si mesmo esse espaço de percepção de um não-ela.

“Você me sugeriu começar por uma despossessão geral para pensar a arte, e tudo o que eu consigo pensar é um grande ELA,

O que certamente você não é.

Uma das minhas elas. Você é diferente!

Você é trans.

Você é o meu amor.

E isso foi uma tentativa de explicar o título, talvez, sim. Merda. Está vindo como eu sou um teórico?”¹²

O uso imperativo do adjetivo “trans” presente no texto para designar o corpo que a plateia contempla é quase radical na estratégia de não deixar dúvidas de que se trata de

¹²Trecho da dramaturgia “Não ela”, de Lucas Miyazaki (2019).

um corpo não-mulher. Essa frase – “Você é trans.” – surge como um atestado objetivo, por parte de um outro, um outro que ocupa o mesmo espaço de percepção da plateia, de que se trata de fato de um corpo trans. Entretanto, seria ingênuo alegar que tal frase se bastaria como um estatuto real sobre esse corpo: se trata mais de uma informação discursiva que a plateia, assim como o dramaturgo, apreendem e elaboram, do que algo que já estava acontecendo na experiência perceptiva. Desse modo, se a imagem construída pelo corpo de performer em conjunção com o texto em que se afirma uma transgeneridade não são concretamente suficientes para que o público assimile instantaneamente um corpo transgênero, qual é o efeito real que essa concatenação de elementos produz?



Descrição de imagem: a imagem mostra o vulto de uma pessoa vestindo camisa preta, calça cinza, fones de ouvido claros, de cabelos loiros e de lado, em um palco preto.

É interessante aqui ressaltar que o processo do dramaturgo de criação do texto – processo esse provocado e dirigido por mim – se construiu justamente nessa tensão: um impacto de inteligibilidade possível entre o que eu digo sobre mim, isto é, me digo trans, e o que se lê, se percebe em relação a mim, isto é, que eu não pareço ser trans,



uma vez que eu não correspondo às representações socialmente coletivas atuais de uma pessoa transgênera. Talvez precisamente nessa chave resida a potência dessa pesquisa e do texto construído pelo dramaturgo: eles residem no ponto de fricção em que o observador se encontra entre a identidade que eu auto declaro e a identidade que é apreendida fenomenologicamente sobre mim. Aqui não existem respostas: a esse meu corpo – pelo menos nesse momento histórico linguístico em que nos encontramos – não basta a afirmação visual ou informacional para que ele seja percebido como um corpo trans. Isso nos encaminha para a terceira qualidade de tensão presente nessa elaboração cênica: entre o lugar de fala de performer e do dramaturgo.

Se a maneira como meu corpo – eu – performa sua transgeneridade não se basta para que o escopo interperceptivo a reconheça e, desse modo, a valide enquanto real, por não encontrar um correspondente inteligível no imaginário histórico presente de percepção de gênero, então talvez seria necessário operar em uma negatividade. Assim se deram meus esforços enquanto provocador e diretor dessa pesquisa: uma série de perguntas tecidas por mim que impulsionassem o dramaturgo a expor a maneira como ele não me percebe de fato enquanto pessoa trans, por mais que ele me ame, me respeite e saiba que é assim que eu me percebo. Isso justamente porque ele apenas dizer que legitima minha identidade não a tornaria de fato real – nem para ele, e nem para um público – em um campo pré-linguístico. Em última instância, ele apenas estaria dizendo o que eu gostaria de ouvir. Desse modo, me interessou mais a exposição da maneira como ele de fato me percebe, de como seu imaginário histórico se relaciona com a minha presença.

E pra começar, porque agora acho que já dá pra começar de verdade, depois do preâmbulo artístico deste teórico, uma vez que temos definido tempo e espaço, agora eu digo ELA. Vamos esquecer o NÃO do título; eu sou o dramaturgo da peça e o esposo disso aqui. E eu quero pronunciar completa e perfeitamente a sonoridade produzida pela abertura vocálica desse único pronome: ELA. E me refiro novamente a essa pessoa. Esse corpo, e digo, apontando: ELA. Abrindo a boca com as duas vogais mais abertas do alfabeto: A e É; intermediadas pela consoante que coloca a ponta da língua lá no céu da boca. Uma palavra alta e sublime. E assim eu delimito



isso aqui. Esse corpo. E assim eu começo a dizer as coisas da peça. Eu digo ELA pois é um corpo com buceta; eu digo ELA porque isso tem cabelos longos e loiros ou ao menos tinha eu digo ela porque isso é um pele macia e lisa e com finas camadas de penugem eu falo esse som aberto porque tem cílios compridos e uma estatura mediana, de 1m60 que eu não estranho e nem contesto; porque isso aqui se encaixa bem nos meus braços e se enrosca no meu peito; Eu digo ELA porque isso tem coxas e uma bunda que pode muito bem ser apalpada como uma bunda, pela sua propriedade de bunda. ELA porque isso tem pés ossudos e suaves que tocam o pau quando fica duro. ELA que tem peitos enormes, peitos fartos que dariam muito leite a uma cria. ELA que produz algo que sempre me ocorre quando eu fico de baixos das tetas enormes que me colocam em seu colo e depois derramam a sua voz sobre o que eu já nem sei o que seja. Essa voz de uma ELA que não é. Sobre mim, posso quase dizer, menino dentro desse buraco, dentro desse grande ELA quando eu, solto nessa coisinha de nada, com o resto, o princípio antes do tempo. Esse grande ela que depois me inunda com seus peitos e voz. Esse ELA que agora eu ousou dizer: a minha esposa. Sim, vamos ser claros: a minha esposa. Você funciona como uma esposa querida.¹³

Falo em negatividade, pois aqui reside o recurso cênico desse texto estar sendo dito pelo meu corpo em cena, e, desse modo, os pontos de vista se embaralham: é na exposição radical da percepção concreta que uma pessoa muito próxima de mim tem de fato sobre mim, em fricção com a minha presença perante o público, que talvez um vislumbre de uma potência perceptiva transgênera em relação a mim seja possível. Meu corpo – até então – nunca poderia ser um “não ela” sem antes ser um “não ela”. É necessário o ela escancarado, o imaginário histórico inteligível e possível de um gênero consolidado em um campo perceptivo, para que se habite enquanto ruído na encenação um não ela e, a partir desses ruídos, talvez, possa ser aberto um campo para que de fato seja percebida e reconhecida essa outra coisa: essa outra identidade que no momento

¹³Trecho da dramaturgia “Não ela”, de Lucas Miyazaki (2019).

presente é inteligível perceptivamente, porém, não obstante, não menos real. A negatividade me parece a melhor tentativa no agora para criar aberturas de percepções de existências plurais que transcendam o escopo binário, e que lugar melhor para se expandir o imaginário através da modulação estética da experiência do que o teatro? Talvez algum dia não precisaremos do “não” do título.



Descrição de imagem: a imagem mostra uma pessoa de cabelo loiro, vestindo camisa preta e usando fones de ouvido claros, de costas em um cenário escuro. O fundo da imagem é composto por uma parede escura e por dois canos: um vertical, no canto esquerdo, e outro horizontal, passando rente à base da foto.

Referências

- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: Feminismo e a subversão da identidade. 18a.ed. Rio de Janeiro RJ: Civilização brasileira, 2019.
- BOSCO, Francisco. Violência e sociedade do espetáculo. In: NOVAES, Adauto. Fontes passionais da violência. 1a.ed. São Paulo SP: Edições SESC, 2015. cap. 3, p. 35-57.
- FÉRAL, Josette. Além dos limites: Teoria e prática do teatro. 1a.ed. São Paulo SP: Perspectiva, 2015.
- PRECIADO, Paul B. Manifesto Contrassexual: Práticas subversivas de identidade sexual. 1a.ed. São Paulo SP: N-1 edições, 2017.



Um diálogo sobre fronteiras

Bruno Latini Pfeil

Cello Latini Pfeil

A abundância de projetos que abarcam as transidentidades, a gênero-divergência, a intersexualidade e as existências que desafiam a cisheteronormatividade se depara com a invisibilização de produções acadêmicas feitas pelos próprios sujeitos estudados. Uma busca ligeira em editais de pesquisa e revistas nos traz nomes de estudiosos da área de diversidade sexual e de gênero, mas quantes delus integram essa diversidade? Vemos trabalhos de pessoas cis sobre pessoas trans sendo reconhecidos academicamente, mas dificilmente produções acadêmicas *de* pessoas trans ganham tamanha notoriedade nos espaços acadêmicos por onde circulamos.

Apesar dos avanços consideráveis obtidos por pessoas cis, tanto aliadas dos movimentos trans como ‘estudiosas’ da transgeneridade, não podemos desprezar os dispositivos normatizantes que “produzem este contexto histórico em que pessoas trans* praticamente não falam sobre suas demandas políticas e conhecimentos de gênero, e os têm mediados por ‘especialistas’ cisgêneros” (VERGUEIRO, 2015, p. 90). É desta forma que entendemos a transfobia no contexto institucional: o silenciamento sistemático de nossas falas, a negação de nossos corpos, a justificação patologizante da razão pela qual somos quem somos.

Para falar do papel da academia na construção e institucionalização da transgeneridade, recorreremos a bell hooks quando fala da importância da teoria em sua trajetória. A autora narra sobre como sua experiência acadêmica foi construída em cima da dor, não só pelas violências presentes, como também pelo desejo de compreender, pela teoria, os fenômenos que a atravessavam. hooks não distingue teoria de prática; para ela, a experiência da teorização se refere intimamente a processos de cura, não se dissociando da prática de libertação coletiva. Pela teoria, queria “fazer a dor ir embora” (hooks, 2013, p. 83). Contudo, encontrou um ambiente que sustentava “a supremacia branca, o imperialismo, o sexismo e o racismo”, distorcendo “a educação a tal ponto que ela deixou de ser uma prática da liberdade” (Ibidem, p. 45).

Em vez de construir um caminho para a cura, a partir da compreensão das estruturas de opressão e das violências materiais e simbólicas por elas reproduzidas, a academia serve como instrumento de perpetuação do silenciamento, de censura e



desvalorização de produções teóricas não-cisgêneras, não-brancas, não-heterossexuais, não-intersexo, etc. A universidade se fundamenta em “hierarquias de pensamento desnecessárias e concorrentes que endossam as políticas de dominação na medida em que designam certas obras como inferiores ou superiores, mais dignas de atenção ou menos” (hooks, 2013, p. 89). Se este local de produção de ‘conhecimento’ é excludente e violento, qual lugar ocupamos dentro dele? Se produzimos conhecimento na academia, ou se o conhecimento que produzimos fora dela é utilizado por quem está na academia, então o que determina nossa localização enquanto pesquisadores? O que significa o espaço já conquistado por pessoas trans na produção de conhecimento sobre transgeneridade – possibilitando a conquista de direitos e a ocupação de espaços ainda mais distantes – se a academia se sustenta por meio da hierarquização intelectual de determinados discursos e se constrói pela violência?

Entendemos que a determinação de quem tem o poder de nomear é o que define qual local podemos ocupar. A universalização do lugar social ocupado por quem nomeia é o que possibilita a imperatividade de sua nomeação. Portanto, compreendemos que nossa experiência como pessoas trans no ambiente acadêmico é perpassada por uma dinâmica a que chamamos ‘ofensa da nomeação’. A escolha desse termo se deve ao fato de que, ao nomearmos o lugar que ocupamos e o lugar que os outros ocupam, revelamos a ofensa que existe por trás do nome que nos foi designado; revelamos a negação de nossa autonomia em relação à validação de nossos desejos.

Para Viviane Vergueiro (2015), “colocar nossos corpos e existências enquanto sujeitos em um trabalho acadêmico” provoca inseguranças quanto à validação do referido estudo por “pessoas com títulos, cargos e anos de experiência no estudo das ‘transexualidades’ e ‘travestilidades’”, juntamente com o “receio sobre esta inserção acadêmica ser a forma mais efetiva de atuação anticistêmica” (p. 31-32). A origem da nomeação que nos atravessa ameaça a própria ocupação de lugares que possibilitam nossa produção. A primeira nomeação possui dupla face; estamos explorando o conflito entre aquilo que ‘parecemos’ ser e aquilo que somos. Quando nomeiam um homem trans de ‘mulher’, com base na leitura social de sua corporalidade, a ofensa é a negação de sua identidade. Não se limita somente ao campo da linguagem. Inicia-se, frequentemente, antes do nascimento da criança e perdura até depois de a pessoa se aproximar – caso seja de seu desejo – de um ideal estético e comportamental socialmente compatível com a nomeação que ela proclama para si. Antes que possamos nos afirmar, somos afirmados.



Quando nomeiam pessoas trans como ‘trans’ – pela construção de ciência a nosso respeito, de estudos que nos concernem, mas que não nos contemplam –, a ofensa é a exotificação de nossas identidades; é nossa alocação em posição de outro, partindo do consenso de uma normatização que nos violenta e ofende. Há tantas asserções sobre corpos trans feitos por pessoas não-trans que, quando nós produzimos conhecimentos acerca de nossos próprios corpos, tememos ser invalidados por já renomados estudiosos cisgêneros. Embora sejamos as narrativas vivas sobre nossas existências, o lugar de ‘objeto de pesquisa’ nos impede de ocupar o lugar de pesquisadores num meio que nos reduz e nos limita à categoria de objeto, incapaz de falar por si próprio.

Afinal, o texto acadêmico se dirige às pessoas trans, às travestis, às mulheres e homens trans e transexuais, ou se restringe a falar sobre elas, supondo (e produzindo) nossa inexistência na academia? E, se falar sobre elas, falar sobre elas para quem, e para quê? (VERGUEIRO, 2015, p. 22)

O primeiro questionamento de Vergueiro nos faz pensar na produção de narrativas trans por pessoas não-trans, que geralmente ocorre em ambientes hospitalares, por meio de discursos patologizantes e normatizantes. A produção de narrativas trans patologizadas e binarizadas *produz* pessoas que só se legitimam enquanto trans a partir de um sistema que reitera as noções de ‘corpo errado’ e incongruência entre mente e corpo, supondo a congruência como cisgênera. A produção de narrativas que patologizam pessoas trans é uma nomeação; pressupõe uma imagem universalista de transgeneridade, a partir de nossos corpos e dos lugares que comumente somos forçados a ocupar, e não do que temos a dizer sobre nós. Encontramos um jeito de se transgênera calcado no sofrimento disfórico, nos constrangimentos sucessivos, nas delimitações territoriais.

O segundo questionamento de Vergueiro aponta para o direcionamento do texto acadêmico. Antes de pensar as produções acadêmicas sobre transidentidades *para* pessoas trans, precisamos nos perguntar: quantas pessoas trans estão na academia, ou têm os instrumentos que lhes permitam reivindicar autoridade para serem ouvidas? Quantas pessoas trans terminam seus estudos e não *são evadidas*, expulsas das instituições de ensino? Não faz sentido supor discursividades científicas direcionadas a uma população que não ocupa significativamente o campo científico *enquanto*



pesquisadora. A questão trazida à tona não se aplica à inteligibilidade das produções, mas à inteligibilidade da presença de pessoas trans no ambiente acadêmico.

Frente a isso, Viviane Vergueiro (2015) propõe uma discursividade que possibilite narrativas trans “em um campo epistemológico colonizado e contaminado por marcos normatizantes a partir dos quais as vozes subalternizadas foram e estão sendo moldadas e esquematizadas” (p. 32). Para tanto, devemos localizar, em nossas vivências, as violências que nos atravessam, os desconfortos, as sensações de sermos algo-que-não-está-certo, ou simplesmente localizar a transfobia em suas expressões mais ‘sutis’. Isso não é um trabalho fácil. A dificuldade de se fazer essa análise, de reconhecer as violências e desumanizações, existe “na medida em que se parte de um local imerso nestas diferenças” (VERGUEIRO, 2015, p. 46). Como localizar a colonização sistêmica se somos um produto dela, se as únicas possibilidades de corporificação providenciadas pela academia se baseiam em corpos brancos, cisgêneros, heterossexuais, endossexo, europeus ou norte-americanos?

Somos um produto desses discursos opressivos na medida em que nossas narrativas são construídas através de uma linguagem que estruturalmente nos invisibiliza. Seguindo pelo questionamento de Jesus (2015):

Como contamos uma história nova a partir de linguagens que ignoramos existir? Primeiro precisamos aprender uma nova língua para, proativamente, contar algo por meio dela. (p. 26)

Uma vez imersos em determinada linguagem, não há como ‘desalfabetizar-se’ e ‘dessignificar’ as significações; contudo, há como evidenciar os signos de normatização, as tentativas de silenciamento que nos atravessam despercebidas. É possível reagir às nomeações que nos são direcionadas quando a criação de novos nomes somente surge a partir do que já nos foi apontado. ‘Contar uma história’, como diz Jesus, por meio de uma nova língua talvez se equipare a utilizar nossa própria língua como mecanismo de subversão. Refletindo sobre o – e resistindo ao – que seria a “língua do opressor”, hooks (2013) compreende que o idioma colonizador – em seu contexto, a língua inglesa – não é em si o que a violenta, mas sim “o que os opressores fazem com ela, como eles a moldam para transformá-la num território que limita e define, como a tornam uma arma capaz de envergonhar, humilhar, colonizar” (p. 224). Para a autora, da mesma forma como o idioma colonizador era temido pelos povos colonizados por conta de sua



significação aniquilante, ele também poderia ser usado para a construção de laços entre pessoas que falavam idiomas diferentes. Esse uso da “língua opressora” a alocou num patamar diferente e de resistência à opressão, mas não somente:

O poder dessa fala não é simplesmente o de possibilitar a resistência à supremacia branca [e cisgênera, heterossexual, endosso, etc.], mas também o de forjar um espaço para a produção cultural alternativa e para epistemologias alternativas – diferentes maneiras de pensar e saber que foram cruciais para a criação de uma visão de mundo contra-hegemônica. (hooks, 2013, p. 228)

Apesar de utilizarem as mesmas estruturas de nossa linguagem, a criação de novas nomenclaturas e a ressignificação de palavras já existentes as distorcem. O domínio de nossa linguagem, ou a ressignificação de uma outra, permite o fortalecimento da autonomia coletiva, de um coletivo marginalizado. Quando nos apropriamos de ‘transexualidade’ para nos afirmarmos enquanto coletividade, e quando apontamos ‘cisgeneridade’ àqueles que potencialmente nos agridem – seja por de fato produzirem e reproduzirem violências estruturais, seja por ocuparem espaços universalizados –, estamos delimitando as fronteiras de nossa realidade e desuniversalizando a normatividade sistêmica. Ocupando espaço na academia, essa apropriação se apresenta como uma necessidade, já que precisamos conviver [e mais: conviver *pacificamente*] com aqueles que, a princípio, nos nomeiam.

Mas até que ponto a reivindicação de um espaço no campo científico pode prover às pessoas trans a construção de realidades não patologizadas, uma vez este campo sendo, por si só, a sede da patologização? Que afetos são produzidos como consequência de nossa inserção em um ambiente no qual, discursivamente, materialmente e simbolicamente não existimos?

A questão do nome social, por exemplo, surge aqui com bastante força. Não se trata simplesmente de um conjunto de consoantes e vogais, mas de um divisor de águas contra violências [epi]sistêmicas. Não são raros os casos de pessoas praticamente expulsas de seus respectivos cursos pelo desrespeito institucional ao nome social, que vai desde as listas de chamada ao impedimento de se acessar o banheiro referente à identidade de gênero autoproclamada. Paramos de falar em ‘evasão escolar’ de pessoas



trans para falar em expulsão. O nome social de um dos autores deste artigo não havia sido incluído no sistema virtual de sua universidade e, por vezes, ele precisava checar previamente a lista de chamada para avisar que a última letra de seu nome havia sido digitada erroneamente. Já o outro autor passou por situação diferente. O nome social era respeitado, mas ocupava o lugar do nome civil na chamada, não seguia ordem alfabética. Em ambos os casos, as confusões criadas pela desorganização em relação ao nome social agiam como uma denúncia dos lugares que ocupávamos. Dependíamos da boa-vontade de nossos professores para sermos respeitados e não sofrermos constrangimentos. A ‘simples’ possibilidade – bastante recorrente – de não respeitarem o nome social, de não saberem como incluí-lo no sistema de cadastro universitário, de nos chamarem de ‘senhora’ durante o atendimento, ou de reconhecerem nossa identidade somente até se depararem com nossos nomes de registro, já é suficiente para que nos afastemos desses serviços e adoecemos.

Adoecidos, enfrentamos o despreparo de profissionais da saúde em cuidar de corpos trans – não somente no sentido de corpos estranhos, mas no atendimento a demandas específicas (hormônios, por ex.) e a questões *comuns* (pedras nos rins, por ex.), no sentido literal do termo. Tal despreparo contribui para nossa exclusão, e soma-se à inacessibilidade do sistema de saúde em proporcionar à comunidade T o devido respeito à sua identidade de gênero e à sua humanidade, considerando que, no mundo em que vivemos, os corpos só ganham inteligibilidade enquanto corpos humanos após sua generificação.

Percebemos, em nossa experiência acadêmica, um descrédito de falas teóricas e uma supervalorização de narrativas pessoais. A militância acadêmica transforma-se em contação de histórias, cumprindo “o papel social de desviar o foco de lutas antinormativas através de um aparente ‘desejo de escutar’” (VERGUEIRO, 2015, p. 37). Questionamentos acerca de nossa relação com familiares, das mudanças em nossos corpos, de nossos passados, ou mesmo de nossas sexualidades, sobressaem em relação a questionamentos a respeito das demandas que nos propomos a defender. Levantando discussões em aula sobre transfobias institucionais, não era incomum que certos colegas opinassem sobre o corpo de uma pessoa trans, ou sobre suas próprias preferências – como em ‘eu não transaria com uma pessoa trans’ ou ‘não sou obrigada a aceitar um corpo assim’. De repente, nossas propostas e lutas dentro da sala de aula são banalizadas diante de relatos sobre a autoadministração de hormônios, “enfraquecendo, não por coincidência, qualquer caráter mais político de minhas proposições intelectuais



anticolonizatórias” (VERGUEIRO, 2015, p. 37). A transformação de discussões pertinentes, de cunho político e institucional, em dúvidas sobre ‘como um homem trans faz sexo?’ ou em comentários sobre a importância de se ter um pau – ‘eu não tenho nada contra, mas não conseguiria transar com um homem sem pênis, *eu* não consigo!!!¹⁴’ – banaliza nossas tentativas de conquistar espaços de resistência. Em resumo, quando rodas de conversa sobre gênero e sexualidade se transformam em um Q&A sobre o ‘funcionamento’ de um corpo divergente da norma cisgênera, percebemos que o que interessa não são nossas demandas, nem o que temos a apontar à cisgeneridade, mas sim a exotificação de nossas vivências. Ao tomarmos as rédeas de uma nomeação que não escolhemos, nos apropriando do lugar social em que fomos colocados, o ‘desvio’ e a exotificação que o acompanha desestabilizam nossas tentativas de nos autonearmos, de resignificar as proposições *impostas* a nós e, portanto, ofensivas.

Quando posicionamos nossos corpos de forma política e instrumental, sentimos nitidamente nosso afastamento do ambiente em questão. Ocupamos o lugar de ‘exótico’ e diferente. Revisando artigos e trabalhos de autoria cis sobre transidentidades, percebemos a maneira como servimos de “ferramenta teórica e de humanização para pessoas acadêmicas cisgêneras” (VERGUEIRO, 2015, p. 37). De um lado, as lutas pelo uso do banheiro e do nome social, por uma produção acadêmica não cissexista; de outro, a curiosidade sobre nossas experiências pessoais que despreza nossa luta por direitos, desvalidando as denúncias de violências transfóbicas presentes na universidade. A exotificação impede que nos pronunciemos. Nos transformamos em símbolos da diferença, mas não nos é concedido espaço para que exploremos nossa potência, e nossas tentativas de conquistar espaço são confrontadas pela transformação de nossos discursos políticos em banalizações epistêmicas.

O caráter ‘curioso’ de nossa presença, não por coincidência, surge em diferentes momentos de nossa trajetória: quando requeremos das instituições de ensino o uso do nome social nas listas de chamada; a cada consulta médica para conseguirmos receitas, para modificarmos nossos corpos por meio de substâncias sintéticas, se for de nossa vontade; nas inúmeras consultas com psiquiatras e psicólogos provedores de laudos; finalmente, nas salas de aula, ao sermos colocados nesse lugar exótico, ‘curioso’, interessantíssimo e, pela postura das pessoas curiosas, mais relevante do que nossa expectativa de vida. Quando nos afirmamos como pessoas trans, somos

¹⁴ Baseado em acontecimentos reais.



instantaneamente exotificados. Então, ainda que nos apropriemos das nomeações que nos são direcionadas, a exotificação permanece.

Perguntas como ‘você é homem ou mulher?’, ‘qual seu nome de verdade?’, ‘você nasceu menino ou menina?’ promovem “uma cena decolonial em que o propósito não é exatamente compreender as diversidades corporais e de identidades de gênero, mas sim de exercer controle e invadir estas existências” (VERGUEIRO, 2015, p. 174), nomeando-nos. A ‘verdade’ de ser homem ou mulher opera como instrumento de ridicularização, invasão, vulnerabilização, ocupação, nomeação, pois parte de uma perspectiva ‘de fora’, empurrando nossas existências à margem. Assim,

Descolonizar nossos corpos, descolonizar nossas identidades de gênero, descolonizar nossos conhecimentos nunca tiveram tanto significado quanto na medida em que procuramos nos curar coletivamente das feridas cisnormativas e dos abismos entre nossas diversidades. (VERGUEIRO, 2015, p. 222)

O que desejamos é a autoafirmação, e não a necessidade de nos defender das determinações que nos são impostas; desejamos nos autoafirmar pela coletividade que integramos, e não – somente – para nos defendermos do que dizem que somos. A nomeação é ofensiva porque, além de supor que não somos capazes de falar, faz suposições sobre sujeitos que não possuem poder estrutural para se autoproclamar, e somente perderá o caráter ofensivo quando entendermos que somente os nomeados são capazes de se nomear. Ao aplicarmos esse princípio ao meio acadêmico, entra em questão a validade da teoria.

Com Vergueiro, apoiando-nos também em hooks, vimos que a construção de narrativas não-normativas no ambiente acadêmico passa invariavelmente pelo crivo de uma cisheterobranquidade colonialista. Concordamos com hooks quando ela afirma que “apesar de ser utilizada como instrumento de dominação, ela [a teoria] pode conter importantes ideias, pensamentos e visões que, se fossem usados de modo diferente, poderiam ter uma função de cura e libertação” (hooks, 2013, p. 91). A concepção da teoria como instrumento de nomeação também significa que podemos utilizá-la como instrumento de autodeterminação e de produção de narrativas. Se ela é utilizada por aqueles que nos nomeiam, podemos utilizá-la para nomeá-los e afirmar histórias que nos cabem, como uma denúncia das violências às quais estamos sujeitos. Assim,



adaptamos a mensagem que hooks direciona às feministas: não podemos ignorar os perigos que ela [a teoria] representa para a luta *trans*, que deve ter suas raízes numa teoria que informe, molde e possibilite a prática *dos movimentos trans pela emancipação de seus corpos, de todos os corpos, e pelo direito à autodeterminação de suas identidades*¹⁵.

Referências

- hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade / bell hooks; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- VERGUEIRO, Viviane. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2015.
- JESUS, Jaqueline de. Interloquções teóricas do pensamento transfeminista. In.: JESUS, Jaqueline de (Org.). Transfeminismo: teoria e práticas. 2^a ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

¹⁵Adaptação de “Entretanto, não podemos ignorar os perigos que ela representa para a luta feminista, que deve ter suas raízes numa teoria que informe, molde e possibilite a prática feminista” (hooks, 2013, p. 91).



Ginecologia: um espaço clínico específico para mulheres (?): Impasses e desafios para a saúde ginecológica dos homens trans

Alexandre Gregório Silva Sampaio

Este ensaio é fruto da seguinte inquietação: ainda é possível pensar o espaço clínico da ginecologia enquanto lócus de atendimento específico para mulheres¹⁶? Partindo das necessidades de saúde dos homens transgênero¹⁷, tenho como objetivo problematizar a afirmativa constitutiva e basilar da ginecologia que a converteu no que é conhecido historicamente como “a medicina da mulher” (ROHDEN, 2001) e denunciar os impasses e desafios que essa concepção provoca nos processos de busca e atendimentos nesses espaços para o público transmasculino, bem como na saúde mental dos mesmos. Para tanto, ao longo dessa narrativa irei citar minha própria experiência enquanto homem trans que necessita desta modalidade de atendimento somado ao relato de uma conversa que tive com um dos meus amigos que se depara com a mesma demanda.

Na passagem do século XIX para o século XX, a medicina, através dos seus centros de formação do Brasil, já demonstrava certo interesse nas delimitações rígidas dos papéis sociais de cada sexo e se preocupava em especial com aspectos relacionados à sexualidade e à reprodução. Inúmeras teses de doutorado estavam sendo publicadas com altas prevalências de temáticas voltadas para gestação, sexo, reprodução, fecundação e aleitamento, o que favoreceu maior interesse da medicina pela obstetrícia e pela ginecologia, de tal forma que o olhar, neste período, voltava-se de maneira contundente para o corpo feminino em detrimento do corpo masculino (ROHDEN, 2001). Tratava-se do início de uma super especialização e formação de espaços clínicos gendrados para o público feminino.

Em sua investigação sobre a temática do sexo e gênero nesse ramo da medicina, Fabíola Rohden (2002) cita algumas definições encontradas em dicionários e na literatura acerca da palavra “Ginecologia”, com destaque para a definição da

¹⁶ Aqui me refiro às mulheres cisgênero, ou seja, aquelas que, ao nascer, lhe foram atribuídas o gênero feminino em função de sua genitália e que se identificaram pertencentes a tal gênero ao longo de suas vidas.

¹⁷ Homens que não se identificam com o gênero (feminino) que lhe foi atribuído após seu nascimento em função de sua genitália, identificando-se e reivindicando para si a identidade de gênero masculina.



Enciclopédia Mirador Internacional (1991, p. 5.335) que a define da seguinte forma: “Ginecologia é o ramo da medicina que estuda as doenças e os distúrbios do sistema reprodutor feminino. Dedicando-se, portanto, às moléstias peculiares à mulher, isto é, aquelas doenças que têm por sede seus órgãos genitais ou que, direta ou indiretamente lhe dizem respeito”.

No entanto, é possível se questionar: ainda é viável e possível entender os cuidados ao sistema reprodutor (ovários, útero, trompas de falópio, vagina e vulva) como construído e executado exclusivamente para mulheres? Quais as origens de tal concepção e aos interesses de que/quem ela ainda tem servido? É possível conceber uma ginecologia que não seja pensada em termos de uma ciência da e para as mulheres?

Outro ponto importante de tais questionamentos é refletir sobre essa identidade que foi construída em torno desses órgãos, afinal, se a ocupação médica opera nessa especificidade, o termo mulher não estaria mais uma vez servindo a uma lógica biologicista de se conceber os corpos e as identidades? Em outras palavras, falar que a ginecologia é a ciência da mulher não seria o mesmo que converter essas identidades unicamente a critérios biológicos e, paralelamente, converter os cuidados desse fazer clínico a uma restrição normativa dos gêneros? E os homens trans? O que fazer com eles? Ainda restringi-los ao silêncio dos agenciamentos internos em função de uma priorização e sustentação do binarismo que fundamenta os gêneros e seus espaços gendrados?

(Des)Construindo Identidades

A obra “Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade”, publicada originalmente em 1990 e de autoria da filósofa Judith Butler, nos convida a refletir dentre outras problemáticas sobre a desconstrução heteronormativa¹⁸ dos gêneros. Para tanto, ela problematiza as categorias binárias normativas e o direcionamento biológico entre sexo e gênero. A proposta é pensar não somente o gênero, mas também o sexo enquanto práticas discursivas que produzem sujeitos e que redundam em construções sociais de gênero, pois, como afirma Judith Butler (2003, p. 25), “talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma”. Nessa perspectiva, a autora transgride a normativa social que

¹⁸A heteronormatividade visa regular e normatizar modos de ser e de viver os desejos corporais e a sexualidade de acordo com o que está socialmente estabelecido para as pessoas, numa perspectiva biologicista e determinista, há duas – e apenas duas – possibilidades de locação das pessoas quanto à anatomia sexual humana, ou seja, feminino/fêmea ou masculino/macho (PETRY; MEYER, 2011, p. 195).



direciona o sexo biológico ao gênero e afirma não ser possível falar em apenas uma identidade de gênero, uma vez que elas são performativas e não se restringem, portanto, ao binarismo social de gênero. O gênero seria, portanto, uma prática performativa, construída no corpo e exercida em suas múltiplas facetas pelo sujeito.

A partir do pressuposto do gênero entendido enquanto uma performance plástica que se concretiza nos corpos, a autora promove um estranhamento nas formas de pensamento normativas que determinam o corpo feminino e masculino, bem como suas identidades de gênero e orientações sexuais a partir de critérios biológicos vinculados aos mesmos. Partindo dessa perspectiva, é possível compreender a formação dicotômica dos sexos/gêneros enquanto uma construção discursivo/cultural e a formação de espaços gendrados, ou seja, marcados por especificidades de gênero (LAURETIS, 1989), com resultantes de uma aparelhagem heteronormativa que servem aos interesses da manutenção de determinada ordem social. Desconstruir esses espaços é possibilitar novas condições de sujeitos e existências, destarte mais do que isso, é possibilitar o livre trânsito das pessoas na busca de direitos básicos como saúde, cuidados integrais, cidadania, dignidade que, outrora, amalgamados aos binarismos de gênero de se conceber os corpos e seus espaços permissíveis, inclusive na medicina, impossibilitaram as pessoas trans¹⁹ de coabitarem livremente esses espaços.

Sob esse prisma, destacam-se as identidades de gênero transmasculinas enquanto uma força representativa de outros modos de conceber o perfil da identidade em termos sociais e reinventando o conceito de homem, pois em suas trajetórias os homens trans estiveram imersos em atravessamentos normativos que sucumbiram aos seus próprios desejos de exercer e reivindicar suas masculinidades. A despeito dos discursos normativos que encerram o gênero no corpo conferindo-lhe inteligibilidade social o homem trans reivindica para si um novo arranjo fora do referencial binário dos gêneros por inscrevê-los em um corpo “estranho”.

O corpo-sexuado (o corpo homem e o corpo-mulher) que dá inteligibilidade aos gêneros encontra na experiência transexual seus próprios limites discursivos, uma vez que aqui o gênero significará o corpo, revertendo um dos pilares de sustentação das normas de gênero. Ao realizar tal inversão, deparamo-nos com uma outra “revelação”: a de que o corpo tem sido desde sempre gênero e que, portanto, não exista uma essência interior e anterior aos gêneros. Quando se problematiza a relação dicotômica e determinista entre corpo e gênero, outros níveis constitutivos da identidade se liberam

¹⁹Termo guarda-chuva utilizado para se referir às pessoas travestis, transgênero, transexuais e demais identidades que não se enquadram nas normativas identitárias de gênero.



para compor arranjos múltiplos fora do referente binário dos corpos (BENTO, 2006, p. 21).

De fato, a corporeidade escreve e reescreve performances sociais, produz gênero e é por ele atravessado, bem como pelos diversos discursos que conferem papéis e práticas sociais. No entanto, a performatividade trans produz um corpo *queer* e, portanto, abjeto. De acordo com Richard Miskolci (2012), a abjeção, em termos sociais, constitui a experiência de ser temido e recusado com repugnância, pois sua própria existência ameaça uma visão homogênea e estável do que é a comunidade. O corpo *queer*, por sua vez, encerra a normatividade compulsória através do estranhamento nas f(ô)rmas sociais sendo esta sua maior prerrogativa.

O corpo em performance transgênera, enquanto um corpo *queer* incita repensares, mas também abjeções de diversas ordens, pois trata-se de uma expressão antiestrutural, de delineamentos esquizos à ordem estabelecida, uma nova inscrição no corpo, tal como afirma Judith Butler (2003) ao citar Foucault resgatando sua ideia de que “nada no homem [sic] nem mesmo seu corpo – é suficientemente estável para servir como base para o auto-reconhecimento ou para a compreensão dos outros homens [sic]”, destacando a constância da inscrição cultural como “drama único” a atuar sobre o corpo.

Algumas considerações acerca da saúde da população trans

A transexualidade ou transgeneridade era classificada como um Transtorno de Identidade de Gênero e identificada sob o número F64.0 nos manuais diagnósticos psiquiátricos. E embora a Associação Americana de Psiquiatria – APA – substituísse o termo utilizado por disforia de gênero, somente agora a Organização Mundial de Saúde (OMS) publicou uma nova edição da Classificação Internacional de Doenças (CID), na qual a transexualidade foi retirada da lista de transtornos mentais. Segundo essa nova classificação (CID-11), as identidades trans deixam de ser consideradas “transtorno de gênero” e passam a ser diagnosticadas como incongruência de gênero, uma condição relativa à saúde sexual e que é entendida como “incongruência acentuada e persistente entre o gênero experimentado pelo indivíduo e àquele atribuído em seu nascimento” (CARTA CAPITAL, 2018).

O motivo divulgado justificando o fato de a transexualidade não ter sido retirada completamente da CID seria a necessidade de que as populações trans tenham sua condição reconhecida pelos médicos e hospitais e possam obter ajuda médica se assim



desejarem já que, em muitos países, os sistemas públicos e privados de saúde não reembolsam o tratamento se o diagnóstico não estiver na lista (CARTA CAPITAL, 2018). Nesse sentido, percebe-se que “independente do termo empregado ainda se acredita que o principal recurso terapêutico seja a adequação cirúrgica da anatomia do gênero” (FERRARI; CAPELARI, 2014, s. p).

Em setembro de 1997, o Conselho Federal de Medicina – CFM, através da Resolução 1482/97, aprovou a realização de cirurgias de transgenitalização nos hospitais públicos universitários do Brasil, a título experimental, subordinando as intervenções, também, às normas e diretrizes éticas da Resolução do Conselho Nacional de Saúde n.º 196/1996, sobre pesquisas em seres humanos, revela Márcia Aránet al (2008). No ano de 2002, o CFM reformulou a Resolução CFM n.º 1482/97, e aprovou a Resolução CFM n.º 1652/2002, que ampliou as possibilidades de acesso aos procedimentos de transexualização, retirando o caráter experimental da cirurgia do tipo neocolpovulvoplastia, e mantendo o da cirurgia do tipo neofaloplastia. Essa nova resolução possibilitou o atendimento das transexuais femininas em qualquer instituição de saúde, pública ou privada, impondo novos desafios relacionados aos procedimentos no Sistema Único de Saúde, e na iniciativa privada (ARÁN et al., 2008), no entanto, as cirurgias para adequação do fenótipo feminino para masculino ainda só poderiam ser praticadas em hospitais universitários ou hospitais públicos adequados para a pesquisa.

Em 2010, entrou em voga a Resolução CFM no 1.955/2010 que não trazia grandes modificações a nível de propostas interventivas nos serviços ambulatoriais oferecidos para esse público mas que, no entanto, possibilitava o atendimentos para homens transgênero também em instituições de saúde públicas ou privadas. Essa resolução, dentre outras prerrogativas, comungava com as demais resoluções anteriores sobre as exigências necessárias para que as pessoas transexuais/transgêneras pudessem ter acesso aos serviços ofertados pelos ambulatorios habilitados para o processo transexualizador, podendo ser possível destacar os seguintes tópicos:

Art. 3º A definição de transexualismo obedecerá, no mínimo, aos critérios abaixo enumerados:

- 1) Desconforto com o sexo anatômico natural;
- 2) Desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto;
- 3) Permanência desses distúrbios de forma contínua e consistente por, no



mínimo, dois anos;

4) Ausência de outros transtornos mentais;

Art. 4º A seleção dos pacientes para cirurgia de transgenitalismo obedecerá a avaliação de equipe multidisciplinar constituída por médico psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social, obedecendo os critérios a seguir definidos, após, no mínimo, dois anos de acompanhamento conjunto:

1) Diagnóstico médico de transgenitalismo;

2) Maior de 21 (vinte e um) anos;

3) Ausência de características físicas inapropriadas para a cirurgia.

O destaque desses dois artigos foi feito de maneira proposital. É possível adentrar em algumas problemáticas que os mesmos incitam como, por exemplo, a normativa inteligível dos gêneros que fundamentam e baseiam a ideia da figura do “transexual perfeito e legítimo” e essa própria estereotipização da figura trans, uma vez que a mesma é baseada nos binarismos de gênero e os papéis e expressões sociais vinculados aos mesmos. Nessa perspectiva, toda pessoa trans que minimamente não se enquadrar nesse estereótipo aguardado pelos profissionais de saúde teriam seus direitos às cirurgias e demais tratamentos negados pelo Sistema Único de Saúde e teriam que recorrer aos espaços privados de saúde. Sendo assim, outro aspecto que se pode destacar é que também os espaços clínicos (públicos e privados) são atravessados pelas normativas e estereótipos de gênero, funcionando como espaços de produção e vigilância desses binarismos.

O próximo aspecto a ser refletido diz respeito ao artigo 4º que se faz presente na resolução atual, bem como nas anteriores do Conselho Federal de Medicina. Essa exigência pode ser considerada possível para todas as pessoas que desejam passar pelo processo transexualizador? É possível que todas consigam acesso ao atendimento multidisciplinar, sobretudo considerando que nem todos os ambulatórios universitários são habilitados para o atendimento voltado para este público? Outro ponto importante é o fato de o atendimento gratuito pelo SUS ser autorizado somente em ambulatórios universitários compostos por toda essa equipe e a inexistência de vários em territórios interioranos, por exemplo, como referência para os atendimentos. E as pessoas que não conseguem se deslocar de sua cidade para um local onde o acompanhamento é feito não tem direito de fazer os processos necessários para compor sua identidade de gênero?



Aparentemente, essas minúcias não são levadas em consideração quando se pensa a saúde desse público e isso implica, geralmente, em buscas de atendimento nos setores privados de saúde que, por sua vez, não estão isentos de marcadores e estereótipos de gênero que dificultam, quiçá impossibilitam a tranquilidade e naturalidade nos atendimentos de homens e mulheres trans. De acordo com Brasil (2008), a população LGBT, devido à não adequação de gênero com o sexo biológico ou à identidade sexual não heteronormativa, tem seus direitos humanos básicos agredidos, e muitas vezes se encontra em situação de vulnerabilidade. Diante dessa realidade, o Ministério da Saúde reconhece que a identidade sexual e a identidade de gênero são constituintes de um processo complexo de discriminação e de exclusão, do qual derivam os fatores de vulnerabilidade, tais como “a violação do direito à saúde, à dignidade, à não discriminação, à autonomia e ao livre desenvolvimento” (BRASIL apud CARDOSO; FERRO, 2012, p. 553).

O modo como os profissionais são preparados ao longo de suas formações acadêmicas, bem como suas concepções gendradas acerca das masculinidades e feminilidades podem se constituir enquanto fatores de opressão e exclusão das pessoas trans na busca por atendimentos nesses espaços. Nesse sentido, as modificações das redes de saúde para o melhor atendimento dessa população também “dependem das transformações no modo de pensar e de agir dos profissionais de saúde. As questões culturais advindas do padrão heterossexual influenciam de modo subjetivo o atendimento dos profissionais da saúde a essa população” (CARDOSO; FERRO, 2012, p. 554).

Atualmente está em voga a Resolução nº 2.803/2013 que avança nas considerações acerca do atendimento multidisciplinar, integral e humanitário pelo SUS, incluindo os níveis de atenção básica através da Rede de Atenção à Saúde (RAS) e a atenção especializada em modalidade ambulatorial e hospitalar no processo de acolhimento, atenção e integralidade no atendimento dessa população, o respeito a seu nome social e demandas de saúde. Para tanto, propõe a sensibilização dos trabalhadores e demais usuários e usuárias da unidade de saúde para o respeito às diferenças e à dignidade humana, em todos os níveis de atenção. No entanto, ainda é possível questionar como tem sido pensada e organizada essa preparação da equipe pelos gestores da saúde, bem como se as modificações trazidas por essa nova resolução tem sido, de fato, efetivadas no processo de atendimento do público trans.



A Psicologia e suas possíveis contribuições para a saúde mental dos homens trans

O Conselho Federal de Psicologia a partir da resolução nº 1, de 29 de Janeiro de 2018²⁰, estabeleceu normas para a atuação dos profissionais de Psicologia em relação às pessoas trans e travestis com base nos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, bem como o artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948, a política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, publicada em 2013 pelo ministério da saúde, o código de ética profissional da psicologia, editado por meio da Resolução CFP nº 10/2005, de 21 de julho de 2005, dentre outros, e também considerando as expressões e identidades de gênero como possibilidades de existência humana.

De acordo com esta resolução, a conduta profissional das psicólogas e psicólogos da área deve ser pautada na despatologização das identidades de gênero, no combate à transfobia e ao preconceito direcionado a este público, bem como na extinção de condutas baseadas na reorientação/readequação das identidades de gênero baseada nas normativas sociais. Desta forma, em suma, o documento é baseado em três pilares: transexualidades e travestilidades não são patologias; a transfobia precisa ser enfrentada (em âmbito individual e/ou institucional); e as identidades de gênero são autodeclaratórias (RIBEIRO, 2018).

Através dessas novas prerrogativas, a Psicologia se encaminha para uma prática profissional que não favoreça ações de preconceito e omissões frente à discriminação de pessoas transexuais e travestis (RIBEIRO, 2018), seja em suas atuações profissionais frente à este público, seja em veículos de mídia e instituições externas, públicas e/ou privadas. Isto torna-se importante sobretudo por ser uma população fragilizada em função das transfobias diárias que advém dos espaços sociais, família, ambientes laborais e que podem afetar diretamente a saúde mental de nós pessoas trans.

No que se refere à saúde mental dos homens trans, poucos estudos têm se debruçado sobre esta temática. No entanto, cabe destacar um estudo desenvolvido por Bezerra et al. (2018), onde procuraram identificar os impactos do ambiente social e laboral na saúde mental dos homens trans das cinco regiões do país. Foram entrevistadas 242 pessoas. De modo bastante sucinto, destaco um trecho onde eles identificam a ansiedade como um marcador potente na saúde mental dos homens trans entrevistados, sendo a mesma desencadeadora de diversas doenças como a síndrome do pânico e a depressão, por exemplo. De acordo com eles, “entre os muito ansiosos

²⁰Resolução disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>>.



estavam 51,1% dos entrevistados, seguido dos ansiosos, correspondendo a 25,7% e depois dos pouco ansiosos equivalendo a 4,2%. Em uma análise geral sobre ansiedade temos que 76,8% sofrem do transtorno de forma significativa e com repercussões clínicas que limitam a vida” (p. 438).

Outro estudo que gostaria de destacar foi realizado por Sousa e Iriart (2018) na cidade de Salvador – Bahia com dez homens trans daquele mesmo município. Nele, são discutidas as necessidades e demandas de saúde desta população na cidade e dentre os resultados, percebe-se a transfobia estrutural enquanto uma barreira para o cuidado à saúde dos homens trans. De acordo com estes autores:

Todos os homens trans apontaram a transfobia quando perguntados sobre suas necessidades e demandas de saúde. A transfobia é uma faceta antidemocrática que finca limites para a compreensão das possibilidades de ser, definindo com base na patologização, na punição e na violência os cursos de vida que não se estabelecem a partir da cisheteronormatividade. Ela interage de modo singular e interseccional, além de demarcar que, em uma sociedade transfóbica, todos os homens trans estão sujeitos a sofrer violência. Esse arraigado e complexo mecanismo de violência e aversão às pessoas trans dimensiona e organiza os modos como se constituem as práticas de cuidado e as possibilidades de construção das estratégias que permitam aos homens trans alcançar soluções para as suas necessidades e demandas de saúde. (SOUSA; IRIART, 2018, p. 4)

No que se refere aos espaços ginecológicos, em função de sua consagração como um espaço para o público feminino, é possível haver resistências e posturas de transfobia e estranhamentos no que se refere a um corpo masculino queixoso de cuidados deste âmbito. Infelizmente, pouco tem se produzido sobre isto e pouco tem se questionado sobre essa suposta soberania feminina nestes espaços. No que tange aos homens trans e sua procura nesta modalidade de atendimento, bem como o que a Psicologia pode contribuir para este sujeito, considero que a preparação psicológica para estar nestes espaços e se fortalecer para enfrentar hostilidades e posturas transfóbicas é de fundamental importância na prevenção de adoecimentos psíquicos.



(Com)Versando com um homem trans

Avaliando toda a discussão supracitada, bem como a temática do artigo, optei por incluir trechos de uma conversa informal que tive com um amigo, homem trans, residente na cidade de Vitória da Conquista–BA, que aqui receberá o nome de “Gustavo” em função do sigilo ético acerca de seu nome. Essa escolha ocorreu pelo fato de o mesmo já possuir certa experiência nesses espaços, algo que ainda não consegui em função de minha resistência em estar nesses ambientes por receio de posturas transfóbicas ou outras formas de constrangimento que penso estar vulnerável em função de meu trânsito nestes espaços.

Gustavo foi convidado a falar um pouco sobre sua experiência enquanto homens trans nos espaços clínicos da ginecologia, seja em âmbito público e/ou privado em sua cidade e o mesmo, ao longo da conversa, abordou inicialmente sua decisão de ter optado por ser atendido em uma clínica privada, bem como sua insatisfação com o Sistema Único de Saúde (SUS). Ele afirma ao longo da narrativa:

[...] eu não fui ao SUS até por conta das experiências negativas que eu já tinha tido até em um clínico geral, imagina aí num ginecologista. Vou falar baixo assim por causa da vizinhança. E aí o quê que acontece, eu pensei assim: “poxa eu vou tá pagando creio que isso ali vai me dar um pouco mais de empoderamento de chegar e falar, olha eu tô pagando, eu quero respeito e exijo respeito”. Parece assim que quando você chega no SUS, por você não estar dando nenhum dinheiro ali naquele momento parece que você não tem direito de ser bem tratado, de receber um bom atendimento ali do médico, de ter sabe sua causa ouvida e ter compreensão. O atendimento do SUS é péssimo, infelizmente é péssimo. Até agora eu tive raras experiências. Parece que as pessoas estão sempre mal humoradas, parece que elas nunca tem acesso a informação sobre o público LGBT no caso o público T, no meu caso, e aí eu preferi porque é aquela coisa como eu falei, às vezes a gente serve como cobaia, a gente vai no médico pra poder indicar pra outros amigos que... pra que eles não sofram é... constrangimento às vezes que você vai



passar. Então se algum amigo seu vai, foi e se deu bem, aí você acaba indo também entendeu? Do contrário, quando você vai e dá de cara com um que deu certo você estaciona ali por mais que tenha que fazer sacrifícios financeiros e qualquer coisa porque às vezes a gente tem que pagar pra não passar constrangimento, né? O que eu acho que é um absurdo assim porque acho que em qualquer ambiente, ainda mais o Sistema Único de Saúde deveria ser um referencial, né? As pessoas tem falta de treinamento né? ou tem falta de vontade mesmo de entender, né?

Nesta fala, Gustavo denuncia uma série de deficiências que o mesmo percebe no SUS, apontando até mesmo que, embora isso lhe cause certos problemas financeiros, é preferível “estacionar” em um profissional do setor privado que lhe trate com o devido respeito a transitar pelo serviço público em função desses entraves. O que acaba por se converter em uma negativa ao seu direito à saúde de maneira gratuita e à dignidade. Sobre isso, Maiane Sauer e Ariane Senna (2016), ao relatarem a vivência de uma das autoras, mulher trans, residente na cidade de Salvador – BA, frente aos profissionais do SUS e suas recusas em atendê-la pelo nome social, bem como o próprio desconhecimento da Portaria nº 1820/2009 que garante o direito do uso do nome social no cartão do SUS, refletem justamente sobre o despreparo desses profissionais frente à demanda das pessoas trans. De acordo com elas:

Travestis e transexuais precisam de um atendimento humanizado assim como as(os) demais cidadãs(aos), porém têm necessidades e especificidades que só poderão ser alcançadas ou supridas quando as(os) profissionais de saúde se dispuserem de fato a isto. Falamos tanto em humanizar o SUS, mas fazemos de conta que não enxergamos essas populações que também são usuárias do sistema e, por isso, entendo que o SUS só será humanizado quando as pessoas que o compõem se humanizarem, especialmente as (os) profissionais de saúde. (SAUER; SENNA, 2016, p. 142)

Ainda sobre a discussão acerca dos atendimentos humanizados e sua



importância, sobre o atendimento clínico oferecido pelo ginecologista do setor privado, embora Gustavo fizesse ressalvas quanto a enorme dificuldade em encontrar profissionais conscientes e/ou sensíveis à causa, ele contou um pouco sobre suas expectativas ao procurar acolhimento nesses espaços de saúde e revelou uma grata surpresa:

[...] minha expectativa quanto ao médico também era a de que ele não iria me entender, me aceitar naquele ambiente, que ele iria ficar confuso e não foi nada disso por que ele era professor da UESB na época então por lidar com muitos jovens provavelmente ele já havia visto vários homens trans e mulheres trans então naquele ambiente e aí quando ele falou isso, aí eu falei poxa, então agora talvez ele entenda mais minha situação, aí ele falou que não entendia ali naquele momento e que não sabia me ajudar, mas que iria fazer todos os exames necessários e que ele iria pesquisar mais pra poder me entender melhor, saber das minhas necessidades, urgências, do que eu queria e eu passei pra ele que realmente eu estava indo ali muito constrangido porque a questão com o corpo era muito complicada todos esses anos, que eu queria fazer a cirurgia da retirada dos órgãos reprodutores, né? E que o que ele pudesse fazer por mim ele fizesse, seja me dando a T²¹ seja fazendo a cirurgia, seja me indicando cirurgias pra fazer a mastec, enfim... eu depositei todas as minhas expectativas nele e ele foi assim, foi incrível, né? Abraçou a causa e me ajudou.

No entanto, ele relembra aquele espaço enquanto um desafio para si e denuncia os olhares de reprovação e/ou curiosidades que ressoavam pelo fato de o mesmo, enquanto homem, estar presente ali, em um espaço clínico gendrado socialmente e validado especificamente para mulheres (cis):

[...] tá num espaço daquele pra mim foi um desafio, né? porque... eu sabia que eu ia ter esses olhares, mas a minha

²¹T é um termo comumente utilizado entre a comunidade de homens trans para se referir ao hormônio Testosterona utilizada durante a terapia hormonal.



situação, a questão da minha saúde naquele momento era primordial, que eu sei que isso não acontece com todos, né? Muitos caras não vão de jeito nenhum, às vezes tem um problema, tem uma coisa muito grave e nem sabem, nem tem mais tempo de cuidar por conta dessa situação, desse constrangimento que infelizmente pode acontecer. Eu tentei superar tudo isso e fui porque eu pensei: “a minha saúde é mais importante do que qualquer olhar de qualquer um aqui e eu preciso que o médico agora me deixe mais tranquilo e possa entender a minha situação”.

Essa fala de Gustavo nos remete a refletir sobre os processos sociais de legitimação de espaços gendrados de gênero, ou seja, aqueles marcados por especificidades de gênero (LAURETIS,1989), pois percebe-se que, no espaço da ginecologia, por exemplo, tanto por parte dos profissionais quanto por parte das usuárias, ainda se pensa as necessidades de saúde a partir de um sistema binário de gênero marcado pela diferença sexual, inscrita em corpos biológicos. Sobre isso, Cecília Sardenberg e Márcia Macêdo (2011), ao falar sobre enfoque(s) de gênero, refletem sobre as construções de gênero afirmando se referir:

[...] ao fato (e às suas consequências) de que o masculino e o feminino e, assim, o que é “ser homem” ou “ser mulher” se constrói socialmente através de valores e símbolos que são por nós assimilados e interiorizados desde a mais tenra infância, em um dado contexto histórico, social e cultural. Vários estudos têm demonstrado que, na sociedade brasileira, como na América Latina, de um modo geral, masculino e feminino são, de fato, construídos simbolicamente como polos opostos, mas não necessariamente simétricos. (SARDENBERG; MACÊDO, 2011, p. 40)

Sobre essa temática abordada, Gustavo ainda complementa:

[...] Primeiro eu falei que eu tinha um nome social, que eu tava



entregando a minha identidade ali, né? O RG na hora mas que eu tinha um nome social, é... Naquele tempo elas nem sabiam do que se tratava o nome social, eu expliquei a respeito da transexualidade, expliquei todo o processo que... O que é um homem trans e aí fui muito bem recebido. Elas falaram tudo bem, que iriam me respeitar, que iam fazer minha ficha e que na hora que eu fosse chamado que eu iria ser chamado pelo nome social e que eu não me preocupasse, que quando eu chegasse lá dentro pra conversar com o médico que eu explicasse pra ele minha situação também e que iria dar tudo certo, então foi bem tranquilizador, né? Quando a secretária do médico, né, que fica junto com ele tava na sala abriu a porta e veio assim discretamente e falou senhor Gustavo pode fazer o favor, tal, né? eu fui e entrei... as pessoas... a recepção do médico, as recepcionistas do médico assim foram incríveis, elas foram muito de boa. Os olhares das pessoas por eu estar naquele ambiente, entrar sozinho que foi estranho, que foi bem constrangedor, porque... eu acho que elas ficaram... eu fiquei imaginando que elas estavam pensando ué porque que esse cara tá entrando aí sozinho? Aí depois eu tentei colocar na minha cabeça que eu estava levando um exame da minha mulher, que eu fui pegar algum exame, que eu fui conversar com o médico a respeito de alguma coisa da minha mulher então eu fui me encorajando e tentando superar aquele momento muito constrangedor.

Essa fala de Gustavo torna-se bem emblemática ao se pensar sobre a dificuldade do próprio homem trans em lidar confortavelmente com esse tipo de contexto. Ainda é, frente às violências tanto simbólicas quanto materializadas, muito difícil se pensar em um pertencimento nesses espaços, pois são lócus onde as violências de gênero ainda são uma constante. Felizmente é um relato que, ao mesmo tempo que provoca algumas reflexões sobre o processo de acolhimento da demanda de pessoas trans pelo SUS, se encerra em um acompanhamento ginecológico praticamente isento de discriminações quando se pensa a realidade da maioria dos homens trans frente ao sistema de saúde



público e/ou privado.

Minha experiência enquanto homem trans – que não transita nestes espaços – é parecida com a realidade de muitos outros companheiros, pois existe uma espécie de “desautorização”, um espectro que paira nestes ambientes e impede ou dificulta o acesso de muitos de nós nestes lugares, o que acarreta vulnerabilidades em relação à saúde física e também psicológica. Ainda é muito difícil se deparar com notícias, situações ou contextos de transfóbicos e seguir em frente sem se blindar de exposições que possam vir a possibilitar novos episódios desta natureza.

Conclusão

Este ensaio teve como proposta tecer algumas considerações acerca dos desafios na promoção e garantia dos direitos à saúde ginecológica de homens trans frente às velhas e ainda recorrentes concepções que definem a ginecologia enquanto um espaço clínico específico para mulheres. Diante das considerações expostas, “importa ressaltar que o construto gênero diz respeito a um princípio universal, organizador tanto do mundo exterior (o “social”, econômico, político) quanto interior, ou seja, que diz respeito à construção das subjetividades e das identidades” (SARDENBERG; MACÊDO, 2011, p. 38). Nesse sentido, convém pensar as transmasculinidades enquanto performances sociais de gênero transgressoras desses espaços, identidades e concepções sociais baseadas nos binarismos de gênero, bem como os impactos de tais rupturas, as sanções produzidas socialmente em função de suas transgressões, de seus corpos estranhos às normativas sociais, revelando as implicações que isto pode vir a provocar a nível de direitos à saúde, à dignidade e à qualidade de vida. O Ministério da Saúde através das resoluções divulgadas referentes ao processo transexualizador pelo SUS tem se dirigido a avanços significativos em nível de propostas interventivas no que se refere a esse público, no entanto, ainda pode ser considerado um desafio articular atendimento integral e humanizado em tempos em que se pensam esses espaços ainda de maneira gendrada nas normativas de gênero. No entanto, longe de promover uma exaustiva e conclusiva discussão, a proposta aqui presente foi, na verdade, a de tecer breves considerações sobre esse debate, bem como provocar repensares acerca dessa normativa e suas implicações na vida da comunidade de homens trans.

Referências

ARÁN, Márcia; LIONÇO, Tatiana; MURTA, Daniela; VENTURA, Míriam; LIMA,



Fátima; GONÇALVES, Lidiane. Transexualidade e Saúde Pública: acúmulos consensuais de propostas para atenção mental. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/86659572/TRANSEXUALIDADE-E-SAUDE-PUBLICA-Acumulos-Consensuais-de-Propostas-para-atencao-integral>> Acesso em: 20/07/2018.

BENTO, Berenice. Introdução. In: BENTO, Berenice. A Reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BEZERRA, Daniel Sarmento; BEZERRA, Ana Karla; SOUZA, Roberto César Maia de; NOGUEIRA, Waléria Bastos de Andrade Gomes; BONZI, André Ricardo Bezerra; COSTA, Lidiane Medeiros Mendes da. HOMENS TRANSEXUAIS: INVISIBILIDADE SOCIAL E SAÚDE MENTAL. Tema em saúde. vol. 18. No 1, ISSN 24472131 – João Pessoa.

BUTLER, Judith. Sujeitos do sexo/gênero/desejo. In: BUTLER, Judith. Problemas de gênero: Feminismo e Subversão da Identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira – Sujeito e História, 2003, p. 15 – 60.

CARDOSO, Michelle Rodrigues; FERRO, Luís Felipe. Saúde e População LGBT: demandas e especificidades em questão. Psicologia: Ciência e profissão, 2012, 32 (3), 552-563.

CARTA CAPITAL. OMS deixa de classificar transexualidade como doença mental. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2018/06/19/oms-deixa-de-classificar-transexualidade-como-doenca-mental/>> Acesso em: 20/07/2018.

FERRARI, Geala Geslaine; CAPELARI, Rogério Sato. A despatologização do transtorno de identidade de gênero: uma crítica a patologização e o enaltecimento ao direito e a identidade sexual dos indivíduos trans. XI Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea. VII Mostra de Trabalhos Jurídicos Científicos. 2014.

LAURETIS, Tereza de. A tecnologia do gênero. Indiana University Press, 1987. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/81873993/A-Tecnologia-do-Genero-Teresa-de-Lauretis>> Acesso em: 05/08/2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria CFM nº 1.955/2010. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/2010/1955_2010.htm> Acesso em: 20/07/2018;

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria CFM nº 2.803 de 19 de Novembro de 2013. Disponível em:



<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html>

Acesso em: 20/07/2018.

MISKOLCI, Richard. Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças. Ed. Autêntica – UFOP- Universidade Federal de Ouro Preto. Belo Horizonte, 2012.

PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. Transexualidade e Heteronormatividade: algumas questões para pesquisa. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 10, n. 1, p. 193 - 198, jan./jul. 2011.

RIBEIRO, Thaís. CFP em defesa das populações LGBTI+. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/tag/transsexuais/>> Acesso em: 10 de Junho de 2019.

ROHDEN, Fabíola. A Questão da Diferença entre os sexos: redefinições no século XIX. In: ROHDEN, F. Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher [online]. 2nd ed. rev. and enl. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001. Antropologia & Saúde collection. 224 p. ISBN 978-85-7541-399-9.

ROHDEN, Fabíola. Ginecologia, gênero e sexualidade na ciência do século XIX. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 8, n. 17, p. 101-125, junho de 2002.

SARDENBERG, Cecília M. B; MACÊDO, Márcia. Relações de gênero: uma breve introdução ao tema. In: COSTA, Ana Alice Alcantara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; VANIN, Iole Macedo (Orgs). Ensino e gênero: perspectivas transversais. Salvador: UFBA - NEIM, 2011. 247 p.

SAUER, Maiane Santos; SENNA, Ariane. Transexualidade e Saúde na cidade de Salvador. In: DENEGA, Alessa; ANDRADE, Darlane S. V. ; SANTOS, Helena M. dos (Orgs). Gênero na Psicologia: Saberes e Práticas. Salvador, CRP-3, 2016, 220 p.

SOUSA, Diogo; IRIART, Jorge. "Viver dignamente": necessidades e demandas de saúde de homens trans em Salvador, Bahia, Brasil. Cad. Saúde Pública 2018; 34(10):e00036318.



Homens não nascem homens: tornam-se homens

Hombres no nacen hombres: se convierten en hombres

Shay de los Santos Rodriguez

Resumo:

Neste ensaio, busco refletir e problematizar sobre a masculinidade e o ser-homem. Parto de minha própria realidade, do meu lugar enquanto homem trans, do meu lugar que reside no meu corpo, do meu lugar visto como não sendo de homem e nem masculino. Quero através de minhas palavras, mostrar que a masculinidade não é ímpar, existem múltiplas masculinidades, e a minha é apenas mais uma forma de ser no mundo, nem mais e nem menos masculina.

Palavras-chave: Homem; masculinidades; transmasculinidades.

Resumen:

En este ensayo, busco reflexionar y problematizar la masculinidad y el ser-hombre. Comienzo desde mi propia realidad, desde mi lugar como hombre trans, desde mi lugar que reside en mi cuerpo, desde mi lugar visto como no siendo ni de hombre y ni masculino. A través de mis palabras, quiero mostrar que la masculinidad no es única, hay múltiples masculinidades, y la mía es solo otra forma de estar en el mundo, ni más ni menos masculina.

Palabras clave: Hombre; masculinidades; transmasculinidades.

“A primeira mudança é sempre a da mente, é psicológica, nem sempre a mudança é física, não necessariamente a mudança é com procedimentos médicos ou hormonais. Eu já estava conquistando meu espaço, e isso já era uma grande coisa, poder ser eu mesmo. De todas as mudanças, a mais importante é dizer que sou o Shay.”

(SE EU COMPREI, ENTÃO É MEU!: coisas do prazer sexual e do cotidiano para além da heteronormatividade, 2019).



No volume dois do livro *O Segundo Sexo*, Beauvoir (1967) declarou: ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Beauvoir (1967, p. 9) afirmou isso, pois nenhum destino que seja biológico, psíquico e econômico definirá a forma que a mulher assumirá no âmbito social, mas sim é a corporação cultural que engendra a relação entre macho (homem) e o castrado que denominam de feminino (mulher).

Beauvoir (1970, p. 9) colocou que os homens não se apresentam como indivíduos de um determinado sexo (nesse caso o gênero), pois ser homem é o natural. O gênero masculino é o absoluto. Segundo Beauvoir (1970, p. 10), a mulher tem ovários e um útero, e esses quesitos anulam a sua subjetividade, e tem que diga que as mulheres *pensam com suas glândulas*. Assim, a mulher está fadada ao campo corporal, sua anatomia a condena, porém, o ser “homem” também comporta uma anatomia que o sustenta, que carrega os “hormônios e testículos”. Desse modo, conforme Beauvoir (1970, p. 10), a mulher define-se e difere-se em relação ao homem e não este em relação a ela. O homem é o Sujeito, a mulher é o Outro. Para Beauvoir (1970, p. 91), o mundo sempre pertenceu aos machos, o sistema social sempre foi masculino, o poder político sempre esteve reservado aos homens.

A história mostrou-nos que os homens sempre detiveram todos os poderes concretos; desde os primeiros tempos do patriarcado, julgaram útil manter a mulher em estado de dependência; seus códigos estabeleceram-se contra ela; e assim foi que ela se constituiu concretamente como Outro. (BEAUVOIR, 1970, p. 179).

Sobre a noção de construção do gênero por via da cultura, Butler (2017, p. 27) reflete que essa construção pode soar um certo determinismo sobre as significações do gênero, que age nos corpos, que por sua vez são entendidos como passivos dentro de uma lei cultural imutável. Desse modo, sendo a cultura pertinente para a construção do gênero e apreendida no que concerne à lei ou ao ajuntamento de leis, segundo Butler (2017, p. 28), julga-se de que o gênero pode ser tão marcado e tão fixado quanto no conceito de que a biologia é o destino, ou seja, a cultura se torna o destino, não só a biologia.

Para Butler (2017), o corpo, assim como o gênero, é uma construção. Porém, com quais meios os corpos podem existir nas inscrições do gênero e mediante delas?



Assim, Butler (2017) indaga que se o gênero e o sexo sendo livres ou fixados, é em efeito de um discurso. As delimitações da analítica discursiva do gênero, segundo Butler (2017), supõem antecipadamente as capacidades dos ajustes previsíveis do gênero na cultura. Portanto, Butler (2017, p. 30) afirma que as delimitações ou demarcações engendram sem cessar nos termos de um discurso hegemônico da cultura, estruturado na binariedade “que se apresentam como a linguagem da racionalidade mundial”.

A aplicação do gênero também é feita, conforme Butler (2017, p. 31), como um sinal de diferenciação biológica, linguística e/ou cultural. Assim, o gênero pode ser entendido como um significado anunciado pelo corpo sexualmente distinguido, e a existência só é efetivada com relação a outro significado antagônico. Para Butler (2017, p. 31), algumas feministas declaram que o gênero é uma relação, ou então, um emaranhado de relações e não uma característica individualizada; já outras feministas beauvorianas contrapõem que só o gênero feminino é marcado, sendo o gênero masculino universal e neutro. No pensamento de Beauvoir, o homem é o sujeito e a mulher é o outro. Butler (2017, p. 32) apresenta o argumento de Irigaray de que tanto o sujeito como o outro são as escoras “de uma economia significante falocêntrica e fechada”, na qual alcança seu propósito holístico por meio do completo apagamento do feminino. Butler (2017, p. 48) argumenta que para Beauvoir só os homens são “pessoas”, e, nesse caso, só existe um gênero: o feminino.

Conforme o movimento pró-sexualidade no viés teórico e da prática feminista, argumentam que a construção da sexualidade se dá de acordo com o discurso e do poder, e o poder entendido de acordo com as condutas heterossexuais e fálicas da cultura (BUTLER, 2017, p. 65). Dessa maneira, nas palavras de Butler (2017, p. 67), o gay e o hétero não correspondem o que a cópia é para o original, mas sim, o que a cópia é para a cópia. Contudo, Butler (2017) nos diz que o original não passa de paródia idealizada do que seria o natural e o original. Assim, “a unidade do gênero é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória” (BUTLER, 2017, p. 67). O “ser” de um gênero se trata para Butler (2017, p. 68) de um efeito. Dizer que o gênero é uma construção não é declarar que seja uma ficção ou falsidade, onde é entendido que essas concepções consistam no âmago de um binarismo que contrasta como antagônico o “real” e o “autêntico”. E Butler (2017, p. 69) propõe que algumas disposições do gênero,



atribuem-se na cultura, a localidade do “real” e assim, tornam mais sólida e impulsiona sua hegemonia mediante de uma *autonaturalização apta e bem-sucedida*.

Na opinião de Butler (2017, p. 69), o que tem de correto na afirmativa de Beauvoir de que ninguém nasce, porém torna-se mulher, sucede de que *mulher* é um texto a ser escrito, uma obra em reformas, *é um termo em processo*, uma ação contínua, que está com fissuras, sujeito a interferências e redefinições. Mas, para Beauvoir, segundo Butler (2017), em tempo algum é possível tornar-se mulher definitivamente, pois o gênero é o refinamento repetitivo do corpo, um aglomerado de atos que se repetem no cerne de uma base reguladora elevadamente enrijecida, na qual se estagna no tempo para corporificar a fisionomia de uma substância, de uma espécie natural de ser.

A genealogia política das ontologias do gênero, em sendo bem-sucedida, desconstruiria a aparência substantiva do gênero, desmembrando-a em seus atos constitutivos, e explicaria e localizaria esses atos no interior das estruturas compulsórias criadas pelas várias forças que policiam a aparência social do gênero (BUTLER, 2017, p. 69).

Para Bento (2017), falar sobre gênero é caminhar por um aglomerado de teorias, de conceitos e de interpretações acerca do que é ser masculino e feminino. Bento (2017, p. 107) afirma que as masculinidades e as feminilidades não têm nada a ver com a anatomia biológica e assim, não tem nada a ver com a presença ou a ausência dos órgãos genitais e definidas características sexuais secundárias. O gênero é performance, ele é praticado, acontece e é reconhecido no corpo social; o gênero, segundo Bento (2017, p. 108), é exercido na prática, na cotidianidade; praticamos o gênero no nosso dia a dia.

Conforme Bento (2017, p 109), todas as pessoas já nascem cirurgiadas, pois a marca cirúrgica acontece antes mesmo do nascimento, ocorre no instante que a pessoa médica determina se a criança será menina ou menino. E, dessa maneira, a criança já se torna generificada e cirurgiada, “no sentido de que já há uma cultura de expectativas por aquele corpo; ele não está livre dos imperativos” (BENTO, 2017, p. 109). Segundo Foucault (1998, p. 83), a medicina foi a primeira instituição que primeiramente se tornou objeto de normalização, antes mesmo de normalizar as outras pessoas, de



normalizar as pessoas doentes, a medicina foi normalizada. Hartemann (2019, p. 108) recentemente também argumentou que o discurso médico-científico moderno, ainda hoje nos assassina, pelo fato de impor uma definição dita como “natural” aos corpos, que corresponde ao sexo biológico (macho/fêmea) que por sua vez determina as identidades de gêneros de ser homem ou mulher, identidades fixas e binárias, mas sobretudo vistas como “naturais”. O seguimento preciso dessas categorias binárias de gênero coloca em risco as vivências e corporalidades de pessoas que não estão dentro da normativa.

Quando nascemos, já somos designados a uma estrutura social de gênero; se nascemos com vulva, somos meninas, se nascemos com pênis somos meninos, o mundo funciona por uma ótica do genitalismo; através dele, nossas vidas já estão traçadas. Sabe aquela história do livre arbítrio? Então, quase nunca o executamos de fato. O mundo age como se fosse uma maquinaria cheia de dispositivos e tecnologias bem projetadas, que ordenam e executam de maneira bem minuciosa em nossos corpos, e quando uma coisa dá errado, quando um corpo desenrosca um parafuso ou dá pane no seu interior, os dispositivos e as tecnologias rapidamente buscam reparar os danos, pois o CISTema não pode ser desestabilizado.

Sendo o gênero um produto da cultura, que não é imutável, que pode ser transformado e que funciona de determinada forma em cada momento sócio-histórico, as masculinidade e as feminilidades também são produtos dessas mesmas bases, e com isso, segundo Cortés (2008, p. 138), não podemos afirmar que existam de fato a masculinidade e a feminilidade em si mesmas, porém, uma é o resultado da outra, na qual as duas se constituem e se determinam uma em relação ou negação à outra. Por esse motivo, Cortés (2008, p. 139) assinala que não se tem a masculinidade, mas sim, se exerce; a masculinidade não é fixa, ela é produto da cultura, uma performance. É um efeito efêmero de significados, atos, posturas, condutas que mudam em decorrência de vários contextos, como, por exemplo: “de idade, etnia, classe social, religião, opção sexual, etc., nos quais se desenvolvem e que se referem a relações de domínio, marginalização e cumplicidade entre as pessoas” (CORTÉS, 2008, p. 140).

Connell (1995, p. 186) informou que houve uma consciência paulatinamente crescente sobre a possibilidade de mudança nas relações de gênero, e essa consciência só veio à tona nos Movimentos de Liberação das Mulheres, de Liberação dos Gays e de Liberação dos Homens, nos anos 70. E para Connell (1995, p. 187) a mudança de pensamento sobre o gênero, conquistada pelos movimentos dos anos 70, já não pode ser



revertida. Bento (2015, p. 82) aborda que os primeiros estudos sobre masculinidade têm se iniciado em 1970, porém apenas na segunda metade da década de 1980 que o tema é construído de maneira mais consistente. Contudo, foi preciso revisar as interpelações dos estudos de gênero, pelo fato de referir-se aos estudos da mulher. Estudar o gênero não é somente abordar as corporalidades ditas femininas, mas também abordar as corporalidades ditas masculinas, pois essas também precisam ser devidamente questionadas e problematizadas. É recente o ato de colocar em dúvida o “papel do homem”, pois este sempre foi visto como “natural” e “estático”, sem nunca em hipótese alguma questionar o seu gênero e o seu corpo. Para Bento (2015), os estudos sobre masculinidades múltiplas estão viabilizando outras formas de expressar a masculinidade que está longe do âmbito hegemônico.

Para Connell (1995, p. 188), a masculinidade corresponde a uma configuração de prática ao redor da distribuição dos homens na estrutura das relações de gênero, e, nesse caso, a configuração pode ser mais de uma em cada sociedade; a partir disso, foi possível em abordar a existência de “masculinidades”. O gênero é, para Connell (1995) em sua amplitude, o modo pelo qual as capacidades reprodutivas e as diferenças sexuais dos corpos humanos são transportadas para a prática social e com isso, fazem parte do processo histórico. Conforme Connell (1995), no âmbito do gênero, a prática social se endereça ao corpo, portanto, as masculinidades são corporificadas, além de serem sociais. Porém o gênero não se refere apenas no que concerne os papéis de sexo e no âmbito biológico, mas sim, está alicerçado em âmbitos econômicos, culturais, políticos, na esfera familiar, na sexualidade, além da corporalidade. E abordar o gênero remete uma complexidade. Connell (1995, p. 189) informa dois aspectos da complexidade que são importantes para pensar sobre a masculinidade: primeiro, que distintas masculinidades são produzidas no mesmo cenário social e as relações de gênero abarcam as relações entre homens, de dominação, marginalização e cumplicidade, assim uma determinada hegemonia de masculinidade tem outras masculinidades reunidas ao redor dela; segundo, que qualquer modo específico de masculinidade é de forma intrínseca complexa e até mesmo antagônica.

Connell (1995) afirma que o gênero é seguido de ordem contraditória ou antagônica. Sendo assim, o gênero é um produto da história e com isso, está sujeito a modificações, porém, como o gênero é construído e como pode ser reconstruído ou desconstruído? Connell (1995) retrata que existe uma narrativa standardizada sobre a construção das masculinidades, na qual corresponde que toda cultura possui fixações de



condutas e dos sentimentos adequadas para os homens. O intuito é seguir à risca as fixações e se afastar inteiramente da feminilidade e conseqüentemente, reprimindo os seus sentimentos. Bourdieu (2010, p. 18) evidenciou que a força da ordem masculina recusa justificações, ou seja, é um ponto de vista androcêntrico que fixa uma neutralidade. O homem se coloca como neutro. Para Bourdieu (2010, p. 20), o sistema social projeta corpos dentro de uma visão sexuada e na divisão sexualizante. O corpo dito masculino se diferencia do corpo dito feminino, pois existe uma diferença biológica entre os “sexos” e essa diferença que é definida pelos órgãos sexuais, determina a diferenciação do gênero. Segundo Bourdieu (2010, p. 33), a força particular da sociodicéia masculina lhe vem do fato de ela acumular e condensar duas operações: “ela legitima uma relação de dominação inscrevendo-a em uma natureza biológica que é, por sua vez, ela própria uma construção social naturalizada”.

Segundo Grossi (1995, p. 6), um dos principais aspectos da masculinidade dentro da cultura ocidental se refere à atividade: ser ativo. Segundo Bento (2015, p. 111), a primeira coisa que ensinam aos homens é que estes não podem chorar, pois homem não chora. Para Grossi (1995), o modelo de normativo de gênero coage e obriga os homens a terem controle de suas emoções, homens não podem chorar. Segundo Grossi (1995, p. 24), até o século XVIII, homens e mulheres choravam, as lágrimas não tinham gênero e somente no século XIX, com o advento do romantismo, os homens perderam o poder das lágrimas, sendo mal vistos se chorassem.

Cortés (2008) nos informa que o corpo não é apenas criado social e culturalmente, mas também psiquicamente. Sendo assim, a figura do corpo é o produto que se faz mediante a subjetivação dos alicerces que precedem o nosso surgimento no corpo social. Desse modo, segundo Cortés (2008, p. 125), o ideal para o corpo do “homem”, até mesmo em sua ausência, em todo o tempo foi a ação, e uma das grandes fobias do “masculino” é o da passividade e o que ela provoca em termos de anulação dos privilégios e da possível noção de tornar-se “mulher”. Então, essa ação, que corresponde ao ideal ativo, no pensamento de Cortés (2008), presta assistência ao “homem” de correr o risco de esbarrar para a subordinação, que é exclusiva para ser “executada” pelas mulheres. Esse ideal ativo perdura na noção de que se o homem não domina, então será dominado, e sendo dominado, poderá perder a sua masculinidade e correr o perigo de cair no espaço dito feminino.

Na nossa sociedade, tem-se o entendimento que só existe ou parece existir um corpo, um gênero e uma sexualidade: se nasce com pênis é homem, masculino e



heterossexual e se nasce com vulva, é mulher, feminina e heterossexual. Porém, o corpo do “homem”, do ser “masculino” que até hoje se faz passar por universal e uno, é ininterruptamente projetado e reproduzido na cotidianidade e em todos os lugares. Pois o mundo é dos homens, a cultura privilegia a sua vivência, o espaço social é projetado por eles para eles.

A masculinidade hegemônica, conforme Connell e Messerschmidt (2013), se diferenciou de outras masculinidades, em especial das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não é representada em grande potência, pois apenas uma pequena parcela dos homens toma para si, uma minoria, porém, ela é sem dúvida normativa. Para Connell e Messerschmidt (2013, p. 245), as relações de gênero são históricas e, desse modo, as hierarquias de gênero estão sujeitas a transformações. Assim, as masculinidades hegemônicas só passam a existir em um determinado momento e estão sujeitas a modificações históricas. Connell e Messerschmidt (2013) refletem que poderia surgir uma luta por hegemonia e outros moldes de masculinidades poderiam ser realocados por novos, e decerto fosse possível que uma “maneira de ser homem mais humana, menos opressiva, pudesse se tornar hegemônica como parte de um processo que levaria à abolição das hierarquias de gênero” (CONNELL & MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245). A masculinidade hegemônica é um modelo que salienta a virilidade, a força, a competição entre os homens, a violência, é um modelo tóxico e coloca em risco a vivência de todas as pessoas; mesmo que a maioria dos homens não pertencem a esse modelo, ele é normativo e está acima de todas as outras identidades e expressões não normativas. Posto isso, Louro (1997, p. 48) afirma que os homens que se distanciam do modelo de masculinidade hegemônica são considerados *diferentes*, são representados como *o outro* e, usualmente, experimentam práticas de discriminação ou subordinação.

Assim, Connell (2003) estipulou outros três tipos de masculinidades, além da hegemônica: a subordinada: relação de subordinação no âmbito da sexualidade de homens heterossexuais para com homens homossexuais/bissexuais/pansexuais e etc.; a cúmplice: mesmo que uma pequena parcela dos homens usufrua de fato da masculinidade hegemônica, a cumplicidade funciona porque alguns se apropriam dos interesses da hegemonia; a marginalizada: composta por homens que não são brancos, como o exemplo das masculinidades negras, que por conta de sua raça, atributos físicos, pela cor, são vistos como inferiores e muitas vezes ocorre o processo de exclusão



Segundo Bento (2017), o gênero tem serventia para construir os corpos, porém não funciona em isolado; quando falamos de gênero também temos que falar sobre questões de raça, etnia e classe e entre outros fatores. Segundo Halberstam (2008), tem diversas linhas de identificação que passam o terreno da masculinidade e que seu poder é dispersado pelas complexidades no âmbito das relações de classe, raça, sexualidade e gênero. Assim, conforme Halberstam (2008, p. 24), a masculinidade só se torna inteligível enquanto masculinidade quando esta se afasta do corpo do homem branco e de classe média, e eu acrescentaria o aspecto da cisgeneridade (a pessoa cisgênera está de acordo com o dispositivo binário de gênero, em oposição à pessoa transgênera, que apresenta algum tipo de não conformidade em relação a esse mesmo dispositivo). Para Halberstam (2008), as masculinidades minoritárias desestruturam as ordens de gênero em muitos lugares. E a masculinidade conforme Halberstam (2008, p. 52) só se torna norma através dos corpos heterossexuais, brancos e de classe média. No pensamento de Connell e Messerschmidt (2013, p. 261), as masculinidades não hegemônicas persistem em conflitos com a masculinidade hegemônica, mas nunca penetram ou impactam a masculinidade hegemônica.

Connell (2003, p. 15) também salienta que a vida cotidiana em si é um viés da política de gênero. No âmbito corporal, para Connell (2003, p. 109), o gênero é decorrente de uma prática social que se relaciona incessantemente aos corpos e o que estes corpos fazem. E conforme a normativa social de gênero, podemos compreender que a masculinidade e a feminilidade são como projetos de gênero, pois, nas palavras de Connell (2003, p. 110), se refere as técnicas de configuração da prática por intermédio do tempo, que transfiguram seus lugares de partida em alicerces de gênero. Do ponto de vista global, a masculinidade hegemônica não é estável e nem sempre é praticada da mesma forma em todos os lugares e partes do mundo. Portanto, segundo Connell (2003, p. 116), é mais sobre a masculinidade que ocupa a posição hegemônica em um modelo dado das relações de gênero, posição que é sempre discutível. Halberstam (2008). na *Masculinidad Feminina*, mostra que a masculinidade não pode ser reservada apenas aos “homens”, visto que mulheres também reproduzem masculinidades, assim como homens também reproduzem feminilidades.

Segundo Connell (1995, p. 191), o conceito de “masculinidade tradicional” está vinculado ao de “família tradicional”, que, por sua vez, é uma forma de gênero historicamente recente, é um produto da modernidade. Para Bento (2015, p. 106), quiçá nos dias de hoje pode parecer trivial que os homens deixem seus cabelos crescerem,



usarem brincos, cuidarem das crianças, realizarem tarefas domésticas, que se emocionem de fato e soltem lágrimas sem vergonha alguma, pois essa trivialidade oculta “uma história de disputa entre valores tradicionais e modernos”. Bento (2015, p. 111) argumenta que o ato de recusar racionalmente um determinado padrão de comportamento não significa que irá comportar-se de uma outra maneira de imediato, porém, essa recusa pode gerar um processo de descontinuidade socializatória. Assim, conforme Bento (2015, p. 186), sob o ponto de vista da relação “tradicional-moderno”, as transformações no que concerne a identidade masculina é em todo, no rompimento entre os valores com que eles foram socializados e os valores que apreenderam.

Nery e Maranhão Fº (2017, p. 281) abordaram que os homens trans ou transmasculinos são muitas vezes entendidos como aspirantes a privilégios machistas, mas por outro viés, essas masculinidades não possuem reconhecimento e convivem com o sofrimento direto do machismo, pois seus corpos são lidos “como estupráveis e seguem marcados pela tutela e controle que caracterizam a relação da sociedade com os corpos das mulheres”. Segundo Nery e Maranhão Fº (2017, p. 285) o que possivelmente diferencia os homens cis dos homens trans, é a “herança de gênero”, que corresponde a vivência socializada no âmbito dito “feminino”, “já que a maioria foi criado para o mundo privado e não para o público”.

A masculinidade vivenciada pelos homens trans no Brasil é “inquietante”, segundo o pensamento de Nery e Maranhão Fº (2015, p. 25), pelo fato de estarem sempre em alerta, pois não existe dentro da sociedade espaços de respeito e entendimento de suas vivências, que respeitem e compreendem homens sem pênis, com seio e com vulva. Nas palavras de Nery (2018, p. 394), transmasculinos são pessoas transgêneras, que foram designadas ao nascer com o sexo biológico dito feminino, mas possuem o sentimento de pertencimento total ou parcial no gênero masculino. Para Nery (2018, p. 397), as expressões de gênero, que é a forma como nós nos expressamos socialmente, podem ser incongruentes ou dissonantes com a identidade de gênero, portanto homens trans ou transmasculinos podem apresentar expressões além da masculinidade. No pensamento de Nery (2018, p. 402), reclamar o direito da masculinidade em um corpo que foi projetado para ser feminino é uma ofensa à masculinidade hegemônica, falocêntrica, androcêntrica e patriarcal.

Acredito que uma das contribuições dos transmasculinos, que não foram capturados por essa esta visão patologicamente



machista, é demonstrar uma masculinidade suave, também passiva, afetiva, emotiva, onde saibam falar de si e de suas relações. Acrescentando aos homens cisgêneros, a liberdade de serem mais doces, sem os estereótipos negativos que o “poder” lhes concede, ao preço da opressão e do sufocamento de emoções. (NERY, 2018, p. 402)

Entretanto, a masculinidade não se resume apenas ao ser “homem”, é também atribuída a outras identidades que fogem da estrutura binária de gênero; por isso, é apropriado usar o termo transmasculinidades, para englobar o maior número de identidades com expressões masculinas que compartilham em suas vivências (REDE TRANS, 2018, p. 6).

Qual homem trans não escutou a máxima: “isso que é um homem de verdade”, ou então: “você não é um homem de verdade”. Essas indagações que instigaram a dúvida: se existem homens de verdade, então significa que existem homens de mentira? Ou, se quiserem, homens falsos? Segundo Latour (1994, p. 92), o “falso é aquilo que dá valor ao verdadeiro”, portanto, acredito que no mundo atual essa frase faz o total sentido, se pensarmos em um viés das relações de gênero, as masculinidades clandestinas (DE LOS SANTOS RODRIGUEZ, 2019) vistas como falsas, dão mais valor e legitimidade às masculinidades hegemônicas, vistas como verdadeiras. Com isso, as relações de gênero se assumem cada vez mais como relações de poder, onde uns tem mais poder que os outros. Porém o poder está em todos os lugares. Segundo Scott (1995, p. 88), o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.

Foucault (1995, p. 239) já nos dizia que talvez o intuito no momento presente não seja descobrir o que somos, mas sim de renunciar, combater, rejeitar o que somos. Para Foucault (1995, p. 244), o poder só se exerce em liberdade, quando há pessoas livres, não existe poder onde não tenha liberdade, senão seria uma prática da violência. A liberdade só surge quando o poder já está em prática. Foucault (1998, p. 236; 1999, p. 89) afirmou que o exercício do poder está em todos os lugares, porque forma-se em todos os lugares; assim, o poder age através de incontáveis aspectos e mediante relações opostas e que não sejam fixas, as relações de poder são produtoras, porque o poder produz. Onde há poder, há resistência (FOUCAULT, 1999, p. 91), onde existem relações de poder, existem relações de resistência.



Todas as pessoas deveriam ter a autonomia de poder ser quem são, todo homem trans ou transmasculino deveria poder exercer sua masculinidade do jeito que bem entende, sem restrições, sem alguém em volta nós dizendo que nossas vivências estão erradas. Ser homem é uma categoria dentro da norma binária de gênero, designada a pessoa que nasceu com o órgão genital dito masculino (pênis) e por isso lhe é atribuído na subcategoria de macho, sendo “doutrinado” social, cultural e politicamente para performatizar os papéis e atributos que a nossa sociedade chama de “masculinidade” e “é exatamente a transgressão dessa regra que faz surgir a figura da pessoa transgênera” (LANZ, 2018, p. 56). O discurso identitário-libertário de Letícia Lanz (2018, p. 61), de ser quem somos, faz ruir a cereja do bolo trans que é a ideia de “corpos errados”, necessitando urgentemente serem reajustados. Segundo Lanz (2018, p. 161), não é possível estabelecer que existam corpos errados, pelo simples fato de não existirem corporalidades certas e não há nenhuma necessidade de possuir um rótulo para ser quem somos, pois, ser só é possível sendo.

Connell (1995) já havia argumentado que há diferentes formas de usar, sentir e mostrar os corpos masculinos. Hartemann (2019, p. 110-111) sugere que as pessoas tenham o olhar trans contra a cientificidade hegemônica, pois o olhar trans “é partir do princípio que nós existimos”. A prática do olhar trans pelas pessoas cis possibilita, desse modo, o exercício contínuo de olhar para si, olhar suas práticas, olhar suas atitudes, e se questionarem acerca do que entendem sobre gênero, e assim não direcionar as suas concepções da modernidade para todos os momentos históricos. Hartemann (2019, p. 112) declara: existimos, e ainda existiremos.

É sabido, e conforme as discussões que foram colocadas aqui no ensaio, que o ser homem não é universal, e ser homem se difere em determinada sociedade e tempo histórico. É recente a visibilidade (mesmo que pequena) da existência de homens trans e transmasculinos, ainda mais que estes colocam em jogo as bases hegemônicas da masculinidade do homem-cis-branco-heterossexual. A masculinidade hegemônica dita regras e possui um espaço privilegiado no corpo social, e com isso provoca um apagamento de outras masculinidades que não se encaixam ao modelo. Nas relações de gênero que são relações de poder e de resistências, estão implicadas questões de raça, etnia, classe, sexualidade, sexo, etc., e essas questões possibilitam a dinâmica da existência de outras masculinidades. Não existe apenas uma masculinidade, mas sim múltiplas. Homens trans e transmasculinos, homens negros, homens asiáticos, homens indianos, homens indígenas, homens hispânicos, homens latinos, homens



homossexuais/bissexuais/pansexuais/assexuais, e entre outras categorias além da hegemonia, são por exemplo menos homens ou menos masculinos que o “legítimo” homem cis, branco e heterossexual. O exercício é pensar em uma decolonialidade de gênero, deslocar o homem visto como “natural” e “verdadeiro” e refletir que as masculinidades são construídas e podem ser mudadas. O gênero está em todos os lugares, o poder está em todos os lugares, e assim as resistências estão em todos os lugares. Nós trans estamos em todos os lugares, e o simples ato de viver as nossas vidas já é uma poderosa arma contra a estrutura binária de gênero. O nosso poder reside em nossos corpos. Eu não sou hormonizado, não fiz nenhum processo cirúrgico, tenho cabelo azul comprido, uso as roupas que me dê na telha, tenho expressão não binária e namoro outro homem. Quando saio na rua, a resistência já está efetivada. O meu corpo confunde, e essa confusão agride as concepções do sistema binário de gênero. E minha voz tem um poder enorme já que por sua vez me possibilita dizer: eu sou homem.

Referências

- BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: a experiência vivida (Vol. 2). Tradução de Sérgio Milliet. 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: fatos e mitos (Vol. 1). Tradução de Sérgio Milliet. 4.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BENTO, Berenice. Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas / Berenice Bento. – 2. ed. – Natal, RN: EDUFRN, 2015. 220 p.
- BENTO, Berenice. Transviad@s: gênero, sexualidade e direitos humanos / Berenice Bento. - Salvador: EDUFBA, 2017. 329 p.
- BOURDIEU, Pierre (1930-2002). A dominação masculina. Tradução de Maria Helena Kühner. - 9ª ed. - Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2010. 160p.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. – 13ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. – (Sujeito e História).
- CONNELL, R. W. Masculinidades. México, Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM. - PUEG, 2003.
- CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, Abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2013000100014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22Set. 2018.



CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, n.20, v.2, p. 185-206, 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71725/40671>>. Acesso em: 14 Set. 2018.

CORTÉS, José Miguel G. Políticas do Espaço: Arquitetura, Gênero e Controle Social. São Paulo: Editora Senac, 2008, 215 p.

DE LOS SANTOS RODRIGUEZ, Shay. SE EU COMPREI, ENTÃO É MEU!: coisas do cotidiano e do prazer sexual para além da heteronormatividade. 1. Ed. Rio Grande: CLP, 2019. 226 p.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. – Rio de Janeiro: Edições Graal, (1979). 13ª Edição, 1998.

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade I: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, (1988). 13ª Edição, 1999.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

GROSSI, Miriam Pillar. "Masculinidades: uma revisão teórica". *Antropologia em Primeira Mão*, v. 75, p. 1-37, 1995. Disponível em: <http://www.antropologia.ufsc.br>. Acesso em: 22 Jun. 2019.

HALBERSTAM, Judith. Masculinidad feminina. Traducción de Javier Sáez. Editorial EGALES. - Barcelona: Madri, 2008.

HARTEMANN, G. Nem ela, nem ele. *Revista Arqueologia Pública*, v. 13, n. 1[22], p. 99-115, 2 jul. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8654589>>. Acesso em: 27 Set. 2019.

LANZ, Letícia. O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Movimento Transgente, 2ª edição, 2017. 456 p.

LANZ, Letícia. Porque tenho medo de lhe dizer quem eu sou. In: *Corpo, gênero e sexualidade: resistência e ocupa (ações) nos espaços de educação*. / Organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.]. – Rio Grande: Ed. Da FURG, 2018. 215p.

LATOUR, Bruno. Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994, 152 p. (Coleção TRANS).



LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

NERY, J. W.; MARANHÃO Fº, E. M. A. Deslocamentos subjetivos das transmasculinidades brasileiras contemporâneas. *Periódicus*, Salvador, n. 7, v. 1, maio-out. 2017 – Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades Publicação periódica vinculada ao Grupo de Pesquisa CUS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/22279/14310>>.

Acesso em: 16 Mar. 2020

NERY, João; MARANHÃO Fº, Eduardo Meinberg de Albuquerque. Transhomens: a distopia nos tecnomens. In: SOUTO, Katia (org.). Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Transexualidade e travestilidade na saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 194 p.

NERY, João W. Transmasculinidades: invisibilidade e luta. João W. Nery. In: História do Movimento LGBT no Brasil / organização James N. Green, Renan Quinalha, Marcio Caetano, Marisa Fernandes. – 1. Ed. – São Paulo: Alameda, 2018. 536 p.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso: 19 Jun. 2017.



Gênero em Termos Reais: revisitando Connel apoiado em epistemologias transmasculinas brasileiras

Benjamin de Almeida Neves

Este artigo busca discutir alguns desafios que se colocam, nesse momento da história, aos processos de construção das epistemologias transmasculinas brasileiras e também explora de que forma essa construção pode também dialogar e visitar a obra de Connel, intitulada *Gênero em Termos Reais* (2016).

Não tenho a intenção de formular “uma única e verdadeira versão transmasculina da história da experiência humana” e nem de provocar Connel, pois, de acordo com Sandra Harding (1986), por exemplo, algumas vertentes feministas, especialmente as do norte (CONNEL, 2016), se arriscam a reproduzir na teoria e na prática política a tendência das explicações patriarcais para policiar o pensamento, presumindo que somente os problemas de algumas mulheres são problemas humanos.

Nós temos uma infinidade de mulheres que vivem em intrincados complexos históricos de classe, raça, etnia, sexualidades, cultura, região geográfica, religião e necessidades corporais específicas, assim como homens transexuais e pessoas transmasculinas. No entanto, é exatamente por ainda existirem lacunas e invisibilizações das mais diversas com relação a este grupo de pessoas que por vezes faço uso de minhas experiências/vivências enquanto pesquisador, professor e ativista transfeminista das transmasculinidades²², navegando e resistindo em espaços de poder e de discursos patriarcais e cisgêneros, e agrego/trago através de minha voz, outras tantas. Harding entende que:

Contudo, também dizemos, às vezes, que a própria teorização é, em si mesma, perigosamente patriarcal, porque presume a separação entre aquele que conhece e aquilo que é conhecido, entre sujeito e objeto, e supõe a possibilidade de uma visão eficaz, exata e transcendente, pela qual a natureza e a vida social

²²O transfeminismo do Sul (CONNEL, 2016), mais especificamente brasileiro, não contempla algumas especificidades do transfeminismo das transmasculinidades, como a negra, por exemplo. No intuito de sairmos da zona da invisibilização, eu e alguns outros ativistas transmasculinos brasileiros, com as mais diversas características, temos desejado marcar e ocupar esse espaço, pois temos muito a contribuir para a discussão e para a desconstrução do racismo estrutural de nosso país. Para maiores informações sobre Transfeminismo Negro das Transmasculinidades, ver <http://negrosblogueiros.com.br/>



tomam a perspectiva que nos parece correta. (HARDING, 1993, p. 10)

Ao pensarmos nos coletivos transmasculinos brasileiros marcados por posições e espaços tempos interseccionais e na minha relação com eles e com todas as outras formas de poder que os constituem, dentro e fora deles, seria no mínimo desleal de minha parte ou pretensioso tentar usar “termos apropriados para dar conta do que fica ausente, invisível, emudecido” (HARDING, 1993, p. 10). Eu não devo sequer esboçar esse tipo de compromisso, pois ele seria equivocado. Ao mesmo tempo em que faço parte desses coletivos e tenho a transmasculinidade como subjetividade comum, tenho inúmeras outras características como pessoa transmasculina que me diferem, às vezes me privilegiando, outras nem tanto, e exatamente por este motivo fazer determinadas escolhas epistemológicas pode ser um tanto arriscado.

Todavia, ainda que eu tema reproduzir uma associação patriarcal entre saber e poder, em detrimento de pessoas transmasculinas cujas experiências/narrativas ainda não foram inteiramente expressas nos *estudos trans*, por eles ainda serem muito recentes em nosso país e também em outros, esse risco se torna apropriado e historicamente oportuno. Quando se trata da construção de outro olhar(es) em pesquisas sobre pessoas trans e conduzidas por pessoas trans, pesquisadoras brasileiras como Guilherme Almeida, André Guerreiro, Jaqueline Gomes de Jesus, Leonardo Peçanha, MeggRayara, entre outras, têm contribuído para romper com essa segregação.

Em *Tráfico Sexual: entrevista* (2003), quando Judith Butler e Rubin discutem sobre as diferenças e supostas superioridades de trabalhos teóricos versus trabalhos empíricos, Rubin afirma que não deveria existir tal hierarquia e que um tipo de trabalho não invalida o outro. Ela ainda pontua que acredita sim, mesmo em se tratando de sexualidade, que dados podem ser muito úteis. Mesmo que saibamos que muitas vezes esses dados estão “sujos”, ou seja, eles misturam ou ignoram diversas especificidades de algumas pessoas, eles demarcam um tempo, um momento histórico. Ela nos afirma:

Sou da velha opinião, inspirada na ciência social, de que afirmações sobre populações de carne e osso devem se basear em algum conhecimento dessas populações, não em análises especulativas, textos literários, representações fílmicas, ou pressuposições. Já posso antever a objeção a essas afirmações:



“mas Deleuze”, alguém haverá de dizer, “é Teoria”. (RUBIN, 2003, p. 201)

Em sua única obra traduzida para o idioma português, *Gênero em Termos Reais* (CONNEL, 2016), a renomada autora australiana inaugura o primeiro capítulo desta tratando da colonialidade do gênero, nos chamando a atenção para uma necessária reformulação nos modos de se pensar formas e fontes das análises de gênero.

Connel inicia suas produções de pensamento nos trazendo informações sobre autoras do norte e a preocupação atual destas em “formular suas análises conceituais em escala mundial”. Ainda que a autora concorde que este tipo de pensamento acadêmico sobre o gênero seja produtivo, ela aponta que há um problema em sua base: a subestimação do conhecimento das “periferias”.

Proponho “periferias”, no plural, pois além de não acreditar que exista apenas uma, mas sim várias, elas não estariam apenas associadas à periferia versus centros-burgueses. Elas estão associadas aos mais diversos tipos de conhecimento: de autoras cisgêneras a autoras negras, trans, indígenas, latinas e outros grupos sociais invisibilizados e de conhecimentos ainda deslegitimados.

Por esses conhecimentos ainda serem deslegitimados, diversas autoras e pesquisadoras, principalmente aquelas que se dedicam a pesquisas ativistas, têm usado como uma das muitas estratégias possíveis a ser adotada a de escreverem em primeira pessoa.

Demarcando seus lugares de fala e pertencimento a determinado grupo minoritário, essa estratégia pode ser vista por diversas ativistas/pesquisadoras jovens como potencialidade. Todavia, por outras pesquisadoras, como eu mesmo, talvez não tão céticas quanto à sua eficácia e futuras consequências, ela seja vista com certa desconfiança. Disputas epistemológicas são potentes, mas nem todo discurso o é. Há um espaço tempo e uma cronologia que merecem ser levadas em consideração, além de investimentos de anos por parte de alguns dessas pesquisadoras que hoje são vistos, às vezes, como novidades na “cena”.

Ainda expondo propostas para realizar essas mudanças de paradigmas e epistemologias, a autora propõe uma abertura para a discussão da temática, ou seja, que ela não seja vista e falada apenas a partir de uma abordagem biológica, envolvendo somente as categorias masculino e feminino.



A escala das consequências do poder colonial é infinda e não desproposita. Houve um esforço por parte dos colonizadores, cultural e organizacionalmente, e também, repostas ativas por parte de alguns colonizados.

Uma dessas consequências, por exemplo, são as respostas ativas dos homens nas análises de gênero. Ainda que alguns países, como o Chile, tenham investido em tratar com seriedade a temática das masculinidades, e de como a (des)construção dessa masculinidade hegemônica precisa ser discutida/tratada, ela ainda está em andamento e se apresenta como um dos desafios deste século em se tratando sobre estudos de gênero.

Há uma tendência, apontada em diferentes conferências da ONU sobre mulheres, da Cidade do México, em 1975, a Pequim, em 1995, por parte de algumas teóricas feministas do Sul, em reconhecer que não há uma única ordem de gênero. A crítica a um universalismo pouco explorado nas teorias que vêm do Norte tem sido um tema bastante explorado nos estudos feministas africanos, por exemplo.

De acordo com Connel, as diversas comunidades globais têm cada vez mais compreendido que existem diferenças irreduzíveis entre perspectivas feministas e que colocam a questão da diversidade e a multiplicidade das formas de gênero não na esfera do individual, mas na da ordem de gênero e das dinâmicas destas relações na sociedade de uma forma geral.

Na página 39, a autora nos aponta que há, por exemplo, no Norte, uma literatura que tende a mesclar diferentes pessoas transexuais e travestis de diferentes países e culturas, numa única categoria: a de transgêneres (FEINBERG, 1998). Todavia, ainda que estudos com foco mais próximo nesses grupos tenham contestado/contestem essa percepção, creio que seja necessário retomarmos a obra de Feinberg em questão, *Transgender Liberation* (1998), e a contextualizarmos.

Feinberg, historiador, ativista e pessoa transmasculina, falecida em 2014, quando cita June Jordan, por exemplo, poeta Afro-Americano, em “We are the ones we have been waiting for”²³ (FEINBERG, 1998, p. 62), “cai” em falsa armadilha, influenciado por uniões sindicais e pelos próprios movimentos feministas norte-americanos brancos, em sua maioria, em que o Eu ainda podia ser universalizado.

Talvez, em 1998, isso ainda fosse possível de se cogitar, ainda que naquela mesma época houvesse ruídos pela proposta da criação de uma única categoria, a de transgêneres, que englobasse as mais diversas identidades e subjetividades humanas. Preocupado, especialmente, com a falta de acesso ao cuidado em saúde por parte destes

²³ “Nós somos aqueles por quem estávamos esperando” (tradução livre minha).



grupos de pessoas trans, menos favorecidas, o autor e historiador trans apostava em um termo/categoria política que abarcasse todos esses outros grupos, para que não somente se conseguisse acesso à saúde mais rapidamente, quanto a outras políticas públicas em direitos humanos.

Todavia, como eu mesmo pude presenciar no I Encontro Nacional de Homens Trans e pessoas transmasculinas, que ocorreu na USP, em fevereiro de 2015, em São Paulo, e que contou com diversas pessoas com essas especificidades, o debate acerca da escolha de uma única categoria política de identificação social dessas pessoas foi acalorado.

Quanto mais tecnologias e informações que as pessoas foram expostas ou vivenciaram sobre quem elas são no mundo, que tipo(s) de identidades se pode reivindicar, assumir, transformar ou adaptar, por exemplo, foi se alargando. Mais e mais pessoas, por motivos distintos, passaram a se ver com suas próprias lutas e a demandarem diferentes acontecimentos/atos.

Esta percepção e demanda por parte de algumas pessoas trans é legítima e deve ser discutida. Pude perceber que, ao longo da história transmasculina brasileira e também em escala global, as categorias foram redesenhando as demandas, e as demandas atendidas e as não atendidas serviram/servem para se repensar essas próprias novas, auto-determinadas, categorias identitárias (ALMEIDA, 2012).

Voltando ao I ENAHT acima mencionado, especificamente, é válido mencionar que os homens trans e pessoas transmasculinas presentes acordaram em plenária que uma nova nomenclatura política será futuramente escolhida, de forma que ela seja mais inclusiva.

Por fim, pensando justamente sobre inclusão versus exclusão, creio ser válida a reflexão por parte de ativistas trans brasileiros, incluindo também a mim, de (re)pensarmos sobre que pessoas, quem de nós, que acessamos movimentos sociais, o que por si só já é um privilégio e um marcador sobre outras pessoas que não conhecem ou que não podem estar presentes nesses espaços, está/estamos fazendo escolhas realmente “inclusivas”?

Feinberg, ao defender o uso da nomenclatura transgênero, o fez na tentativa de interseccionalizar subjetividades outras e transgeneridades, provavelmente com boas intenções. No entanto, na tentativa de incluir, diversas pessoas trans se sentiram excluídas e/ou apagadas.



Em se tratando de saúde trans-específica e do momento ilegítimo de (des)governância, e da despatologização das identidades trans no Brasil, me preocupo com as consequências que pessoas que vivem suas identidades trans mais fixamente e que não dispõem de recursos financeiros, e muitas vezes afetivos também, possam passar/sofrer.

De acordo com o acima exposto, proponho repensarmos a sugestão de Connel (2013, p. 44), quando nos afirma:

Apenas uma única teoria do gênero que incorpore sistematicamente a experiência e o pensamento do mundo da maioria será poderosa o suficiente para compreender as dinâmicas do gênero em escala global.

Ou seja: uma única teoria de gênero não seria capaz de incorporar experiência e pensamento do mundo da maioria, mas teorias. Para se compreender as dinâmicas do gênero em escala global, é preciso explorá-las em escalas nacionais, na micropolítica, uma vez que essa “maioria” corre o risco de ser recortada tendenciosamente.

Connel inicia este segundo capítulo com uma citação de um padre e poeta, John Donne. Não por acaso, ao final do mesmo capítulo, estrategicamente, a autora faz a escolha de citar um autor muçulmano e um princípio islâmico. Connel, mais uma vez, nos mostra ser uma autora, ainda que a mesma não tenha se intitulado desta forma, atenta e interseccional.

Ao fazer uso desta estratégia, me ponho a refletir sobre que autoras ou pesquisadoras, internacionalmente conhecidas, têm demonstrado este tipo de preocupação em seus trabalhos e o(s) motivo(s) que as fazem realizar esta escolha²⁴.

²⁴ As consequências intelectuais são menos discutidas, mas são profundas. Para publicar em periódicos da Metrópole, deve-se escrever seguindo os gêneros da Metrópole, citar a literatura da Metrópole e tornar-se parte do discurso lá produzido. Para um cientista social, como a própria Connel e segundo suas palavras, isso significa tanto descrever sua própria sociedade *como se fosse* metrópole, suprimindo sua especificidade histórica; ou descrevê-la em termos comparativos, situando sua especificidade nos parâmetros da metrópole. Neste último caso, o cientista social torna-se o informante nativo para o mundo intelectual da metrópole (CONNEL, 2012), em *A Iminente revolução na teoria social*, Rev.bras.Ci. Soc.vol.27 n° 80 São Paulo Oct.2012. Tradução de João Maria + Ver Sociologias Nacionais, *Doingsociology in India* (PETEL, 2011) + Universalismo alternativo Islâmico (tradições islâmicas nas ciências sociais e a filosofia inspirada em Chandi (ALATAS, 2006, LAL, 2002), aqui não se trata de pluralismo epistemológico, que seria minha aposta inicial, mas Connel nos afirma que “esta seria uma estratégia de outra ordem, uma racionalidade que está fundada em um lugar não aquele ocupado pelas tradições metrocentradas” (CONNEL, 2012).



Arriscaria a dizer que, na sua grande maioria, diversos pesquisadores, que não são atravessados por subjetividades não hegemônicas, sejam elas das mais diversas ordens, e tomados por estas ausências de atravessamentos, mais raramente conseguem se colocar nesse lugar *Outro* (LÉVINAS, 1982), enquanto que aqueles com atravessamentos outros poderiam o fazer em um sentido de amplitude e flexibilidade maiores.

Neste capítulo, a autora trata dos conceitos fundamentais sobre corporificação e o lugar da ciência global, refletindo sobre as formas sobre as quais a deficiência está envolvida em processos que moldaram essa sociedade, como a colonização, o capitalismo global e o patriarcado, nos deslocando e nos fazendo analisar sobre o que seria exatamente esta *política da deficiência*.

Ao descrever sobre *corporificação social* e ontoformatividade²⁵, Connel nos afirma que, no passado, era comum, em estudos sobre a inteligência ou os papéis sexuais, que a determinação biológica fosse destino. De acordo com o recente relatório Mundial sobre a Deficiência da Organização Mundial da Saúde (WHO, 2011), as deficiências seriam compreendidas exclusivamente como fatos físicos sobre os corpos, com pouca atenção aos processos sociais que as produzem.

Nas décadas de 1980 e 1990, através da abordagem sócio-construcionista da deficiência, modelos biomédicos sobre causas e efeitos, assim como classificação a-histórica dos corpos, e ao poder de profissionais sobre grupos marginalizados, foram indagados e houve reconhecimento de que estruturas sociais e discursos culturais seriam capazes de definir e moldar experiências corpóreas.

O poder de processos sociais em criar hierarquias entre corpos tem sido mostrado amplamente, através dos continentes e séculos, e pessoas com deficiência(s) têm sido apresentadas como sem valor ou menos valor, objetos de compaixão e/ou nojo e, na maioria das vezes, inutilizáveis. Todavia, algumas culturas ofertam valores distintos às corporificações. Xamãs, por exemplo, pessoas que se acredita que detêm poderes especiais de cura, são muito procuradas por diversas pessoas.

O “modelo social” da deficiência, segundo a autora, foi construído por acadêmicos britânicos. No entanto, uma forte definição na determinação pelos sistemas sociais também apresenta problemas, especialmente quando se pensa em Sul Global. Por volta dos anos 2000, quando se reconhece a importância dos processos sociais na

²⁵ O conceito de “ontoformativo” é produzido por Connel para analisar como processos de construção de gênero envolvem modelagens e rupturas sociais e culturais violentas, que são inscritas no próprio corpo (CONNEL, 2012).



produção de configurações corporais, Connel nos chama a atenção para o fato de que a história social não independe dos corpos humanos, e passa a adotar e a desenvolver o conceito de corporificação social.

Quando ela trata da “deficiência”, ela enfatiza o primeiro lado da corporificação social, a maneira como os corpos participam de dinâmicas sociais e debilitação, seria enfatizar a forma como as dinâmicas sociais impactam sobre os corpos. Para se entender a corporificação social, é preciso reconhecer agência dos corpos, não apenas sua materialidade como objetos, mas seu poder produtivo em relações sociais.

Em seguida, a autora nos aponta para o fato de que a deficiência necessita ser compreendida como algo que surge no tempo. As pessoas com deficiência, incluindo também algumas pessoas trans, com singularidades e construções corporais outras, estão participando de um processo político de redescoberta de sua própria história.

Ainda de acordo com Connel, as estruturas sociais estão sempre em processo de construção, contradição e transformação, e seu poder determinador não deriva de algo inesperado, algo operado por sistemas, mas, especificamente, das dinâmicas históricas das quais fazem parte.

Mais tarde, a autora nos chama a atenção para a questão das perspectivas do sul sobre a compreensão de teorias. Connel nos afirma que a ciência é vista como algo genérico, universal, logo, seus conceitos e métodos poderiam ser aplicados a qualquer lugar. Sendo esse o caso, não importaria o local de partida dessa ciência.

No entanto, ainda no mesmo capítulo, ela nos apresenta dados bem específicos que nos apontam que há uma disparidade e uma deslegitimação do conhecimento e das teorizações sulistas e de uma má compreensão do conceito de ciência universal. Para a autora australiana, a ciência não é algo que existe fora da cultura e da sociedade que a produz. Teorias que aparecem na metrópole estão infestadas de perspectivas do mundo disponíveis na metrópole, em um determinado espaço tempo de cientistas que trabalharam à época.

Tendo isto em vista, Connel nos propõe algumas estratégias para transpormos os limites ou os vícios dos pensamentos da metrópole. Dentre essas estratégias propostas, se destaca a de examinar as formas de conhecimento que surgiram em resposta ao poder das metrópoles, entre intelectuais de sociedades colonizadas do sul. Utilizando o que ela chama de projeto “Teorias do Sul” (CONNEL, 2007), a autora acredita que há brechas para uma renovação de pensamentos e espaço para analisar a corporificação em escala



mundial e reconhecer a ontoformatividade das práticas sociais corporificadas em escala mundial, acompanhando as perspectivas do Sul Global.

Ainda que Connel não queira se alongar na violência das consequências das conquistas coloniais, somos também atingidos por ela. A autora sinaliza que essa escala de violência precisa ser reconhecida. A corporificação social do poder, que além de usar a força e deixar diversas pessoas deficientes, lesionou coletivamente populações inteiras. Esse sofrimento social não é aleatório, ele sempre vem acompanhado por divisões etnoreligiosas e por relações de gênero.

A conquista colonial trouxe uma crise às ordens sociais segundo as quais a corporificação vinha sendo organizada, ou seja, hierarquias raciais, por exemplo, transformaram o modo como as diferenças corporais, debilitações/lesões e habilidades eram socialmente construídas. O modelo médico emergente sobre a deficiência no mundo ao norte do Atlântico foi exportado para as colônias unido à cultura dos colonizadores, em contradição com os conhecimentos locais e tradicionais sobre os corpos.

Em seguida, Connel trata do capitalismo global, do patriarcado moderno e de suas consequências. O capitalismo global substituiu as forças de trabalho produzidas forçadamente, pelo trabalho livre. No entanto, em circunstâncias em que muitos estão desesperados para obter renda, há de se refletir sobre este conceito de “livre”. Ainda segundo a autora, a agenda neoliberal, que procura diminuir o papel do Estado e expandir o de alcance de mercado, é hoje percebida em todas as áreas de serviços públicos.

A ordem capitalista patriarcal moderna estabelece duas categorias de corpos: aqueles cujos trabalhos geram lucros e aqueles que não o fazem (“pessoas-lixo”). Isso molda a compreensão sobre deficiência. Tendo o capitalismo como princípio, alguns corpos com deficiência serão merecedores de assistência e outros serão reconhecidos como aptos a trabalhar, dependendo do seu gênero, em atividades específicas e em condições diferenciadas.

Considerando que a maior parte das ordens de gênero é patriarcal e que temos uma economia globalizada, um patriarcado modernizado foi autorizado internacionalmente como hegemônico. Estas ordens patriarcais costumam definir as mulheres em termos de sua capacidade de reproduzir/procriar, restringindo suas sexualidades e mobilidades. Aqui, arriscaria a dizer que as *deficiências são produzidas*



em corpos de pessoas com capacidades reprodutoras, não diria apenas em corpos de mulheres.

Gênero, segundo Connel, é um termo lido como sinônimo de “mulheres”. No entanto, os homens também estão envolvidos, assim como as pessoas trans, travestis e as não binárias ou *queers*. Todas essas pessoas estão envolvidas em relações de gênero, e flertam ou rejeitam padrões de masculinidade e feminilidade construídos por meio da corporificação social.

Por fim, a autora tenta nos mostrar que processos e estruturas conhecidas devem ser entendidos como algo corporificado, e que a leitura dos corpos necessita ser vista por meio das dinâmicas sociais. O Estado é uma chave para o poder dos modelos médicos, pois ele provém serviços, definindo ou negando direitos.

Partindo do princípio de que a história da corporificação social no mundo colonizado é diferente, as estruturas econômicas, recursos, oportunidades políticas e necessidades também. Coisas podem ser mais urgentes que pessoas. No entanto, a autora nos dá uma ponta de esperança ao mencionar que comunidades locais são capazes de transformar a cultura e de inventar novas estratégias. Como exemplo, ela cita o número crescente de famílias da classe trabalhadora que, na Índia, têm modificado as divisões generificadas do trabalho conforme oportunidades, para mulheres, surgirem na força de trabalho.

Ou seja, o conhecimento local ou tradicional é capaz de promover desenvolvimento, e a política em torno da deficiência pode conseguir recursos ali que não estão disponíveis nas metrópoles ou nas agências internacionais. O mundo colonizado e pós-colonial tem recursos intelectuais. Estes recursos podem alimentar a luta para superar a marginalidade, prevenir danos e fazer com que as vozes das pessoas com deficiência sejam ouvidas, de fato.

Na segunda parte de sua obra que trata sobre masculinidades, Connel inicia este debate nos apontando que, ainda que a igualdade de gênero tenha sido inserida na agenda política, para que ela seja modificada ela também precisa incluir homens.

Afirmando que homens e meninos não são um número não significativo, controlador de acesso da igualdade de gênero, Connel nos indaga se esses homens estariam dispostes a abrir mão de seus privilégios. Sendo eu mesmo pertencente a esta última categoria, mas também interseccionalizado por outras, e vinculado a um grupo minoritário de pouca visibilidade e acesso a direitos civis básicos, é preciso ter cautela ao falarmos sobre que privilégios exatamente seriam esses.



Compreendendo que neste capítulo Connel novamente opta por não falar sobre transmasculinidades, me pergunto o(s) motivo(s) pelo qual(quais) a impediram de tê-lo feito. Se ela nos propõe buscarmos por esta equidade de gênero, precisamos também incluir outros homens, ou melhor, outras masculinidades: a feminina, a negra, a periférica, as transmasculinidades e outras, por exemplo, ao debate.

Mais adiante, a autora afirma que as relações de gênero ocorrem em escala global, embora nem sempre na mesma direção ou na mesma velocidade. Diversos estudos por ela comentados mostram como as vidas de grupos específicos de homens são feitas por dinâmicas políticas e econômicas identificáveis mundialmente. Em um determinado momento do capítulo, Connel reconhece que há uma “polarização” entre os homens em escala mundial, onde uma minoria privilegiada com poder e riqueza goza de direitos e privilégios, enquanto números muito maiores lidam com a pobreza, rupturas de relacionamentos familiares e outras especificidades.

Ao tomarmos os homens somente como categoria de fundo em um discurso de política sobre mulheres, a autora nos afirma ser difícil levantar questões sobre os interesses, problemas ou a diversidade de homens e meninos. Connel nos sugere, ainda, que a estrutura das políticas de igualdade de gênero criou uma oportunidade para políticas antifeministas.

Creio que esta última afirmativa seja importante em ser problematizada, mas ela soa um tanto radical. Pessoas, sejam elas dos mais variados gêneros, podem ser mau caráter. Muitas situações não envolvem apenas questões de gênero – ainda que esta análise deva ser sempre feita e levada em consideração –, elas também envolvem ética, ou melhor, a ausência dela, por inúmeras vezes.

Acreditar que, no campo de gênero e desenvolvimento, incluir os homens possa minar o esforço em prol da igualdade também é não reconhecer homens trans, suas lutas e nem mesmo as próprias identidades destes. Enquanto pesquisador, ativista e também um homem trans, me causa incômodo esta afirmativa de Connel de que a posição dos homens não mudou muito.

De acordo com a autora australiana, “nós” continuamos sendo a maioria dos executivos, profissionais de alto escalão e ocupantes de altos cargos políticos. Estes homens que Connel trata têm outro(s) recorte(s). São pertencentes a uma elite masculina e não deveriam mais ser tratados como modelos legítimos e únicos a serem levados em conta em diversas pesquisas, enquanto que as “masculinidades alternativas ou plurais”, seguem sendo invisibilizadas e seus discursos e demandas não ampliados. Estas outras



masculinidades podem e têm muito a contribuir para novas produções de pensamentos acerca do que seja hoje se falar ou discutir sobre igualdade de gênero.

Na página 99, a autora parece se contradizer e nos apresenta exatamente esta inversão de valores e marca a presença dessa interseccionalidade em diversos homens. Estes homens, que se beneficiam de direitos e privilégios, são vistos como pertencentes a um pequeno grupo e muito diferente dos demais. Tendo isto em vista, esses diferentes homens reagem de maneiras distintas a políticas de igualdade de gênero.

Concluindo, Connel nos aponta que há motivos para termos otimismo, quando ela cita sobre os estudos de masculinidades no Chile e os desvios que muitos homens chilenos tomam, não seguindo um modelo hegemônico de masculinidade, respeitando mais mulheres e meninas e tendo relações mais igualitárias.

Por outro lado, ela menciona que um dos principais motivos para o pessimismo com relação às mudanças relacionadas à igualdade de gênero se refere à baixa ou nula representação oficial dos interesses dos homens e também à ausência de uma posição política unificada destes.

Novamente, creio que os movimentos de homens trans, que existem em diversos países pelo globo e as ações micropolíticas de cada um desses indivíduos transmasculinos, possam e muito agregar ideias e criar novas possibilidades às questões de gênero. Considerando que muitos destes já têm suas demandas em pauta e também possuem seus representantes políticos, há de se compreender que esta transformação já está(va) em andamento e, no entanto, ainda não lhe foi dada visibilidade.

Tirando proveito mais uma vez de seu *otimismo oportuno*, ela tenta nos mostrar através de resultados de uma pesquisa quantitativa, realizada por uma equipe da Universidade de Sydney e do setor público de Nova Gales do Sul, que ela chama de “ponte criada para cobrir o abismo das complexidades amplas das vivências das relações de gênero em agências estatais”, e identifica questionáveis posições onde: as oportunidades de trabalho para as mulheres são mais diversas, há mais liberdade para mulheres se expressarem, há mais mulheres ocupando posições de poder, sofrendo menos assédio e também sexismo às claras.

Os resultados finais desta pesquisa soam tendenciosos e políticos. Parecem contraditórios se os compararmos a dados internacionais sobre altas taxas de *transfeminicídios* em diversas partes do mundo. A maior parte das sociedades, incluindo a australiana e seus grupos populacionais locais primários aborígenes, são excluídas ou invisibilizadas nesta pesquisa australiana citada pela autora.



Temos um grupo fechado de pessoas apenas diferenciadas por seus gêneros. Primeiramente, não sabemos quantes destas pessoas de fato se identificam enquanto homens ou mulheres, e na maioria das pesquisas quantitativas, ainda não são incluídas categorias outras de pessoas, como as pessoas trans, por exemplo. Em segundo lugar, não sabemos outras especificidades delas, mas, considerando que estas pessoas estão empregadas, já temos um recorte que as diferem em direitos e privilégios de pessoas que estão desempregadas ou subempregadas.

Também não somos informados sobre que funções outras as mulheres exercem nestas agências estatais, a que classes sociais elas pertencem, suas raças, idades, região(ões), se tinham ou não filhos, onde moravam e outras subjetividades, e as ausências dessas mesmas subjetividades podem(riam) ser essenciais para termos uma melhor compreensão das dinâmicas de gênero atuais.

Vale ainda mencionar que meu intuito não é apenas apontar análises negativas da pesquisa de Connel, mas enunciar que ela pode ou poderia ser explorada ou mesmo refeita agora, em 2018, por exemplo, nas mesmas agências estatais, mas ampliando o repertório de subjetividades investigadas da pesquisa anterior e possivelmente, assim, nos revelando problemáticas outras e também propostas e (novas) conquistas em políticas públicas.

Como um exemplo de um dado positivo da pesquisa, o temos quando ela nos revela que uma pessoa, uma apenas, identifica que as complexidades das questões de gênero não foram e talvez nunca possam ser apagadas ou excluídas totalmente das relações, que assédios e abusos hoje ficavam mais subentendidos, fosse por “alienação juvenil” de mulheres, programada pelo Neoliberalismo, por exemplo, pode-se sentir a tensão de termos o desconhecimento destas causas como destino.

Ainda que apenas uma pessoa tenha identificado e contribuído para observarmos os antigos e os novos desafios que tangem as questões de gênero que temos à frente, cabe a nós, enquanto pesquisadoras da temática, termos um compromisso ético e responsável de nossas escutas e contribuirmos para a multiplicação e compartilhamento dos mais diversos saberes, os interseccionalizando e lhes dando visibilidade.

Referências

- ALMEIDA, G. “Homens trans: novos matizes na aquarela das masculinidades?”
Revista Estudos Feministas, Florianópolis, ano 2, n. 20, mai/ago 2012, pp.513-52
- CONNEL, R. Gênero em termos reais. São Paulo: Inversos, 2016



FEINBERG, L. *Trans Liberation*. Beacon Press: Boston, 1998.

HALBERSTAM, J. *Female Masculinity*. Durham and London: Duke, 1998.

HARDING, S. "A Instabilidade das Categorias Analíticas na Teoria Feminista". *Estudos Feministas*, v. 7, n. 1, 1993. Disponível em: <<http://www.legh.cfh.ufsc.br/files/2015/08/sandra-harding.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2018

LEATHERBY, G. "Childless and bereft?: Stereotypes and realities in relation to 'voluntary' and 'involuntary' childlessness and womanhood". *Sociological Inquiry*, v. 72, n. 1, Winter 2002, p. 7-20.

LEVINAS, E. *Totalidade e Infinito*. (TI). (1961). Tradução José Pinto Ribeiro, Lisboa-Portugal: Edições 70, 1988.

MOITA LOPES, L. P. da (Org). *Por uma Linguística Aplicada Interdisciplinar*. São Paulo: ParábolaEditoria, 2006.

RUBIN, G. *Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex*. USA: BlackwellPublishing, 2006.

RUBIN, G.; BUTLER, J. "Tráfico sexual: entrevista". *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332003000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 jun. 2018.



Boy

PENS



TR
OLHAR
SOBRE
ORROS

PENS



Descrição de imagem: a imagem mostra a escultura de um rosto, com cabelo e barba encaracolados, em tons rosados. A imagem, por ter sido editada graficamente, possui desenhos na face. A bochecha possui um círculo rosado; o olho tem uma pupila azul, com delineado azul semelhante a cílios; da boca, um balão de fala mostra um coração, e, logo em frente ao rosto, do lado direito, há as seguintes palavras “outro olhar sobre [c]orpos”. O fundo da imagem é composto de manchas coloridas em roxo, azul, vermelho, amarelo, verde, rosa e branco. No canto inferior direito, há a assinatura do autor, Thomas Terra.



GLOSSÁRIO

Cênico: relativo à representação teatral.

Cisgênero: relativo à pessoa cuja identidade de gênero se conforma àquela que lhe foi atribuída ao nascimento.

Dramaturgia: arte ou técnica de escrever e representar peças de teatro; conjunto de recursos técnicos teatrais; o produto da utilização de tais recursos.

Transgênero: relativo à pessoa cuja identidade de gênero diverge daquela que lhe foi atribuída ao nascimento.

Normativizado: relativo a algo que é moldado em acordo com a norma.

Intersubjetivo: relativo às relações entre vários sujeitos e várias consciências individuais.

Performance: atuação; desempenho.

Fenomenologicamente: relativo à fenomenologia, isto é, no pensamento setecentista, à descrição filosófica dos fenômenos; na filosofia de E. Husserl, a um método filosófico próprio.

Linguístico: relativo à lingüística ou à língua e à prática da língua como meio de comunicação.

Gênero-divergência: relativo a tudo que não se enquadra nos padrões de gênero da cisgeneridade e da heterossexualidade.

Intersexualidade: relativo à pessoa cujas características consideradas sexuais (taxas hormonais, genitália, cromossomos, etc.) não se enquadram, em algum grau, aos padrões físicos e orgânicos do que é considerada a normalidade sexual para a medicina.

Cisheteronormatividade: relativo à norma que determina a cisgeneridade e a heterossexualidade como única possibilidade correta de expressão, identidade e desejo.

Notoriedade: relativo àquilo que é notório, importante, valoroso.

Patologizante: relativo àquilo que é designado como patologia/doença.

Imperialismo: conceito utilizado comumente para designar a expansão de um Estado, por meio da conquista de territórios e de sua submissão forçada política, cultural e socialmente.

Incongruência: ausência de congruência, conformidade, harmonia.

Endossexo: relativo à pessoa cujas características consideradas sexuais (taxas hormonais, genitália, cromossomos etc.) se enquadram nos padrões físicos e orgânicos do que é considerada a normalidade sexual para a medicina.



Epistemologias: relativo aos estudos sobre a construção do próprio saber científico, seus métodos, conclusões, postulados, teorias, etc.

Epistêmicas: relativo ao conhecimento como experiência; a algo subjetivo.

Decoloniais: relativo a práticas e conhecimentos que atuam no sentido contrário à colonialidade do saber (às imposições de pensamento européias, brancas, patriarcais, etc.).



BIOS



Oliver Z: sou não binário e paulistane. Morei quase toda minha vida na cidade de São Paulo, e por isso minha maior inclinação na fotografia é a fotografia urbana, destacando a beleza de lugares onde a maioria das pessoas passa cotidianamente sem realmente observar com atenção.

Kaléu Menezes: Falaê gente, me chamo Kaléu! Tenho 18 anos, atualmente resido em São Borja, Rio Grande do Sul. Mas sou de São Paulo, SP. Estou no sul para estudar Relações Públicas na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), e sou o primeiro e único Homem Trans Negro nesse campus e nessa cidade. De SP pra cá trouxe uma bagagem importante pra minha vida acadêmica, lá fui formado em Comunicação Visual - Design, e trabalho na área desde o meu primeiro emprego que foi aos 15. Eu sou poeta slammer, compositor e cantor de chuveiro, designer gráfico, artista virtual, comunicador e engatei na carreira de youtuber com o canal Kaléu Menezes abordando assuntos sobre a transição de gênero para pessoas negras na sociedade. Podemos estar na mesma luta e causa, mas nunca nos mesmos pilares sociais. A frase que me define é “Grande como o oceano, mas jamais pacífico”, diz muito sobre a minha trajetória como homem negro num país onde o genocídio corre solto contra nós, negres.



Bernardo dos Santos: 20 anos, pessoa transmasculina e pansexual. Curso Serviço Social na UNIRIO, sou geminiano e sou apaixonado pela cor azul. Instagram: @menino.bernardo.



Gabriel Vicente Pontes, ou Gab Pontes: sou homem trans, 25 anos, e moro em Fortaleza/CE. Sou formado em Serviço Social e atualmente estou cursando Mestrado em Sociologia. Gosto de cinema, livros, cores neutras, poemas e café. Facebook: Gab Pontes. Instagram: Gab Pontes @gabppontes.




Eduardo Rodrigues: homem trans negro, nordestino, 46 anos, nasceu e reside em Fortaleza/CE. Trabalha no setor de transporte público, é sindicalista e militante das causas sociais, membro da Associação Transmasculina do Ceará (ATRANSCE).

Theodoro Rodrigues Lima: Assistente Social em formação pela Faculdade Cearense. Atualmente integra a equipe da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para LGBT, da Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos do Governo do Estado do Ceará. Diretor da Região Nordeste da União Nacional LGBT – UNALGBT. Militante da Associação Transmasculina do Ceará – ATRANSCE, Diretor LGBT da Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza – FBFF, Membro do Comitê Estadual do PCdoB – Professor da Escola de Formação.



Caru Brandi: sou transmasculino, tenho 25 anos e moro atualmente na cidade de Porto Alegre/RS. Sou tatuador e faço ilustrações. Comecei a transicionar no final de 2017, me entendendo como uma pessoa não-binária, após um período de difícil compreensão sobre o porquê da minha tristeza e confusão existencial (até ir compreendendo que eu não era uma mina cis



hétero). Ter me relacionado com um menino trans, logo no início da minha transição, foi muito importante para me entender e compreender que há diversas formas de ser trans e diversas formas de expressar masculinidades e feminilidades. Quando entendi que eu sou trans, bateu muito medo de rejeição, incompreensão e violência. Comecei a tomar T em janeiro de 2020, um dia depois do meu aniversário ( 08/01/2020). Desde final de 2019, venho desenhando transmasculinos. Pra mim, desenhar é uma das ferramentas de comunicação que eu mais gosto e a que mais me sinto livre. Com a transição, meu traço e o que eu desenho mudaram comigo, o que acho muito potente.

Don Rafael William: mais conhecido como Don Rafael, nascido em 13 de Agosto de 1990 na cidade do interior de SP chamada Capivari, é um Rapper Poeta e Compositor, faz parte da cultura Hip Hop desde criança e hoje em dia usa seus conhecimentos para compor seus Rap's e lutar contra o sistema e toda forma de preconceito. Don trás a realidade em suas rimas.



Caio Ciriaco Lima: Diretor da Casa transvivencia, músico, poeta, pesquisador no núcleo de gênero na universidade federal de Santa Catarina e membro do coletivo transpoetas.



Tali Ifé: Mato-grossense morando a 5 anos no Morro do Palácio em Niterói. Poeta, performer, arteiro, curador e produtor cultural graduando da UFF. Homem trans e bissexual de 23 anos, traz nos seus trabalhos e produções, reflexões, pesquisas e questionamentos sobre transições, deslocamentos e territorialidades, gênero e sexualidade, construção de masculinidades e corporeidades,





ancestralidade e espiritualidades, construção e reconstrução de identidades. Acredita no fortalecimento e criação de redes e circuitos como caminho para o crescimento e potencialização de corpos trans e suas artes.



Calango: Nasci em Fortaleza-CE, me (de)formei em Ciências Sociais e depois em Antropologia. Tenho 25 anos de tentativas frequentemente frustradas de entender a vida e, entre minhas poucas certezas, está o fato de que eu não sou cis. Fora isso, gosto de escrever, de namorar uma joaninha chamada Aline e de me encalangar no sol.

Petter Levi: Tem 32 anos e é do Signo de Escorpião. Atualmente trabalha com vendas e também como consultor de mídias sociais (direcionado a plataforma do instagram, mas se expandindo a outras mídias). Possui além de seu perfil social @petter.levi uma página chamada @thefantastictransworld onde ele convida pessoas trans a contarem suas histórias a fim de alcançar outres e fazendo deles(as) suas próprias referências. Hoje você pode ler algumas das suas reflexões na página @transpoetas e em outros projetos nos quais está sendo convidado a participar.



Nicolas Amón: transmasculino binário. Saiu de Nilo Peçanha, interior da Bahia, para Salvador, local em que mora atualmente. Trabalha como bodypiercer e possui um brechó próprio, onde traz à tona sua devoção pela construção de uma nova moda, que produz menos e reconstrói mais. No brechó, utiliza roupas antigas modificadas por ele e com artes pintadas à mão por sua companheira, a artista drag queen mulher, Milita Sattiva. Inserido



no pensamento de desakademia, tenta desmistificar o conceito de inteligência de forma que abranja a todes, incluindo sua família rural que não conheceu a akademia e tentando transmitir essa sabedoria às gerações que estão chegando.

Joana Philipe: mulher travesti, nasceu em Salvador e Reside na Liberdade, o bairro conhecido pelo histórico de luta e por ter um dos maiores contingentes da população negra, na cidade mais negra fora da África. Segundo Joana, o tempero e a força da baianidade a tornaram uma mulher forte e provocadora em uma sociedade intolerante à diversidade. Atua como modelo, fashion stylist e, na noite de Salvador, como DJ e agitadora cultural. Joana se tornou uma personalidade da cena, sempre evocando a cultura popular e trazendo suas referências e representatividade nos projetos em que está envolvida.



Dioniso Ferreira: Homem trans gay, é graduado em Letras, especialista em EaD e em Estudos de Gênero e Diversidade pela Universidade Federal do Ceará. Atua profissionalmente como professor de Língua Portuguesa e Literatura na rede municipal de ensino da cidade de Fortaleza, no Ceará. É membro-fundador e Diretor de Cultura da Associação Transmasculina do Ceará (ATRANS-CE). Escreve contos e poesia desde a adolescência, tendo lançado seu primeiro livro de poemas, *Relativo Absoluto*, em 2020 através da Editora Metanoia.



Thiago Peniche: Eu sou carioca, músico, escritor e graduando em jornalismo. Tenho um canal no youtube (https://www.youtube.com/channel/UCJsKyJbw_U8vJtKZak-Q6CA), mas o que alimenta a minha alma é escrever e compor. Também sou fundador do Es(trans)geiros, um projeto que propõe ensinar inglês gratuitamente a pessoas trans.



Rafael Damasceno Aires: Olá, meu nome é Rafael, tenho 20 anos, e esse é um desenho meu. Sou tatuador, do Maranhão, mas moro em Fortaleza há 4 anos. Meu insta de arte, com outras produções, é @d.airess. Nele eu procuro falar sobre minhas inseguranças, meus amores e minha relação com a recente descoberta do gênero. E por falar em gênero, eu me identifico como transmasculino não binário. Não me vejo nem como homem, nem como mulher, mas minha expressão de gênero é masculina, apesar de eu também não ver problema em pintar as unhas, usar maquiagem, vestidos, etc. Afinal, a gente tem que ter outras referências de masculinidade, que não sejam centradas em homens cis.

Cauê Assis: Alguém que não sabe falar de si. Pois entende que quando terminamos a frase: “Eu sou...” já não somos os mesmos. Mas para manter as formalidades se apresenta como um ser em trânsito, em transformação, em uma transa constante com palavras, pensamentos e versos. Um corpo TRANS [que] borda poesia no tecido da vida. Nasceu em 15 de junho de 1993, na cidade de Maceió (ao som da música maluco beleza do Raul Seixas). Atualmente é graduando em psicologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), pesquisador e ativista das temáticas de gênero e sexualidade. Membro do FONATRANS e Sec. Geral da





ACTTRANS. E-mail: caueassis15@gmail.com. Instagram:
@caueassis_.



Noah Nova: 26 anos, carioca, homem trans preto, ativista integrante da Liga Transmasculina João W. Nery, estudante de direito e apaixonado por todo tipo de arte desde sempre. Bailarino, escritor e tento até ser cantor. A escrita pra mim sempre foi o transbordar de um sentimento tão forte ao ponto de não mais conseguir conter no peito e sem qualquer ajuste se transformava em frases, parágrafos, textos... Não conquistei todos os sonhos ainda, mas já vivo coisas incríveis, que nunca sonhei.”. Instagram: @noahisit.

Rai do Valle: sou um artista trans homem, bissexual, escorpiano fofo (sim é possível kkk) e curso graduação de Artes pela UFF. Trabalho principalmente com fotografia, mas também uso de outras linguagens como vídeo arte, sonoridades, colagens e escrita para me expressar. Para ver um pouco da minha arte tem os instas @fotoart_rai e @raidvale :). A arte foi (e ainda é) muito importante para melhorar minha relação com meu corpo. Através dela entendi meu corpo como potência, meu corpo como meio de presença no mundo. E é, principalmente por meio dela que eu transbordo, e me escorro pra fora de mim.



Allan Reis: sou uma pessoa não binária. Me sinto conectado com a arte num geral desde pequeno. Sempre usando-a para me expressar de diversas formas possíveis (ilustrações, maquiagens e corporalmente). Amo como cada vez que me aprofundo na minha arte eu me aprofundo em mim mesmo, me entendendo melhor. Pela arte consigo ser eu mesmo me sinto livre. Instagram: @Allanmiguelreis

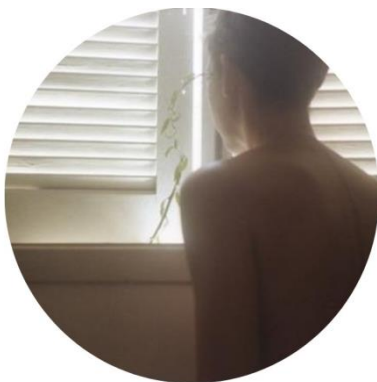


Beijamim Aragão: Beijamim Aragão, Transmasculino, Pansexual, Artista visual, produtor e técnico em audiovisual, especializando-se em criação de roteiro e montagem. Atua desde 2015 como produtor audiovisual em diversos festivais e projetos. É gestor de mídias sociais, e ilustrador, envolvendo o cotidiano e as temáticas transmasculinas. Instagram: @flordebeijaflor/@floreiosolar.



Lui Foito: É cearense, transmasculino não-binário e artista visual. Compõe seus trabalhos artísticos através de desenhos, poesias, esculturas de argila, fotografias e audiovisual. Desenvolve experimentos de arte urbana por meio de lambes-grudes.

Shay de los Santos Rodriguez: Bacharel em Arqueologia e Mestrando no Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDU) pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. E-mail: shayleninrodriguez@gmail.com.



j i a l u p o m b o: Atualmente cursa doutorado no Núcleo de Subjetividades do Programa de Psicologia Clínica da PUC SP, onde pesquisa formas de desmonte da estrutura binária de mundo/subjetividade a partir do saber-do-corpo nas camadas do indivíduo e da biosfera. Atuando entre práticas estético-políticas e práticas de cuidado para o exercício de uma ética da inadequação que potencialize a força vital no cotidiano. Mestre em Artes Visuais, pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes / UFRJ, com dissertação intitulada *Discórdias concordantes: imagens invertidas na relação*



entre corpo, sexualidade e melancolia. Enquanto um corpo-matéria dissidente de gênero, participa de encontros, debates e ministra oficinas sobre questões de gênero e sexualidade, corpo e linguagem, criação e cuidado, dentre as quais, destacam-se: participação na mesa *Sexta do Mês - Stonewall: do Village para o mundo*, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da USP, 2019; participação no *Seminário Safismos: perspectivas lesbianas em síntese*, no Centro de Pesquisa e Formação do Sesc SP, 2018; *Oficina Práticas de criação como estratégias de autocuidado*, no Sesc Sorocaba, 2019; *Oficina Corpo torto*, no Sesc Santana, 2017. Publicou o escrito “Como é possível gerir o corpo sem gênero”, no livro *A resistência dos vaga-lumes*, da Editora Nós, 2019.

Lino Arruda: pesquisador, artista e quadrinista transmasculino. Dentre suas publicações independentes em quadrinhos se destacam os zines “Sapatoons Queerdrinhos”, “Quimer(d)a: Quadrinhos Dissidentes Antiespecistas”, “Anomalina na Heterolândia” e “Novo Corte de Peitos”. Atualmente, com o apoio financeiro do prêmio Itaú Rumos, desenvolve a graphic novel autobiográfica “Monstrans: experimentando horrormônios”, que será publicada em 2021. Ademais, Lino é bacharel em artes visuais pela UNICAMP e pela Universidad Politecnica de Valencia (Espanha), mestre em história da arte pela USP (FAPESP) e doutor em Literatura pela UFSC / University of Arizona (CAPES/FULBRIGHT), onde desenvolveu sua tese sobre autorrepresentação travesti/trans* em zines latinoamericanos. Website: www.linoarruda.com. Instagram: [monstrans_hq](https://www.instagram.com/monstrans_hq).



Oliver Olívia: artista transgênero atuante na cidade de São Paulo. Sua pesquisa se dá nas intersecções entre o teatro, as artes visuais e a escrita. Seus trabalhos buscam instaurar comunhões poéticas através de instalações performativas, sempre no desejo de tensionar



os estatutos culturalmente estabelecidos da nossa percepção. Atualmente, desenvolve pesquisas cênicas sobre as possibilidades e percepções de um corpo trans masculino no teatro. É bacharel em filosofia pela FFLCH-USP e técnico em artes cênicas pela SP Escola de Teatro, formado no curso de atuação. Já expôs seus trabalhos em espaços como Teatro de Contêiner, SESC Belenzinho, Espaço Kasulo de Cultura e Arte, da Cia. Fragmento de Dança, Usina da Alegria Planetária, Semana de Artes do Corpo da PUC, entre outros. Realizou pesquisa em teatro pós dramático e performance pela orientação do Professor Ricardo Fabbrini (FFLCH-USP). Integrou o Núcleo de Pesquisa em Estética Contemporânea (FFLCH-USP). Integrou, como ator e dramaturgo, o Núcleo de Pesquisa e Espetáculo Feminino Abjeto, com direção de Janaína Leite. Instagram: @olilag

Bruno Latini Pfeil: Estudante de Psicologia (USU/RJ). Membro do Núcleo de diversidade sexual e de gênero João W. Nery da Universidade Santa Úrsula (RJ). Co-fundador da Revista Estudos Transviades.



Cello Latini Pfeil: Estudante de Ciências Sociais (UFRJ). Co-fundador da Revista Estudos Transviades. Membro do corpo editorial da Revista Estudos Libertários e do CPDEL/UFRJ. Revisor de periódicos.

Alexandre Gregório Silva Sampaio: Graduado em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia - IMS/CAT e mestrando pelo Programa de Pós- Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - FAFICH/UFBA. Bolsista FAPESB.





Benjamin de Almeida Neves: Doutor em Educação (UERJ), mestre em Ciências (UFRJ), Especialista em Gênero e Sexualidade (CLAM/UERJ), pai de gato, vegetariano e morando em Mato Grosso.